

idn cadernos

UMA PEQUENA POTÊNCIA É UMA POTÊNCIA? O PAPEL E A RESILIÊNCIA DAS PEQUENAS E MÉDIAS POTÊNCIAS NA GRANDE GUERRA DE 1914-1918

Uma Pequena Potência é uma Potência?
O Papel e a Resiliência das Pequenas e Médias Potências
na Grande Guerra de 1914-1918

Coordenação:

Ana Paula Pires
António Costa Pinto
António Paulo Duarte
Bruno Cardoso Reis
Maria Fernanda Rollo

Lisboa
Agosto de 2015

Instituto da Defesa Nacional

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação residente e não residente promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais.

As perspetivas são da responsabilidade dos autores não refletindo uma posição institucional do Instituto de Defesa Nacional sobre as mesmas.

Diretor

Vitor Rodrigues Viana

Coordenador Editorial

Alexandre Carriço

Núcleo de Edições

António Baranita e Cristina Cardoso

Capa

Nuno Fonseca/nfdesign

Propriedade, Edição e Design Gráfico

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00 Fax.: 21 392 46 58 E-mail: idn.publicacoes@defesa.pt www.idn.gov.pt

Composição, Impressão e Distribuição

EUROPRESS – Indústria Gráfica

Rua João Saraiva, 10-A – 1700-249 Lisboa – Portugal

Tel.: 218 494 141/43 Fax.: 218 492 061 E-mail: geral@europress.pt www.europress.pt

ISSN 1647-9068

ISBN: 978-972-27-1994-0

Depósito Legal 344513/12

Tiragem 150 exemplares

© Instituto da Defesa Nacional, 2015

Índice

Introdução	5
<i>Bruno Cardoso Reis</i>	
Portugal e a Sociedade das Nações: o Papel do Multilateralismo na Política Externa Portuguesa	9
<i>Maria Francisca Saraiva</i>	
A Grande Guerra na Genealogia da Estratégia	25
<i>António Paulo Duarte</i>	
A Campanha Portuguesa em Moçambique: A Primeira Expedição	37
<i>Aniceto Afonso</i>	
«Caiu a Morte nesta Pagodeira»: a I Guerra Mundial segundo o Fado	49
<i>Cátia Tuna</i>	
O Brasil na Grande Guerra: uma Contribuição para o Esforço Aliado	73
<i>Miguel Dhenin</i> <i>Valterian Mendonça</i>	
O Debate Militar Brasileiro sobre a Doutrina Militar no Contexto da Primeira Guerra Mundial e as suas Repercussões	91
<i>Sérgio Ricardo Reis Matos</i> <i>Julio Cezar Fidalgo Zary</i> <i>César Campiani Maximiano</i>	
A Cooperação Naval Brasileira com a Marinha Britânica em 1918: o Caso da Divisão Naval em Operações de Guerra	107
<i>Francisco Eduardo Alves de Almeida</i>	
China and the Great War: Resilience of a «Minor»Asian Power	119
<i>Raquel Vaz-Pinto</i>	
The “Small” Power of Small Gardeners during the Great War	127
<i>Ana Duarte Rodrigues</i>	

Introdução

Bruno Cardoso Reis

Licenciado e mestre em história contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade Lisboa. É também mestre em Historical Studies pela Universidade de Cambridge (2003). É desde 2008 doutor em história e teoria das relações internacionais/segurança internacional (War Studies – King's College). É atualmente investigador auxiliar no ICS, investigador associado no King's College e assessor do IDN. Tem sido professor convidado em várias universidades, nomeadamente no Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL e no Instituto de Estudos Políticos da UCP. O seu livro mais recente foi escrito com Andrew Mumford, e intitula-se “The Theory and Practice of Irregular Warfare”. Tem publicado também em várias revistas nacionais e internacionais, nomeadamente na revista Relações Internacionais n.º 42 de 2014, com o artigo “Portugal e as Pequenas Potências na Grande Guerra de 1914-1918”.

O Instituto da Defesa Nacional organizou um seminário internacional, em Lisboa, entre 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2014, com o apoio da Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da Primeira Guerra Mundial do Ministério da Defesa Nacional, e em parceria com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e o Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

O encontro científico deu lugar a 31 comunicações de investigadores nacionais e estrangeiros sobre o tema, desde trabalhos de alguns dos autores mais conceituados neste campo de estudos, até investigação inovadora em curso por académicos jovens.

Seria impossível resumir de forma sintética toda a riqueza e diversidade das comunicações apresentadas. O que aqui procuraremos fazer é oferecer uma breve síntese, em sete pontos, do que foi um debate muito rico e que não se pretende dar como encerrado, mas tomar como ponto de partida para iniciativas e publicações nos próximos meses e anos.

Se houve um aspeto que foi particularmente sublinhado nestas intervenções foi o facto de a abordagem da Primeira Guerra Mundial do ponto de vista do papel das pequenas e médias potências, de potências emergentes e submergentes ser significativamente original podendo preencher um vazio importante na literatura académica sobre a Primeira Guerra Mundial. Tem ainda a vantagem de permitir estabelecer uma ligação entre os debates sobre a participação portuguesa no conflito e os debates mais relevantes internacionalmente, assim como enriquecer a análise nacional da Primeira Guerra Mundial com uma dimensão comparativa.

O único resumo possível dos ricos debates conceptuais sobre como classificar potências como pequenas, grandes, emergentes ou decadentes, é que se está longe de alcançar consenso. Mas parece existir uma tendência crescente, quer na História, quer nas

Relações Internacionais para reconhecer que há que tirar conclusões na forma de conduzir a análise de eventos da Primeira Guerra Mundial, de que nem as pequenas potências são irrelevantes, nem as grandes potências são onipotentes.

Os organizadores do seminário procuraram na sua seleção das intervenções apresentadas oferecer uma visão ampla e, ainda que mais centrada na dimensão estratégica, também diversificada. Vimos, por exemplo, que uma pequena horta pode ser uma fonte de poder e resiliência (sob a forma de *Victory Gardens* nos EUA, mas também em Portugal da promoção da horticultura e da jardinagem como dever patriótico e a sua associação à recolha de fundos para a guerra); ou que essa forma musical tão portuguesa como o fado teve um papel importante como propaganda patriótica, sátira popular ou apelo pacifista.

Esta Grande Guerra foi verdadeiramente global também por causa das pequenas e médias potências cuja análise é indispensável para melhor se perceber essa globalidade. É assim com pequenas potências na Europa, mas grandes em África (Bélgica, Portugal), ou potências emergentes fora do continente europeu como os domínios britânicos, desde logo a África do Sul, ou algumas das raras potências não-ocidentais como o Japão e a China (seria uma grande ou média potência, ou como se defendeu no seminário, efetivamente uma pequena potência) que têm os seus objetivos próprios.

Esta globalização do conflito também se manifestou na importância da dimensão naval que nos leva ao Brasil, cuja principal modalidade de intervenção no conflito foi o envio de uma divisão naval, mas também a Cabo Verde e aos Açores, ocupando posições geoestratégicas vitais no quadro do conflito no Atlântico. Estes dois últimos casos são bons exemplos de como mesmo territórios pequenos podem ter grande importância numa Grande Guerra. A importância do Mediterrâneo assim como dos Balcãs, zonas tradicionalmente vistas como relativamente periféricas no equilíbrio de poder na Europa, assim como da Sérvia e da Itália em particular, mais uma vez foi apontada como exemplo de como regiões e potências frequentemente consideradas marginais e menores ou emergentes podem tornar-se zonas vitais e atores fundamentais num conflito militar global. Foi assim no crescendo de crises militarizadas da invasão italiana da Líbia, em 1911, passando pelas Guerras Balcânicas de que emergiu uma Sérvia reforçada e radicalizada, até à crise de Junho/Julho de 1914 que levou à Grande Guerra. Como foi assim novamente no contágio da guerra em 1915-1916 a países como a Itália, a Roménia, a Grécia ou Portugal.

A importância de uma estratégia total, também designada grande estratégia, foi referida, várias vezes e de várias maneiras, nestas análises relativamente à Grande Guerra, uma guerra cada vez mais total, a exigir a máxima mobilização de recursos humanos e materiais, de aliados e recursos. Foi sublinhada a sua importância nomeadamente para perceber o resultado do conflito em 1918, em que ficou claro a vantagem das potências Aliadas neste campo, desde logo como as principais potências marítimas, também na maior capacidade de captação para o seu lado de pequenas e médias potências, e de poderes emergentes como o Japão e os EUA. E sendo verdade que as pequenas e médias potências numa Grande Guerra têm necessidade de aliados entre as grandes potências. Também é verdade que num conflito a exigir máxima mobilização de homens e recursos,

mesmo a adição de pequenas potências a um dos blocos de grandes potências em conflito pode fazer diferença, forçando a dispersão do adversário ou fornecendo acesso a recursos ou posições estratégicas.

A neutralidade foi uma opção para algumas pequenas potências – como a Holanda ou a vizinha Espanha – mas, sobretudo por questões de localização, não para outras – como a Bélgica ou Grécia, embora mesmo nestes casos lhes tenha sido deixada ainda uma escolha crucial, a de resistir ou colaborar com a intervenção de grandes potências no seu território. A neutralidade trouxe algumas vantagens económicas importantes para os países neutros. Mas mesmo nesses casos eles não deixaram de ter de suportar também grandes custos da guerra ao nível de perturbação das importações ou dos créditos vindos do exterior, afetando significativamente o custo e também a disponibilidade de alimentos básicos resultando em crescentes tensões sociais. Viram também a sua imagem no exterior afetada negativamente por serem frequentemente retratados como países que beneficiavam economicamente com uma guerra terrível.

Foi sublinhado ainda, neste contexto, que as pequenas e médias potências não são necessariamente pacíficas. Podem, nomeadamente, usar meios não convencionais (ainda hoje se discute o grau de conhecimento e concordância de diferentes setores do Estado sérvio com o atentado terrorista de junho 1914 em Sarajevo) ou uma guerra geral para prosseguir os seus próprios objetivos estratégicos. A entrada na guerra tendeu a promover, ainda que apenas num breve período inicial, uma maior coesão nacional – exceção talvez no caso de Portugal e da Grécia, já muito polarizados – mas com o prolongamento do conflito acabaram por explodir, um pouco por todo o lado, crises, motins violentos, revoluções.

Um dos factos mais importantes relativamente ao fim da Primeira Guerra Mundial, sublinhado por vários participantes, é o paradoxo de que, depois de nove milhões de mortos e quatro anos de conflitos, os maiores derrotados foram quatro grandes impérios, sendo que no caso de três deles houve um colapso do Estado (*e.g.* otomano, russo e austro-húngaro); tendo a exceção sido o caso alemão, o que não impediu a queda da monarquia prussiana. Pelo contrário algumas das pequenas potências que pareciam derrotadas militarmente, que sofreram ocupação de boa parte do seu território, no entanto, surgiram como grandes vencedores do conflito – começando pela própria Sérvia que mais do que duplicou de tamanho, transformando-se na Jugoslávia. Foi também sublinhado neste contexto que ao nível do próprio processo de paz que se seguiu ao fim da guerra, as pequenas e médias potências pesaram mais do que se poderia supor no desenhar de uma nova ordem internacional que ao afirmar o princípio da autodeterminação dos povos e ao procurar limitar o direito dos Estados a declarar guerra, apesar das limitações, teria um grande impacto futuro, nomeadamente na proliferação de pequenos e médios Estados no último século.

Procurou-se também oferecer uma perspetiva mais geral, ligando os vários temas específicos com debates mais abrangentes sobre a Primeira Guerra Mundial e sobre o papel de Portugal, e focando também aspetos que possam merecer maior reflexão no presente. Desde logo, foram sublinhadas as diferenças entre História e Relações Interna-

cionais, com a primeira a focar maior atenção na dimensão de contingências e a segunda em padrões e em modelos explicativos de aplicação mais geral. Seja como for a Primeira Guerra Mundial tem sido, nessas duas disciplinas, foco de importantes debates, em que se reconheceu que o papel das pequenas e médias potências e de atores não-estatais podia ser vantajosamente englobado.

Um problema particularmente atual tem a ver com a forma de olhar para a intervenção de Portugal na Primeira Guerra e em particular na Frente Ocidental como uma utilização das Forças Armadas essencialmente de apoio à política externa. Sublinhou-se que, sobretudo neste contexto, era preciso garantir um amplo consenso político de apoio ao uso da força, algo que faltou em Portugal. Isso explicaria a resiliência de pequenas potências como a Sérvia ou a Bélgica face ao colapso de grandes potências. É igualmente indispensável garantir que o uso da força seja calibrado em função dos meios realmente existentes ou mobilizáveis, de outra forma independentemente do heroísmo dos soldados o resultado será no mínimo arriscado, e potencialmente desastroso. A procura de grande visibilidade externa por uma pequena potência como Portugal deve ser vista com prudência, ela só interessa se o que for visível tenha eficácia operacional. Igualmente sublinhado foi a importância de uma boa coordenação entre lideranças políticas e militares, entre a dimensão militar e outras, um problema que se coloca de forma aguda em Portugal entre 1914-1918, mas que também existe nas grandes potências.

Portugal e a Sociedade das Nações: o Papel do Multilateralismo na Política Externa Portuguesa

Maria Francisca Saraiva

Doutorada em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) – Universidade de Lisboa (UL). Professora Auxiliar em Relações Internacionais no ISCSP/UL e Investigadora no Centro de Administração e Políticas Públicas da Universidade de Lisboa e do Instituto da Defesa Nacional. Os seus interesses de investigação centram-se nas temáticas dos direitos humanos, segurança e defesa e organizações internacionais (ONU e NATO).

Introdução

A Sociedade das Nações é pouco estudada e teorizada em Portugal. Com exceção de alguns historiadores como Medeiros Ferreira, Pedro Aires Oliveira, Cristina Pacheco e Filipe Ribeiro de Meneses que realizaram diversas investigações sobre as opções da diplomacia portuguesa na Sociedade das Nações, os investigadores na área das relações internacionais que se dedicam ao estudo do multilateralismo e das organizações internacionais não se têm interessado pela organização, enquanto mecanismo de cooperação internacional, com implicações nas opções de política externa dos Estados que a constituíam.

Este texto analisa os trabalhos preparatórios do Pacto da Sociedade das Nações e o desempenho das pequenas potências no seio da nova organização internacional nas décadas de vinte e trinta do século passado, com especial enfoque no caso português.

O texto identifica lacunas importantes ao nível do mapeamento das estratégias políticas seguidas por Portugal, como pequeno Estado, no quadro desta organização multilateral, embora os dados analisados sugiram que Portugal terá de algum modo tentado equilibrar as dimensões bilaterais e multilaterais na abordagem diplomática à Sociedade das Nações, procurando ganhar liberdade de ação estratégica dentro e fora da organização.

Portugal e as Pequenas Potências na Conferência da Paz de Versalhes

A Conferência da Paz de Paris teve início em 18 de janeiro de 1919, com a participação de trinta e dois países. Os vencidos da Primeira Guerra – a Alemanha, a Áustria e a Turquia – não foram convidados, e a Rússia, em plena guerra civil, também não esteve presente (Gaspar, 2008). A Conferência reuniu-se com o objetivo de negociar as bases dos acordos de paz.

A Conferência foi dominada por vários aspetos, sendo um dos problemas o novo consenso internacional sobre a segurança internacional do após guerra que apontava para a necessidade de afastar o velho sistema das alianças que esteve na génese da Primeira Guerra. A questão fundamental, porém, é que as potências representadas em Versalhes não davam igual importância e significado ao mecanismo de segurança coletiva global que a Conferência se propunha criar e nem todas estavam disponíveis para aplicar sanções ou usar a força armada contra os Estados recalcitrantes.

A distinção entre grandes e pequenas (e médias potências)/grandes e pequenos (e médios) Estados tem sido muito contestada nos debates teóricos em relações internacionais, o que significa que o poder nas relações internacionais não é nem nunca será um tema fechado. Ainda assim, a discussão em torno das pequenas potências põe em evidência as diferenças em termos de dimensão, população e capacidade política dos diferentes Estados do sistema internacional que importa analisar. Especificamente a literatura sobre os pequenos Estados é bastante escassa e fragmentada. E continua hoje a existir pouca investigação sobre a atividade das pequenas potências na arena internacional e a sua capacidade de influenciar os resultados políticos, particularmente em ambientes multilaterais institucionalizados como as organizações internacionais.

Parece-nos no entanto importante salientar a interessante contribuição da literatura sobre governança global para este debate. Originalmente, em 1992, Emst Czempiel formulou a ideia de uma "governança" sem "governo", identificando formas de autoridade no sistema anárquico internacional e chamando a atenção para a existência de processos formais e informais no sistema internacional (Czempiel, 1992). Nesta tradição o principal foco do debate são os mecanismos formais e informais que promovem ordem e estabilidade na ausência de governo mundial: leis, normas, políticas e instituições que definem, constituem e medeiam relações entre cidadãos, sociedades, mercados e Estados no sistema internacional (Weiss e Wilkinson, 2014). Do ponto de vista teórico-conceitual a literatura da governança global possibilitou a recuperação do interesse pelo estudo das organizações internacionais formais que tinha de certa forma sido abandonado na década de oitenta do século XX e em larga medida substituído pela análise dos regimes internacionais como formas de ação coletiva.

Não devemos simplesmente pôr de parte, portanto, o contributo da abordagem das organizações internacionais formais para o estudo do sistema político internacional nos séculos XX e XXI, no seio das quais os Estados nacionais jogam os seus interesses, num quadro de crescente interdependência que caracteriza a sociedade internacional.

No início do século XX as potências vencedoras da Primeira Guerra eram amplamente reconhecidas como as grandes potências do novo sistema internacional saído do conflito mundial. Em relação às nações mais pequenas, todas as outras nações representadas na Conferência da Paz que tiveram um papel secundário na guerra, e foi-lhes reconhecido o estatuto de pequenas potências, o que na prática significou que quase não foram chamadas a participar no processo negocial inteiramente controlado pelas grandes potências vencedoras da guerra.

As grandes potências oficiais da conferência eram cinco: os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha, a França, a Itália e o Japão. Na prática, as decisões relevantes eram tomadas pelos Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Em determinados aspetos, as decisões eram tomadas em conjunto com a delegação francesa.

No caso português a participação na Conferência de Versalhes é condicionada por vários fatores negativos.

Em primeiro lugar o facto da nossa acidentada participação no esforço de guerra nos ter desprestigiado internacionalmente, em especial os desaires das campanhas militares portuguesas em Moçambique limitaram o sucesso da nossa estratégia diplomática na Conferência. É igualmente relevante sublinhar a necessidade de reconhecimento e fortalecimento internacional do frágil regime instaurado pela Primeira República em Portugal que significou, como se sabe, um longo período de instabilidade política e social na história contemporânea de Portugal. Não menos importante, a questão da resolução da crise económica desencadeada pela participação de Portugal nas hostilidades na medida em que, entre outras consequências, a guerra agravava as ameaças internacionais a Portugal, como a excessiva dependência económica e financeira da Grã-Bretanha e da Espanha. De facto, Portugal vê-se obrigado a gerir um complexo conjunto de problemas que soma a uma questão perene na política externa portuguesa: a preocupação com a manutenção da soberania e integridade territorial do império colonial, que o *Ultimatum* inglês tinha posto gravemente em causa (Ferreira, 1992; Teixeira, 2011). A atitude dúplice dos ingleses em relação às possessões coloniais portuguesas sugere uma reavaliação das vantagens da aliança com a Grã-Bretanha e um esforço de diversificação diplomática que o Ministério dos Negócios Estrangeiros vai tentar pôr em prática.

A Delegação portuguesa à Conferência da Paz parte para Paris determinada em obter um lugar no novo concerto das nações. No entanto, Versalhes não foi apenas uma conferência diplomática destinada a negociar os termos da paz com os vencidos da guerra e garantir a paz europeia, foi muito mais do que isso. No início do século XX surgiu a necessidade de institucionalizar a diplomacia multilateral, anunciando-se uma nova ordem multilateral na política internacional corporizada na Sociedade das Nações, a primeira organização multilateral da história das relações internacionais, com vocação universal e finalidades gerais.

A Delegação portuguesa à Conferência da Paz é inicialmente chefiada por Egas Moniz, insigne cientista português. A notícia da morte súbita e brutal do chefe de Estado português, Sidónio Pais, surpreende Egas Moniz que em Paris deixa de receber as instruções de Lisboa (Martínez, 2001). Egas Moniz é então substituído na presidência da Delegação portuguesa por Afonso Costa, carismático líder republicano com ampla experiência política, em meados de Março de 1919 (Ferreira, 1992). Mas se é indiscutível que Egas Moniz não tinha o traquejo diplomático de Afonso Costa, também não se pode ignorar que Afonso Costa sofreu vários reveses diplomáticos. Na verdade, exceto o Quionga e uma pequena percentagem das reparações de guerra que foi atribuída a Portugal, a nossa diplomacia não obteve sucessos políticos assinaláveis.

Na opinião de Menezes (2008), Portugal parte para Versalhes com a ideia de que a Conferência da Paz poderia resolver a difícil situação socioeconómica do país que se deteriorou com a participação de Portugal na guerra na Europa e em África. Recuperar a economia, modernizar as forças armadas e ganhar uma posição de destaque na Sociedade das Nações eram os desígnios nacionais da Primeira República.

A continuidade destes objetivos diplomáticos manteve-se inalterada até ao encerramento da Conferência, apesar de termos tido dois Presidentes da República e dez Ministros dos Negócios Estrangeiros durante o período de trabalhos da Conferência (Cruz, 2009: 14).

Mas, como refere Ferreira (1992: 15-16), numa fase inicial o grande objetivo de Portugal na Conferência da Paz era manter e, se possível, aumentar o domínio colonial. Evidentemente que isso dependeria da efetiva capacidade portuguesa de negociação diplomática e de uma correlação de forças favorável aos nossos interesses. Apesar da ambição inicial de reforçar o império, a ideia de reivindicar novos territórios coloniais para Portugal ou a possibilidade de troca de territórios foram objetivos rapidamente abandonados por Afonso Costa. Nos meses que se seguem a esta decisão a agenda política portuguesa será largamente dominada pelo temor de uma “internacionalização” da questão colonial africana a partir do sistema de mandatos. Valeu-nos a pressão das grandes potências com interesses coloniais que se bateram para que os mandatos se confinassem às antigas possessões alemãs e otomanas (Oliveira, 2011). Estes factos levaram a nossa Delegação em Paris a concentrar-se no tema das reparações e indemnizações de guerra por parte da Alemanha como forma de premiar e ressarcir os sacrifícios da beligerância portuguesa, bem como na questão da partilha da frota alemã e constituição de uma frota mercante e na distribuição do material de guerra para reequipamento das forças armadas (Telo, 2014). E a verdade é que a falta de preparação e armamento do nosso exército e o facto do nosso país ter sido poupado a ocupações e destruições foram os grandes responsáveis pelos magros resultados obtidos pela nossa diplomacia no palco genebrino (Menezes, 2008).

Foi decidido atribuir a Portugal 0,75% das reparações de guerra (49,5 milhões de libras) mas os alemães acabariam por pagar muito pouco do valor acordado com o governo português. Deste modo, Portugal ficou com as dívidas que tinha contraído em Londres para financiar o seu esforço de guerra do corpo expedicionário (Martínez, 2001: 282; Ferreira, 2001: 361). Menezes (2008) enumera os poucos ganhos portugueses: seis torpedeiros austríacos, dois dos quais nunca chegaram a Portugal, e a recuperação do pequeno território de Quionga (Triângulo de Quionga), na margem sul do rio Rovuma, no Norte de Moçambique. A Armada portuguesa não foi reconstituída a partir dos despojos de guerra, nem ocorreu a reconstituição do parque de artilharia português e a obtenção de material aeronáutico. Os navios alemães apresados passaram a constituir o grosso da marinha mercante (Ferreira, 2011: 362). No final, foi possível salvaguardar os territórios africanos da cobiça de outros Estados (Cruz, 2009). A África do Sul preocupava bastante o Ministério dos Negócios Estrangeiros porque cobiçava a Portugal a Baía de Lourenço Marques (Maputo), vendo neste corredor a chave para a consolidação da sua hegemonia na África Austral.

Os tratados de paz celebrados no final da Grande Guerra envolveram vários aspetos, nomeadamente o desmembramento do Império Austro-Húngaro, a partição da Turquia, a perda das colónias por parte da Alemanha, o desarmamento unilateral e indemnizações pesadas à Alemanha, a quem foi assacadas todas as responsabilidades pela guerra (Howard-Ellis, 1928).

Mas o lado menos conhecido da ação da Delegação portuguesa à Conferência da Paz é a participação dos nossos diplomatas na discussão dos aspetos políticos e institucionais que enformariam a ordem internacional nascente. Esta nova ordem valoriza o multilateralismo como mecanismo central para o relacionamento entre Estados e os princípios do internacionalismo e da cooperação internacional, em razão da natureza dos interesses comuns que começavam a surgir. O Pacto da Sociedade das Nações, que é parte integrante do Tratado de Versalhes (parte I, artigos 1.º a 26.º e anexo), redefine o conceito de sistema internacional e, conseqüentemente, de segurança e consagra um mecanismo básico jurídico-político que subordina o recurso à força armada à supervisão de um órgão central, o Conselho Executivo da Sociedade das Nações.

A política externa da Primeira República atribui grande importância a esta nova forma multilateral de organização internacional. Na condição de pequeno Estado a preferência pela dinâmica multilateral resulta diretamente da perceção dos limites das alianças tradicionais da política externa portuguesa – no essencial, aliança luso-inglesa e relacionamento político com a vizinha Espanha – e da necessidade de uma diversificação das opções diplomáticas.

Afonso Costa desenvolve uma ação persistente no sentido de defender as virtudes de um sistema de segurança coletiva global – na medida em que poderia garantir um mundo mais seguro para os Estados com pouca capacidade militar – e reivindica um lugar não permanente no Conselho Executivo. De notar que o objetivo de garantir representação no Conselho não figurava nos planos inicialmente traçados. Foi em plena Conferência que os delegados portugueses decidiram avançar com esta estratégia destinada a aumentar a visibilidade do país no novo concerto das nações.

O modelo de segurança coletiva da Sociedade das Nações baseia-se na possibilidade de submeter as disputas entre os membros da Sociedade “a um processo de arbitragem ou a uma decisão judicial, quer ao exame do Conselho (artigo 12.º, n.º 1 do Pacto da Sociedade das Nações). O Conselho da Sociedade das Nações recebeu igualmente mandato para tratar dos problemas do desarmamento.

Jaime Batalha Reis, representante de Portugal na Comissão que iria elaborar o projeto do Pacto da Sociedade das Nações, a Comissão da Liga das Nações, apresentou o modelo de segurança coletiva que Portugal preconizava, assente em três ideias-força. Em primeiro lugar é retomada uma linha tradicional da política externa portuguesa, que remonta às Conferências da Paz de Haia (1899 e 1907), o instituto da arbitragem obrigatória na solução dos diferendos entre os Estados (Ferreira, 1992). Segundo se pode ler no livro de atas das reuniões dos delegados portugueses à Conferência de Paris de 1919 recentemente levado à estampa (Cruz, 2010) Batalha Reis lembra que a delegação portuguesa à II conferência da Haia de 1907 apresentou uma proposta de arbitragem obriga-

tória que acabou por não ser adotada, não chegando a figurar em qualquer dos convênios aprovados¹. Em Versalhes este aspeto viria a fazer parte integrante do texto final do Pacto da Sociedade das Nações – para regozijo dos representantes portugueses e brasileiros, entre outros países – embora figurasse, como já se disse, como uma entre outras hipóteses à disposição dos Estados membros (Cruz, 2011: 226-227).

Segundo, sobre a relação entre a Doutrina Monroe e a segurança coletiva, grande fonte de preocupações para o presidente Wilson, Portugal segue a posição adotada pelos ingleses que defendiam a compatibilidade entre o sistema universal proposto e a doutrina proferida pelos norte-americanos em 1823 para enquadrar as suas relações com a América Latina (Pacheco, 1999: 29).

Terceiro, Portugal defendia a compatibilização do tradicional sistema de alianças com a segurança coletiva. Conclui-se que o Estado português parecia ver bastantes vantagens na continuação da aliança com a Grã-Bretanha, bem patente no alinhamento frequente com as posições daquele país ao longo de todo o processo negocial em Paris. Nesse quadro, a decisão de se opor a um sistema de segurança coletiva que substituiria o tradicional sistema de alianças mostra que Portugal não foi capaz de tirar total partido do novo ambiente multilateral, contrariamente ao que seria de esperar de uma pequena potência representada na Conferência da Paz. Mas há outras explicações possíveis. Por exemplo, a necessidade de fazer valer as suas posições junto do presidente Wilson, figura tutelar da Conferência da Paz, através da mediação da Delegação inglesa pode explicar o relacionamento bilateral com os ingleses. Uma outra explicação possível tem que ver com as dimensões da segurança coletiva mais valorizadas nas negociações. Na verdade a segurança coletiva, assente nos vetores arbitragem, desarmamento e aspetos de segurança propriamente ditos, foi desenvolvida na Conferência de Paris essencialmente do ponto de vista dos últimos fatores (Pacheco, 1999: 20). Assistimos portanto de forma clara à adoção de uma solução jurídico-política que não agrada inteiramente a Portugal e que poderá estar, eventualmente, na base ou em parte relacionada com a nossa relutância em abandonar os alinhamentos tradicionais em termos de política externa, razão aliás pela qual fomos hostilizados pelos franceses, que nos acusavam de não termos uma estratégia própria (Martínez, 2001: 276).

Afonso Costa procurou candidatar Portugal ao Conselho Executivo da Sociedade das Nações, em representação das pequenas potências. Lord Balfour será abordado pelos representantes portugueses, no sentido de ajudar a eleger Portugal como membro não permanente do Conselho (Martínez, 2001; Medeiros Ferreira, 1992). Lisboa justificava a candidatura defendendo que Portugal era a maior das pequenas potências envolvidas na guerra e como tal o lugar era mais do que merecido, para além de outros aspetos que considerávamos igualmente favoráveis à nossa candidatura e que divulgámos entre os delegados². Não foi esse, no entanto, o desfecho da eleição. A 28 de Abril de 1919 os delegados portugueses foram surpreendidos pela proposta de Wilson no sentido de ser a

1 Ata n.º 38 da sessão do dia 7 de Abril de 1919.

2 Ata n.º40, sessão de 22 de Abril de 1919.

Espanha a ter assento no Conselho (Martínez, 2001; Ferreira, 1992). O impacto em Portugal foi enorme. A percepção de que o nosso país tinha sido preterido por uma nação que se tinha mantido neutra no conflito, embora Espanha fosse uma das mais importantes potências neutras graças ao fornecimento de créditos aos Estados vencedores, foi mal recebida por todos os sectores da sociedade portuguesa. Medeiros Ferreira oferece uma possível explicação para este facto. Do ponto de vista deste historiador, Portugal até poderia ser um forte candidato a um lugar rotativo mas o facto é que a Espanha seguiu uma estratégia ganhadora optando por lidar diretamente com Wilson, a quem coube a última palavra na questão (Medeiros Ferreira, 1992: 51). Portugal, pelo contrário, depositou todas as esperanças num intermediário.

A Política Externa das Pequenas Potências na Sociedade das Nações: o Caso Português

A Sociedade das Nações deve ser vista como uma expressão do multilateralismo do início do século XX. O multilateralismo, como refere Ruggie “pressupõe a coordenação das políticas nacionais de três ou mais potências, com base em certos princípios que regulam o relacionamento entre elas” (Ruggie, 1993: 7). O multilateralismo é uma forma institucional característica da vida internacional moderna. As organizações internacionais formais, por seu lado, são uma realidade multilateral mais recente, datam dos finais do século XIX, inícios do século XX.

A ideia de uma comunidade universal organizada é muito antiga. Pode encontrar-se no jusnaturalismo teológico iniciado por Santo Agostinho na Idade Média, nas ideias do Abade de Saint-Pierre e Henrique IV, em William Penn e nos escritos de Kant, entre outros pensadores que aqui se poderiam elencar (Howard-Ellis, 1928: 61). Em comum a ideia de que a guerra não é uma inevitabilidade mas sim uma instituição social. A segurança coletiva pode ser vista como uma gestão multilateralizada da estabilidade global pressupondo, deste ponto de vista, a unidade da humanidade. Na génese do sistema multilateral do século XX devem referir-se a experiência do Concerto Europeu, as conferências internacionais da segunda metade do século XIX, inícios do século XX, a experiência das primeiras organizações internacionais de cariz técnico e as sociedades nacionais criadas em vários países para promover a ideia de uma Liga das Nações. O ponto fundamental, porém, é que os Estados, em 1919, deveriam resolver as suas disputas pacificamente e cooperar em matérias de preocupação internacional com base na premissa de que um ataque a um deles equivaleria a um ataque a todos os outros. Era portanto lógico que o projeto de nova ordem mundial substituísse a antiga ordem: a anarquia dos impérios rivais e as alianças rígidas de poder tradicionais no tabuleiro geopolítico europeu (e mundial) que estiveram na génese da Primeira Guerra Mundial.

Porém, e diferentemente do que se esperava, a negociação da estrutura e funcionamento da Sociedade das Nações e dos seus órgãos evoluiu de forma contraditória.

As divergências entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha explicam esse facto. Enquanto para os ingleses o sucesso da organização dependia da institucionalização de um fórum que permitisse a discussão de pontos de vista antes de se tomar a decisão de

iniciar uma guerra sangrenta, para os Estados Unidos esse ponto não era essencial (Howard-Ellis, 1928: 72-74). Evidentemente que isso dependeria muito da efetiva capacidade de retardar uma resposta armada às investidas de outros países, propondo Londres que se incluísse um período de reflexão obrigatória, que do seu ponto de vista acalmaria os ânimos e evitaria as guerras (Howard-Ellis, 1928: 72-74). As propostas inglesas acabaram por ter bom acolhimento, tendo sido integradas no articulado do Pacto. Wilson, por seu lado, enfrentava as resistências republicanas à criação de uma organização permanente com o objetivo de restringir o uso da força na vida internacional, o que criou tensões com as outras delegações. A preocupação de salvaguardar a nova ordem internacional baseada no respeito pelo Direito Internacional explica em parte a opção de Wilson de apresentar a Sociedade das Nações como a concretização à escala global da proteção oferecida pela Doutrina Monroe aos países da América Latina, numa tentativa de convencer a oposição interna do seu país a dar o aval ao projeto. No entanto, como se sabe, a redação final do pacto acabaria por colocar, na prática, a América Latina sob influência norte-americana e conseqüentemente fora do alcance da Sociedade das Nações. Apesar de todos os esforços Wilson viu os seus objetivos serem inviabilizados pelo Senado Americano, que recusou ratificar a participação dos Estados Unidos na Sociedade das Nações. Os franceses, de longe os beligerantes mais interessados em obter garantias de não-agressão por parte da Alemanha, não tiveram influência comparável nos trabalhos preparatórios. Deste modo o modelo final de segurança coletiva não contemplou uma capacidade militar internacional capaz de executar as decisões da Sociedade, o que desagradou ao Quai D'Orsay.

Naturalmente o resultado foi o enfraquecimento progressivo do modelo de segurança coletiva que viria a ser institucionalizado. O carácter obrigatório do mecanismo foi abandonado e passou a ter uma natureza descentralizada, sob a forma de recomendação aos Estados membros que, em última análise, decidiam a aplicação de sanções militares e não militares nas situações concretas (Pacheco, 1999; Saraiva, 2001)

Como se viu atrás, pouco se sabe da participação de Portugal na Conferência da Paz e menos ainda do posicionamento português na Sociedade das Nações face ao mecanismo de cooperação multilateral com impacto nas decisões de política externa dos seus membros. Na análise do caso português, a Sociedade das Nações abarca três períodos distintos da história de Portugal: Primeira República, Ditadura Militar e, finalmente, Estado Novo.

Incompreensivelmente, ou talvez não, as relações internacionais, embora comecem a dar atenção à participação portuguesa nas Nações Unidas, têm feito silêncio sobre o posicionamento português perante uma primeira experiência multilateral com vocação universal e finalidades gerais, ocorrida no período entre as guerras.

Trazemos aqui apenas uma primeira abordagem do assunto, que carece de análise documental aprofundada do fundo da Sociedade das Nações do Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da documentação oficial existente na Biblioteca Nacional sobre a Sociedade das Nações, a consulta de espólios de diplomatas que representaram Portugal na organização e do acervo existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

A primeira questão que abordamos é o problema dos pequenos Estados e da sua capacidade de estabelecer alianças para fazerem valer os seus interesses no interior da Sociedade das Nações. Neste quadro é importante fazer a seguinte pergunta: Portugal, na condição de pequeno Estado, mostrou-se construtivo e favoreceu a formação de consensos entre os pequenos Estados?

O segundo aspeto diz respeito ao peso das relações bilaterais no interior de um fórum multilateral como a Sociedade das Nações, com particular enfoque no debate sobre se os canais bilaterais representaram uma ameaça à dinâmica multilateral portuguesa na organização genebrina, tendo em conta a necessidade de defender o melhor possível o interesse nacional português.

Observando a evolução da Sociedade das Nações nas décadas de vinte e trinta do século XX, pode dizer-se que tanto o processo decisório da Conferência da Paz como o papel da Sociedade das Nações na governança internacional devem ser vistos no contexto das realidades geopolíticas que sempre existiram no interior da organização.

Como já se disse, inicialmente as potências vencidas foram excluídas da organização e o ingresso de novos Estados resultantes dos desmembramentos dos impérios, assim como dos Estados ditos exíguos, foi intencionalmente dificultado (Martínez, 2001: 302). Por outro lado, a estrutura organizacional criada favorecia o predomínio das grandes potências vencedoras da Primeira Guerra, fazendo depender o funcionamento do sistema da cooperação dos cinco grandes poderes associados.

No após guerra, a implementação de um sistema de cooperação de base multilateral não foi uma tarefa fácil.

Na Conferência de Paris o projeto de pacto apresentado pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha previa um Conselho Executivo composto apenas por membros permanentes (Rappard, 1934: 551), embora com possibilidade de convidar os Estados cujos interesses fossem diretamente afetados. Como era expectável, os pequenos Estados assumiram uma postura de grande firmeza exigindo um Conselho representativo baseado na igualdade entre os Estados, grandes e pequenos. No entanto, como recordou o inglês Robert Cecil na discussão da proposta, as pequenas potências tinham no passado inviabilizado a criação de um tribunal permanente na Conferência de Haia de 1907 por insistirem no princípio da representação de todos os Estados na instituição (Rappard, 1934: 553).

Rappard (1933: 557) descreve a defesa dos interesses dos pequenos países na Comissão da Sociedade das Nações identificando os delegados mais ativos na discussão: Hymans (Bélgica); Vesnitch, em representação do Estado Servo-Croato-Esloveno; Pessoa, do Brasil; Wellington Koo, da China; e o português Batalha Reis. Todavia, e apesar dos esforços para consagrar o princípio da igualdade soberana entre Estados, todos os delegados acabaram por aceitar que o Conselho teria membros com diferentes estatutos. Houve, efetivamente, um compromisso entre os princípios do direito e a política. Fica consagrada a permanência da Grã-Bretanha, França, Itália, Japão e Estados Unidos no Conselho – os Estados Unidos não chegariam a assumir o lugar porque o Senado chumba a ratificação do Tratado de Versalhes – e a Bélgica, Espanha, Brasil e Grécia assumem o

primeiro mandato como membros rotativos (Martínez, 2001: 302). Devido ao facto de serem microestados, países como o Liechtenstein e São Marino não puderam participar na organização. Considerava-se que eram demasiado pequenos para conduzirem as suas políticas externas independentes dos seus vizinhos mais poderosos. Nenhum aceitou o estatuto limitado que lhe foi oferecido em alternativa ao ingresso na organização como membros de pleno direito (Thorhallson, 2012: 144).

O segundo aspeto que nos parece importante evidenciar é que nem todos os países aceitavam a divisão das potências em grandes e pequenas. O general Smuts chegou a sugerir a criação de uma categoria intermédia de Estados semipermanentes que poderiam ser reeleitos em eleições sucessivas. A ideia foi abandonada na segunda reunião da Comissão da Sociedade das Nações incumbida de redigir o Pacto da Sociedade das Nações após ter sido criticada pela delegação portuguesa (Rappard, 1934: 560). A fórmula foi no entanto recuperada em 1926 e aceite pelos países membros, o que coincidiu com a entrada da Alemanha na organização. Entre 1920 e 1923 alguns Estados neutros inicialmente não admitidos, assim como alguns Estados vencidos, ingressaram na Sociedade das Nações, mas esta alteração da composição já não foi suficiente para revigorar a organização e resolver alguns dos seus problemas estruturais.

Há, efetivamente, um interesse das pequenas potências em afirmar o seu poder e autonomia em relação aos Aliados vitoriosos, pese embora o facto dos pequenos países não terem nada em comum, nem nada que os distinguisse dos grandes exceto não serem membros permanentes no Conselho (Rappard, 1934: 544). De facto, a diversidade política de pequenos Estados é significativa na Sociedade das Nações, em termos de circunstâncias, prioridades políticas e recursos. Neste período inicial os pequenos Estados eram definidos pela negativa: a categoria englobava todos os países que não eram grandes potências, não se agrupando propriamente em função de características comuns. No final da Segunda Guerra, no quadro da Organização das Nações Unidas, sucederá algo de similar (Kaeckenbeeck, 1945: 308).

Outro aspeto que merece realce é a geografia dos membros. Em 1919, a África e Ásia estão pouco representadas na nova estrutura. Nessa altura existiam, nestes continentes, muito poucos países independentes e semi-independentes. Em África só o Egipto, a Libéria e a Etiópia tinham esse estatuto. A América Latina, representando 36% dos membros da Sociedade das Nações, era muito ativa na organização, vendo nela a possibilidade de ganhar alguma autonomia em relação aos Estados Unidos (Marks, 1995). Genericamente falando, a Sociedade das Nações era uma organização europeia com pequenos e grandes Estados. O seu carácter europeu acentuou-se com a saída, nas décadas seguintes, de vários países da América Latina.

Do ponto de vista dos interesses nacionais, a Primeira República via a participação na Sociedade das Nações como um dado capaz de aumentar a afirmação de Portugal no contexto internacional permitindo uma maior liberdade de ação face à Grã-Bretanha e à Espanha (Ferreira, 1992: 37). Neste quadro, entre 1920 e 1922, a diplomacia portuguesa procurou igualmente estreitar os nossos laços de relacionamento com o Brasil. É um facto que os governos da Primeira República procuraram ganhar autonomia face à Grã-

-Bretanha. Mas a verdade é que, ao mesmo tempo, mantivemos um relacionamento preferencial com Londres na Conferência de Paris e, posteriormente, na Sociedade das Nações.

Na realidade, ao longo da década de vinte, a instabilidade do regime político em Portugal e as dúvidas sobre a evolução da situação internacional e o papel da Sociedade das Nações na mesma, levaram a diplomacia portuguesa a concertar bilateralmente posições com o *Foreign Office* com o duplo objetivo de salvaguardar as possessões ultramarinas e garantir que receberíamos as compensações financeiras pela participação na guerra (Pacheco, 1999: 22).

Para compreender esta ambiguidade fundamental é importante sublinhar, numa análise preliminar da questão, alguns dos aspetos mais evidentes do problema.

No início do século XX a Sociedade das Nações foi forçada a conviver alguns anos com a velha ordem que supostamente viria substituir, nomeadamente com a Comissão de Reparações, Conferências de Embaixadores e outras estruturas que funcionaram paralelamente à organização e que estruturaram elementos fundamentais do pós-guerra fora do quadro institucional da nova organização (Dunbabin, 1993: 426). Neste sentido, Portugal não podia ignorar que só após o desaparecimento deste sistema político paralelo, a Sociedade das Nações se assumiria como o centro da governança europeia e internacional, captando finalmente a atenção das chancelarias europeias para a sua real importância.

Nos anos vinte os temas quentes para a diplomacia portuguesa sucederam-se: problema do escravagismo nas possessões coloniais, que atingia particularmente São Tomé e Príncipe e que tivemos que enfrentar sozinhos após ter fracassado a formação de um bloco de países coloniais com iguais preocupações (França, Holanda e Bélgica) (Pacheco, 1999: 75-76), o tráfico de ópio, que constituía uma das mais importantes fontes de financiamento de Macau, a par do jogo, e a legislação laboral desenvolvida pela Organização Internacional do Trabalho que os governos da Primeira República assinaram mas cuja ratificação só ocorreria em plena Ditadura Militar, a partir de 1928 (Rodrigues, 2010: 32). A verdade é que deste período pouco se sabe em termos de relações de cooperação entre Portugal e outros pequenos Estados no interior da Sociedade das Nações, na Organização Internacional do Trabalho e noutros organismos de cooperação internacional criados no âmbito da Sociedade das Nações. Tão pouco se conhecem as dinâmicas da política externa portuguesa no palco multilateral genebrino, nomeadamente as sinergias e/ou as divergências de perspectiva entre a estratégia multilateral portuguesa e os canais diplomáticos bilaterais que continuámos a assegurar, nomeadamente com o *Foreign Office*.

Há, no entanto, um ponto que reúne consenso. É claro que Portugal procurou tirar vantagens do novo quadro multilateral, particularmente no capítulo dos mecanismos jurisdicionais internacionais que do nosso ponto de vista eram indissociáveis de uma paz duradoura, recorrendo com frequência à arbitragem internacional para solucionar disputas e atribuindo grande importância ao Tribunal Permanente de Justiça Internacional, criado no seio da Sociedade das Nações. A importância do Direito Internacional deve ser vista no contexto do interesse comum dos pequenos Estados pelos mecanismos jurisdicionais de resolução pacífica de controvérsias. Na medida em que protege sobretudo os

mais pequenos o primado da lei nas relações internacionais reaparece na Organização das Nações Unidas como um dos temas fortes da agenda dos pequenos Estados constituindo-se como uma característica comum da política externa dos pequenos Estados em contexto multilateral (Rappard, 1934: 572; Kaeckenbeeck, 1945: 306). A cooperação técnica foi outro importante legado da Sociedade das Nações em Portugal, que até os Estados Unidos mantiveram ao longo das décadas independentemente de não pertencerem à organização (Beck, 1995). No caso português, os governos da Ditadura Militar continuaram muito ativos nos organismos de cooperação técnica (Ferreira, 2011: 372-373).

As dificuldades financeiras do Governo Militar levam-no a pedir um empréstimo internacional com o aval da Sociedade das Nações, depois de um primeiro pedido de empréstimo a Portugal ter sido recusado pelos círculos bancários internacionais. A Sociedade das Nações recusou conceder o empréstimo nas condições exigidas por Portugal, o que abriu caminho a Salazar que é chamado à pasta das Finanças. Os resultados alcançados por Oliveira Salazar no saneamento das finanças permitem a Portugal melhorar significativamente a imagem internacional da Ditadura Militar (Menezes, 2010: 59).

Nos anos trinta a Sociedade das Nações é integrada na política externa do Estado Novo de um modo radicalmente diferente. O regime de Salazar assume a sua aversão ao “multilateralismo europeu” da Sociedade das Nações e à política multilateral da Primeira República, mostrando grande empenho no aprofundamento da aliança com a Grã-Bretanha como pedra angular da sua política externa.

Dos diversos fatores ponderados, a perceção da importância sistémica do império ultramarino foi claramente o aspeto central do relacionamento diplomático do Estado Novo com a organização genebrina acompanhando, de resto, decisões tomadas ao nível interno por Oliveira Salazar. Com as finanças públicas da metrópole finalmente consolidadas, Oliveira Salazar avançou para a aprovação do Ato Colonial, em 1930, conseguindo a partir desse momento colocar a questão da soberania colonial no centro da política externa portuguesa (Magalhães, 1997; Menezes, 2010), o que estava de acordo com a natureza nacionalista do regime, o repetido receio pela influência estrangeira e o objetivo de promover o desenvolvimento das colónias em linha com a política económica do Estado Novo, isto é, sem sobrecarregar os cofres de Lisboa.

A verdade é que do ponto de vista do regime de Salazar a Sociedade das Nações tinha duas importantes limitações. A primeira era a falta de uma dimensão ultramarina na organização. A Sociedade não só não garantia o *status quo* colonial em África, a inviolabilidade das fronteiras das possessões africanas portuguesas, como também desenvolvia intensas campanhas contra a “missão civilizadora” dos colonizadores europeus que colocou Portugal debaixo de fogo cerrado. Em segundo lugar, a sua capacidade para gerir os problemas políticos da América Latina e Ásia era cada vez mais residual conduzindo a organização a um formato puramente europeu e continental que agradava pouco a Lisboa.

Apesar do relativo desinteresse do Estado Novo por organizações internacionais, que interessaria mapear com maior rigor, a verdade é que Portugal tentou repetidamente ser eleito para membro não permanente do Conselho da Sociedade das Nações, o que veio efetivamente a suceder em 1933 (Ferreira, 2011). Afirma Cristina Pacheco:

“Se é verdade que não pudemos contar com o apoio incondicional da Grã-Bretanha, que chegou a votar em alguns momentos contra a nossa candidatura, o facto de Portugal não pertencer a nenhum bloco político que entretanto se tinham formado, era o principal óbice: Estados da América Latina – que não incluía o Brasil – países balcânicos, bloco dos países do Norte e bloco dos domínios britânicos” (Pacheco, 1999: 58).

Só depois de resolvida a questão dos países que não pertenciam a nenhum dos grupos supracitados foi possível a eleição do nosso país para o Conselho.

Acresce que, como refere Menezes: “os acontecimentos internacionais começaram a intrometer-se na evolução do Estado Novo a partir de 1935, em resultado da crise da Abissínia desencadeada por Mussolini” (Menezes, 2010: 215). Pela primeira vez na sua história, a pertença à Sociedade das Nações obriga Portugal a tomar posição nos debates internos da nova estrutura multilateral sobre os grandes problemas políticos internacionais. Esta nova dinâmica é imparável.

Por indicação inglesa Armindo Monteiro é indigitado em 1935 como presidente do Comité dos Seis, que viria a declarar a Itália agressora na crise italo-abissínia e determinou a aprovação de um embargo económico e militar (Magalhães, 1997: 120). O Estado Novo vê-se desta maneira confrontado com uma nova forma de mediação organizada capaz de introduzir elementos substantivos nos processos de decisão da política externa portuguesa que anteriormente não existiam (Ruggie, 1993: 23). Ao mesmo tempo, Oliveira Salazar percebe que na condição de pequeno Estado Portugal pode ter alguma capacidade de ação e influência neste ambiente multilateral. Apesar de alguma simpatia por Mussolini, o regime português chega à conclusão que era do interesse de Portugal preservar o princípio da soberania dos países que integravam a organização – vendo bem a Abissínia era um membro de pleno direito da Sociedade das Nações. Por outro lado, temia-se que na sequência deste episódio o *status quo* colonial em África fosse posto em causa, o que não nos convinha (Magalhães, 1997: 118). A crise acabou por ser ultrapassada pelos acontecimentos que antecederam a Segunda Guerra, para grande alívio de Portugal e de Mussolini.

Logo de seguida começa a Guerra Civil espanhola (1936-1939). A guerra civil em Espanha foi entendida como fazendo parte da guerra civil europeia alargada entre a esquerda e a direita. As fases iniciais do conflito foram acompanhadas com apreensão em Genebra e em Lisboa, mas a partir de certo momento o conflito acabou por sair da esfera de atuação da Sociedade das Nações, com a justificação de que seria um assunto interno de Espanha – de facto, Londres e Paris optaram por uma política de não intervenção na Guerra Civil espanhola que condicionou a posição da Sociedade das Nações (Menezes, 2010). A Sociedade das Nações decidiu apenas apoiar os refugiados, verificou a retirada dos combatentes não espanhóis e protegeu os tesouros espanhóis (Beck, 1995). Neste conflito, Salazar procurou defender os interesses de Franco na Sociedade das Nações e, acima de tudo, “joga um papel importante como ‘agente de ligação’ entre os insurretos espanhóis e o Gabinete inglês” (Magalhães, 1997: 134), honrando desta forma a multiseccular aliança com os ingleses.

Do que foi dito sobre o envolvimento português na Sociedade das Nações é possível extrair algumas conclusões provisórias. A primeira conclusão responde à questão dos pequenos Estados e da sua capacidade de se coligarem em torno de uma agenda comum. Analisando os dados disponíveis não é possível afirmar, pelo menos neste momento, que as pequenas potências construíram através do convívio na Sociedade das Nações uma cultura de segurança comum, na medida em que não existe investigação publicada sobre esta matéria que pudesse sustentar tal conclusão. Neste sentido o papel de Portugal nesta questão não foi ainda mapeado. Em relação à segunda questão, os dados apresentados permitem-nos concluir que em ambiente multilateral a análise dos condicionalismos e das oportunidades é mais complexa do que num ambiente puramente bilateral, mas não necessariamente mais desfavorável aos interesses do nosso país. A ambivalência do posicionamento português sugere uma tentativa de equilibrar e combinar a dimensão bilateral com a perspetiva multilateral na abordagem diplomática portuguesa à Sociedade das Nações, procurando-se alcançar alguma liberdade de ação na organização e fora dela embora os elementos caracterizadores desta dinâmica, continuem terreno não explorado pelos investigadores que se dedicam ao estudo do multilateralismo e das organizações internacionais.

Curiosamente, com o passar dos anos os pequenos Estados começaram a dar-se conta de que o estatuto de pequena potência não era tão inconveniente quanto isso, na medida em que permitia facilmente transferir as responsabilidades do falhanço da Sociedade das Nações para as grandes potências que dominavam a organização.

Conclusões

Quase não há debate académico sobre a participação de Portugal na Sociedade das Nações. Com exceção de alguns historiadores portugueses, em Portugal os estudiosos das relações internacionais têm feito silêncio sobre o papel dos pequenos Estados na construção da dimensão internacionalista da Sociedade das Nações.

Este texto procurou fazer uma primeira abordagem do assunto, através da análise dos trabalhos preparatórios do Pacto da Sociedade das Nações e do desempenho das pequenas potências no seio da organização, com especial enfoque no caso português.

O modelo de segurança coletiva que a Sociedade das Nações propunha era interessante para os pequenos Estados, na medida em que oferecia uma alternativa à política de alianças e prometia liberdade de ação e de influência no contexto internacional e multilateral.

O texto identifica lacunas importantes ao nível do mapeamento das estratégias políticas seguidas por Portugal neste fórum multilateral, concluindo-se que não há praticamente estudos sobre as estratégias de cooperação entre os pequenos Estados nem informação sobre o envolvimento de Portugal nestes mecanismos de cooperação entre iguais. Em segundo lugar observamos uma tensão na abordagem diplomática portuguesa à Sociedade das Nações: a existência de uma dimensão bilateral (relacionamento preferencial com a Grã-Bretanha) dentro da Sociedade das Nações que convive e interage com a abordagem multilateral da organização e dos seus objetivos, embora os elementos carac-

terizadores desta dinâmica continuem terreno não explorado pelos investigadores que se dedicam ao estudo do multilateralismo e das organizações internacionais.

Curiosamente, na fase final da vida da Sociedade das Nações os pequenos Estados começaram a sentir-se confortáveis com o estatuto de desigualdade que tinham na organização, na medida em que as responsabilidades do falhanço da Sociedade das Nações podiam ser facilmente assacadas às grandes potências que a lideravam.

Referências Bibliográficas

- Beck, Peter J. (1995). “The League of Nations and the Great Powers 1936-1940”. *World Affairs* n°4, pp.175-189.
- Cruz, Duarte Ivo (2009). *Estratégia Portuguesa na Conferência da Paz 1918-1919. As Actas da Delegação Portuguesa*. Lisboa: FLAD.
- Dunbabin, J. P. (1993). “The League of Nations’ Place in the International System”. *The Historical Association* n° 254, pp. 421-442.
- Ferreira, José Medeiros (2011). “A Globalização da Primeira República” em Filipe Ribeiro de Menezes e Pedro Aires de Oliveira (eds.), *A Primeira República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa: Tinta da China.
- Ferreira, José Medeiros (1992). *Portugal na Conferência da Paz, Paris, 1919*. Lisboa: Quetzal.
- Gaspar, Carlos (2007). “Portugal, os Pequenos Estados e a União Europeia”. *Nação e Defesa* n° 118, pp. 107-145.
- Howard-Ellis, C. (1928). *The Origin Structure & Working of the League of Nations*. London: George Allen & Unwin.
- Kaackenbeeck, Georges (1945). “The Function of Great and Small Powers in the International Organization”. *International Affairs* n° 3, pp. 306-314.
- Marks, Sally (1995). “The Small States at Geneva”. *World Affairs* n°4, pp. 191-196.
- Martin, Percy Alvin (1926). “Latin America and the League of Nations”. *The American Political Science Review* n°1, pp. 14-30.
- Martínez, Soares (2001). *A República Portuguesa e as Relações Internacionais (1910-1926)*. Lisboa: S.L. Verbo.
- Menezes, Filipe Ribeiro de (2008). “O Tratado de Versalhes (1919)”. *Janus 2008*, disponível em http://janusonline.pt/2008/2008_2_7.html. Acedido em 5 de Março de 2015.
- Menezes, Filipe Ribeiro de (2010). *Salazar. Uma Biografia Política* (3ª edição). Alfragide: D. Quixote.
- Oliveira, Pedro Aires (1997). “Armando Monteiro e a Política Externa do Estado Novo (1935-1943)”. *Política Internacional* n° 14, pp. 115-167.
- Pacheco, Cristina (1999). *Portugal na Sociedade das Nações: 1919-1930*. Lisboa. Tese de Mestrado: Faculdade de Letras de Lisboa. Departamento de História.
- Rappard, William E. (1934). “Small States in the League of Nations”. *Political Science Quarterly* n° 4, pp. 544-575.
- Rodrigues, Cristina (2010). *A OIT e a Legislação Laboral Portuguesa (1919-1933) em Portugal e a OIT: Dinâmicas de Uma Relação (1919-1933)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República 1910-2010 e OIT- Escritório em Lisboa.

- Rosenau, James N. e Ernst-Otto Czempiel (eds.) (1992). *Governance without Government: Order and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ruggie, John (ed.) (1994). *Multilateralism Matters*. New York: Columbia University Press.
- Saraiva, Maria Francisca (2001). *Governance: um Caminho para a Segurança Cooperativa*. Lisboa: ISCSP.
- Thorhallsson, Baldur (2012). “Small States in the United Nations Security Council: Means of Influence?” *The Hague Journal of Diplomacy* n° 7, pp. 135-160.
- Weiss, Thomas e Rorden Wilkinson (2014). “Global Governance to the Rescue: Saving International Relations?” *Global Governance* n°1, pp. 19-36.

A Grande Guerra na Genealogia da Estratégia

António Paulo Duarte

Assessor e Investigador do Instituto da Defesa Nacional. Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigador igualmente do Observatório Político. Doutor em História Institucional e Política Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Introdução

A linguagem, ao denominar as coisas, fixa o fluir do mundo e encerra os homens num cosmos cultural e intelectual específico, dificultando a sua leitura do real.

O ser humano é “filho e pai da cultura em que está inserido” (João Paulo II, *Fides e Ratio*, cit. em Francisco, 2014: 87). Não afirmou Karl Max que cada homem não pode escolher a história que lhe coube, mas tem a possibilidade de a transformar (Marx, 1999: 5). Assim, pela imaginação, impulsionando a linguagem para mais largos horizontes, pode o indivíduo sobrepujar o seu encapsulamento cultural, e retomar o contacto com o cosmos. Não obstante, nem sempre a imaginação produz o reencontro com o mundo. Pode, ao invés, encaminhar a linguagem, que busca compreender o cosmos, para o delírio onírico. Efetivamente há um hiato entre a linguagem e as coisas, entre a palavra e o que é, entre a imagem e a sua representação, afirma José Saramago (Saramago: 1998: 34). Outros grandes escritores pungidamente viveram igualmente esta discrepância. Diz Miguel Torga: “Continuo a batalhar com as palavras, mas cada vez mais descoroçoado. (...) Dizem o relativo e eu queria o absoluto. (...) E volto à carga à espera de um milagre. De um milagre que aconteça por obra e graça da minha própria angústia, a fazer respirar cada vocábulo num contexto de asfixia” (Torga, 2011: 269).

Afirma igualmente a escritora Teolinda Gersão: “... a palavra era um caroço de ameixa na boca, rolando sobre a língua...” (Gersão, 2014: 33).¹

Assim, talvez seja de seguir esta escritora, ao querer acompanhar um dos pré-socráticos, que aconselha a procurar as palavras a partir das coisas e não as coisas a partir das palavras (Gersão, 2013: 92).

¹ A autora refere-se à palavra Eu. Que esta palavra, a mais íntima de todas, seja um “caroço”, espelha e reflete a tensão enorme entre a palavra e a coisa, entre as palavras e a própria identidade em si mesma, das palavras e das coisas (Gersão, 2014: 33).

O que está em causa aqui foi, de certo modo, expresso há dois milénios e meio por Platão na “Alegoria da Caverna”. A tensão entre o que se vê e o que é real, entre a nossa interpretação das coisas e as coisas elas próprias.

A despeito de parecer que este dilema está nos antípodas dos problemas estratégicos, na realidade ele encontra-se no núcleo mais irremovível do “pensar estrategicamente”, sendo a estratégia uma elaboração concetual que visa a ação, “um raciocínio que comanda a ação” (Duarte, 2013: 52). A relação da linguagem com as coisas e de como este relacionamento explica o mundo é central ao pensamento estratégico e à elaboração da perspectiva estratégica.

Esta conferência busca compreender como a linguagem estratégica procurou entender a transformação radical da guerra induzida pela Grande Guerra.

Segundo Walter Benjamin (2008: 74), a Grande Guerra, e a Revolução a ela associada, foi uma tábua rasa que forjou uma nova linguagem. Só em parte, esta afirmação é verdadeira, pois a nova linguagem, pós guerra, alicerçou-se nas milenares linguagens da Europa que não tinham desaparecido com a apocalíptica conflagração, apenas se adaptado, e nem sempre, da melhor forma, às transformações induzidas pela Grande Guerra. E estas asseguravam uma continuidade com o encapsulamento cultural específico da Europa oitocentista.

As definições de estratégia de Abel Cabral Couto exprimem de forma notável todo o sentido da estratégia moderna e contemporânea. Estratégia é a “ciência e arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política que suscitem ou podem suscitar a hostilidade de uma outra vontade política” (Couto, 1988: 209).

Recentemente Cabral Couto refundiu a sua anterior definição, visando integrar na conflitualidade hostil a noção de competitividade. Assim, para ele, a estratégia é “a ciência e arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar os objetivos, e gerar, estruturar e utilizar os recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objetivos num ambiente admitido como conflitual ou competitivo – ambiente agónico (Couto, 2004: 215).

As definições de Abel Cabral Couto permitem-nos aproximar a estratégia de uma linguagem que busca construir o mundo (desenvolver e utilizar, estabelecer e hierarquizar objetivos e gerar, estruturar e utilizar), sobrepujando a adversidade que nele se encontra (a hostilidade e o ambiente agónico).

Mais do que território da ação, a estratégia talvez seja algo como uma linguagem performativa, um indutor do ato, catapulta para a efetiva ação, dínamo do movimento, que se consuma na tática. Não deixa de ser bem observado por Hervé Coutau-Bégarie (1999: 73) que a estratégia é, na sua base inicial, “uma dialética de inteligências” ou, como observa Colin Gray (2010: 23), uma ideia que catalisa a ação: a teoria estratégica visa servir o mundo da ação, mas este mundo é movida pelas ideias que sobre ele há.

Cabe à estratégia dar inteligibilidade ao mundo, compreendendo o oponente – as suas virtualidades e vulnerabilidades – de modo a se poder gerar uma geografia da ação que favoreça, no âmbito da digladição em decurso, aquele que a produz. Obviamente,

esta inteligibilidade é eivada de dialética, cada oponente, desenvolvendo uma estratégia própria, confrontando-se, na realidade, a estratégia consigo própria.

A Grande Guerra induziu um enorme debate estratégico, em consequência, quer da impotência bélica que produziu a paralisia da eficácia da ação durante os dois anos e meio por que se prolongou a denominada “guerra das trincheiras”, quer posteriormente, em resultado da vitória pírrica dos aliados e da derrota trágica de alemães e soviéticos.²

O debate estratégico opôs formas distintas de leitura do mundo e modelos para a sua reconstrução em cada um dos países envolvidos e forjou no seu termo paradigmas de ação, estrategicamente dinamizados, que foram finalmente testados no duro confronto com o outro (com a realidade) em 1939-1945.

Para facilitar a síntese é, talvez, conveniente apresentar a interpretação que os diversos decisores estratégicos institucionais fazem da Grande Guerra e da ideia de “guerra total” que lhe está subjacente, à luz de um conceito chave, de uma ideia força, que funciona como metáfora ou arquétipo da sua racionalidade estratégica. Esta ideia chave exprime de forma paradigmática a leitura que aqui se faz da estratégia como uma linguagem performativa.

Assim, para os anglo-saxões (Estados Unidos da América e Grã-Bretanha) a estratégia da guerra total é antes de mais uma questão de recursos e de usura, para os franceses o realce está no poder de fogo (e da destruição a ele associado), uma forma específica de atrição, enquanto para os alemães o que sobressai é a dinâmica material, tecnológica e industrial, da conflagração, e para os russo-soviéticos o acento está na massa e no movimento. Para os estrategistas portugueses, a leitura da guerra total passa pela mobilização da conscrição.

Esta dissertação tem uma dimensão algo ensaística, sendo um exercício de interpretação da natureza multidimensional da estratégia, a partir da leitura das tentativas, que entre-as-guerras, em diversos países, diversas instituições procuraram fazer da natureza da Grande Guerra e de como os Estados respetivos e as instituições com capacitação de análise estratégica, deveriam responder à crise estratégica de 1914-1918. Mas mais do que se ater a uma longa dissertação sobre a evolução do pensamento estratégico em cada um dos países em causa, procurou-se fundamentalmente centrar na ideia chave que acabou por ser um dínamo da estratégia nacional e da estratégia militar no conflito que veio em sequência, a Segunda Guerra Mundial.

As Leituras da Grande Guerra e a Inovação Estratégica

A Usura

No cerne da visão dos estrategistas britânicos e norte-americanos, após a Primeira Guerra Mundial, estava a ideia de que esta guerra fora um combate de usura, baseando-se na sustentabilidade do esforço desenvolvido.

Esta perspetiva tornou-se canónica na leitura que os anglo-saxónicos fazem da guerra total: Azar Gat (2008: 527-28) refere que as guerras mundiais são únicas no sen-

2 Uma leitura desta paralisia, assim como da natureza e dos termos da grande guerra, pode ser observada na obra de Francisco Veiga e Martín Pablo (2014).

tido em que combinaram um elevado nível de mobilização com uma fortíssima canalização do produto nacional bruto, cerca de 50% do seu total (equivalendo a 80-90% do orçamento do Estado), para a produção industrial massificada de material militar e material bélico.³

À guerra total corresponderia a “grande estratégia”. É a relação entre o poderio económico, tecnológico e industrial e a força militar que obriga o universo anglo-saxónico a desenvolver o conceito de “grande estratégia”, conceito esse definitivamente teorizado por Liddell Hart já nos anos cinquenta do século XX.

Para Liddell Hart (1991: 406), a grande estratégia “serve para dar sentido à execução de uma política, pois o seu papel é o de coordenar e dirigir todos os recursos de uma nação ou de um grupo de nações para a consecução do objeto político, visado pela guerra, que é definido pela política”.

A “grande estratégia” tem por horizonte a guerra, mas ele não reduz a ação bélica à dinâmica militar. Percebe que, quer a montante quer a jusante, há elementos fundamentais que alimentam e virtualizam as capacidade bélicas de uma entidade política. No fundo, a usura implica que toda a sociedade seja um contribuinte para o esforço bélico, contanto a sua lança continue a ser o elemento marcial.

A estratégia sai do âmbito militar e aproxima-se consideravelmente do nível político, principalmente no que se refere à mobilização da sociedade para o esforço de guerra, mas também no que respeita ao desenvolvimento de instrumentos não militares de coação, como os económicos (bloqueio e controlo de fluxos). Estas mecânicas de ação seriam alvo de teorização concetual e prática nos anos vinte e trinta do século XX no mundo anglo-saxónico e aplicadas afincadamente durante a Segunda Guerra Mundial.

Ainda assim, tendo por base premissas comuns e similares, os estrategos, quer na Grã-Bretanha, quer nos Estados Unidos da América, desenvolveram conceções diferentes de como implementar a mobilização total com vista a coagir e derrubar o seu oponente.

O sucesso na guerra total seria melhor conseguido se fosse aplicada a estratégia clássica da Grã-Bretanha: desgastar o inimigo através da mobilização de aliados e de ações militares periféricas, dominar o mar e o comércio mundial, que arruinariam progressivamente o esforço económico e bélico do adversário, ao mesmo tempo que sustentavam o do seu oponente (Hattendorf, 1991: 11-29).

Para os estrategos dos Estados Unidos da América, a questão dos recursos era central. Contudo, neste caso, a questão derivava menos da ideia de uma “guerra de usura” que de a estratégia da guerra total dever ser: (1) uma guerra de massas; (2) uma guerra

3 O autor observa que gastar 80-90% do orçamento do Estado na guerra era normal no Antigo Regime, o mesmo não sucedendo com cerca de 50% do Produto Nacional Bruto. Este facto deriva do desenvolvimento da fiscalidade moderna no século XVIII e XIX, que fez com que o Estado se apropriasse de uma parte relevante da riqueza nacional, em troca, é certo, de uma maciça distribuição de bens públicos pela sociedade. Gat observa assim que, fora o caso das guerras mundiais, o custo com os bens de segurança diminuíram em proporção consideravelmente, quer no que respeita ao seu volume na riqueza nacional, quer ao seu peso no orçamento de Estado (Gat, 2008: 525).

industrial, onde o domínio pertenceria ao mais forte poder demográfico e económico-tecnológico. Para o pensamento estratégico norte-americano, a questão era vencer o inimigo o mais rapidamente possível, com o maior poderio bélico de que se dispusesse, resultante dos mais vastos recursos demográfico-económico-tecnológico-militares, de uma sobreabundância de poder (Johnson, 1998).

A necessidade, todavia, de mobilizar a nação para um esforço de guerra, implicava estratégia de grande amplexo que coordenasse, integrasse e articulasse uma política nacional de segurança (uma combinação das políticas domésticas, da política externa e das forças armadas). Ademais, era necessário um combate pela opinião pública, fazendo com que esta compreendesse o vasto espectro de assuntos com que a segurança nacional lidava (Ekbladh, 2011: 116-120). A nação em armas, dizia Edward Mead Earle, “era totalmente abraçante” (citado em Ekbladh, 2011: 116). Era, com efeito, a progressiva consciência da necessidade de mobilizar a nação, em múltiplas das suas atividades, para um esforço coletivo, visando assegurar a sua segurança, e no limite, derrotar os seus oponentes, que encaminha os estrategos britânicos e americanos para o progressivo desenvolvimento, primeiro pragmático, e depois teórico, de uma grande estratégia.

O Fogo

Na realidade, a conceção de guerra total francesa, atualmente, é muito similar aquela que existe no mundo anglo-saxão. Para Hervé Coutau-Bégarie (2009: 167), a guerra total é a conjugação das guerras industriais com as guerras democráticas, que forjam a “guerra integral”, conceito usado pelo presidente do Conselho francês Clemenceau, em 1917. O autor fala das várias mobilizações, a financeira, a económica, a científico-tecnológica e a moral (Coutau-Bégarie, 2009: 167-181). Mas esta conceção pode ser resumida a um conceito: o fogo.

Para o Marechal Foch (1931: 18), a ofensiva, desde a Grande Guerra, teria sempre de ser efetuada num terreno favorável e apoiada por fortíssimos fogos de artilharia, de outro modo apenas se justificava a defensiva. De facto, no pós-Grande Guerra, no cerne da doutrina militar francesa está a problemática do fogo. É o fogo que legitima a primazia da defensiva sobre a ofensiva. É o fogo que explicita a construção da Linha Maginot, uma linha fortificada defensiva, apoiada no fogo e no antifogo. É o fogo que afirma a racionalidade da “batalha metódica”.

“O fogo mata”, expressão atribuída ao Marechal Pétain, tinha-se tornado o axioma do exército francês. O “fogo” remete os estrategas franceses para uma estratégia de usura: a “batalha metódica” (Kiesling, 1996: 172 e seguintes).

A guerra industrial é o fogo e o fogo assassina em massa, então toda a estratégia de atrição tem de se fundamentar nessa realidade. O fogo aniquila aquele que pior se preparar para a sua dinâmica de atrição. A estratégia militar alicerçar-se-ia na superioridade do fogo e da massa, defensivamente organizada. Uma estratégia geral impunha-se para assegurar a sustentabilidade da resistência pela conscrição (levantamento das massas) e pela sustentação do poderio bélico, do “fogo” (mobilização industrial e tecnológica) durante a guerra.

Havia em França uma concepção de guerra total muito similar à do mundo anglo-saxónico, e uma preocupação com uma estratégia de usura no que se refere ao esforço a desenvolver com uma futura conflagração. Mas esta resultava da sustentabilidade da resistência nacional ao dispêndio humano que a guerra total exigia. O fogo (poderio tecnológico e industrial) e a defensiva eram as respostas militares a essa expensa humana.

A Máquina

Para os alemães, a Grande Guerra emerge como guerra total através da lógica mecânica da “batalha do material” (*materialschlacht*).

“Pertence à essência da guerra de material que nela todas as denominações da técnica de combate tendem a desenvolver-se com a máxima brutalidade e o que esse conceito significa. ‘Fogo de extermínio’: há de atuar como exige o significado mais fundo da palavra – exterminar! Não deve sobrar nada. Por isso se multiplica por 100, 200, 300 o que se necessitaria de munição para preparar o ataque. Por que não pode escapar nada, se organiza a maquinaria como barreira de fogo móvel, que leva de redemoinho tudo o que está por diante, tudo pisa, tudo lamina.” (*Geschichte des Fusilier-Regiments* n° 73, citada em Junger, 2013: 526).

A “guerra moderna”, a guerra total, nasce com o aparecimento de formas mecânicas e industriais, maquinizando a guerra, maquinizando a lógica do combate, submetendo este à dinâmica da máquina. O soldado, sem máquina, é impotente. A guerra total é por consequência a guerra das máquinas. Mas inerente à lógica de pura força bruta da máquina acopla-se outra dinâmica, a do extermínio. A máquina na sua pura força, imparável, é pura racionalidade exterminadora, assim a *materialschlacht* é uma guerra de máquinas visando o extermínio do oponente.

A *materialschlacht* não era todavia uma realidade meramente militar. Ela ancorava-se no poderio tecnológico e industrial de uma sociedade. Mais, era a guerra total uma expressão global da industrialização e da maquinização, gerando uma forma de combate altamente dinâmica. Sendo o dinamismo tecnológico e industrial a base da nova forma de guerra, em consequência, a arquitetura marcial teria de lhe corresponder: forças militares móveis interligadas pelas novas formas de comunicação tecno-industriais de massas (radiotelefónicas). “O estrategista torna-se engenheiro” diria Jean Klein (2000: 46).

A juntar-se a esta primeira âncora estaria uma segunda: a moral. A consciência de que a guerra das máquinas era, igualmente, uma guerra de extermínio implicava que a racionalidade estratégica se balizava entre dois extermínios, o nosso ou o do oponente (Foley, 2001). A escolha era assim fácil. A guerra total deveria ser uma guerra de máquinas ultraviolentíssima visando o extermínio do inimigo. Em consonância, a chave da guerra total era o dinamismo, o movimento, a máquina, tendo a estratégia de adotar esta lógica (Hughes, 1996).

A estratégia, tendo por horizonte a ação militar, visaria a destruição da capacidade bélica oponente, pelo movimento alicerçado na máquina e numa velocidade estonteante: a guerra voltaria a ser curta e decisiva. O poderio industrial e tecnológico da sociedade

nutriria uma verdadeira máquina militar que pela sua força e movimento mecânico, aniquilaria e exterminaria os oponentes, curta e incisivamente.

A estratégia subjacente à *materialschlacht* percebia a hegemonia que a tática adquiria num momento em que a linguagem performativa, o dinamismo estratégico, se tornava embate vivo entre os oponentes, quando a “dialética das inteligências” e “a dialética das vontades” se chocavam na ação de defrontação com o outro, e quanto era esta ação que trazia a chave da decisão: a evidência do real. A chave da defrontação residia na tríade combatente-máquina-movimento e a estratégia tinha de a armar de modo a sobrepujar o real e a assegurar que moldava, da escaldante forja de onde saía, o futuro.

Acontece contudo, que dessa forma, a estratégia deslizou para uma híper tática, em que a chave do êxito, que só tinha significado na vitória aniquiladora do adversário, mais do que alicerçada na mobilização da sociedade, se agarrava a um híper poderio militar aniquilador do contra poderio bélico inimigo. Esta perspetiva leva o historiador Michael Geyer (1986: 538) a afirmar que desde a Grande Guerra o pensamento estratégico alemão substituiu a estratégia (uma visão holista) pelo princípio tecnocrático (uma visão fragmentada, monocromática) consubstanciada na ditadura técnica do duo Hindenburg-Luddendorff, com vista à condução de uma guerra total.

O conceito de *operativ* é, na realidade, a tática ampliada, como se de uma estratégia total se tratasse (que envolve toda a sociedade num embate bélico, como se todos os seus cidadãos fossem soldados).

A Massa

A arte operacional combina forças terrestres e aéreas, ou aeroterrestres (e navais, de acordo com as circunstâncias geográficas), quer do ponto de vista dos meios, quer das ações (operações, daí a sua denominação), com vista a atingir objetivos estratégicos. Não é no sentido estrito uma visão operacional, mas uma conceção de guerra que visa combinar os meios humanos e materiais e as operações num todo com vista a uma decisão estratégica. Por isso, substantiva-se em sucessivas, mas interligadas operações, visando destruir o poderio do adversário em profundidade estratégica (Sapir, 2000: 147-148 e Glantz, 1991: 10-11).

Como para os marxistas, a guerra é um espelho da estrutura produtiva-social, são dos elementos dinâmicos desta que derivam os fundamentos da doutrina e da estratégia militar, que se substantivam na arte operacional. Assim é imprescindível relacionar a arte militar e os sistemas de produção sociais e tecnológicos. A arte militar é composta da estratégia e da arte operacional (Sapir, 2000: 147). A arte operacional representa assim a congregação dos dois fatores que comandam a realidade político-económico-social da 2ª Revolução Industrial, a massa (a sociedade de massas) e a mecânica (o movimento). É esta visão que explicita a abrangência da conceção soviética de arte operacional.

Não obstante, esta conceção abrangente, que procura a mobilização das massas – com todos os elementos que lhe é inerente, políticos, mediáticos, tecno-industriais, financeiros e económicos – e as dinâmicas do seu movimento, está focada na conduta das forças militares e na conduta de uma guerra de contornos mais clássicos, correndo o risco

de perder a sua leitura de lato amplexo, tombando para uma quase que pura estratégia militar clássica (se bem que não necessariamente com uma arte operacional e uma tática tão clássica). Em suma, há o risco de a subtileza da arte operacional se reduzir à pura dinâmica da força, *tout court*. Foi o que sucedeu aquando da Guerra da Finlândia em 1940.

A Experiência Portuguesa: a Mobilização Demográfica

Para os estrategos portugueses, a transformação engendrada pela Grande Guerra, acentua por um lado, a dinâmica de mobilização das massas e o desenvolvimento da conscrição, essencial a uma prolongada conflagração, fenómeno que já vinha do fim do século XIX, e por outro lado, a valorização das posições portuguesas no Atlântico, dada a relevância que as comunicações intercontinentais têm para uma guerra de usura.

Geopoliticamente, a Armada e o Exército, reconhecem que Portugal dever-se-ia inserir num sistema internacional, de onde pode assegurar um suporte exterior, para a sua defesa nacional, a sua “política militar” e a sua “política naval”, como então se dizia: este apoio, obviamente, à época, significava a aliança com a Grã-Bretanha.

Mas se o Exército e a Armada concordavam em termos gerais com a leitura geopolítica de Portugal, não concordavam com o que isso significava para a estratégia militar de defesa de Portugal.

Para o Exército, assegurada a proteção dos portos nacionais e do Atlântico pela *Royal Navy*, o essencial era desenvolver o maior exército de massas possível, por via da conscrição nacional universal, que imunologizasse a raia de uma invasão espanhola (Duarte, 2011: 532-534).

Para a Armada, pelo contrário, assegurar a ligação ao império-ultramar e a liberdade das comunicações marítimas, no Atlântico, para Portugal, era o essencial, dado que a defesa da metrópole seria assegurada, não tanta pelas reduzidas capacidades militares terrestres endógenas, mas pela aliança com o Reino Unido (Duarte, 2010: 28-29).

Em Portugal, a Grande Guerra não levou ao desenvolvimento de uma linguagem nova, no que à estratégia diz respeito. No período entre-as-guerras, a conceção de estratégia conservou-se ligada a uma lógica, que hoje denominaríamos de estratégico e militar-operacional (Duarte, 2009: 178-80). Tal só aconteceu com a leitura que se fez da Segunda Guerra Mundial (Duarte, 1999).

A incapacidade de pensar a Grande Guerra com uma linguagem estratégica nova fez com que as conceções estratégicas coevas ficassem ancoradas ao debate anterior à Grande Guerra: o problema da mobilização das reservas humanas (e a discussão milicianização-conscrição) no Exército e a questão da edificação de uma esquadra de batalha oceânica (os sucessivos “projetos Pereira da Silva”, 1913 e 1924⁴) na Armada.

A leitura da Grande Guerra e da guerra total é feita a dois níveis de análise: o geopolítico – geoestratégico e o estratégico – militar: de um lado, o quadro geoestratégico internacional e como ele influencia a defesa de Portugal, alicerçado basicamente em três dinâmicas, valorizadas de forma distinta pelo Exército e pela Armada: o império ultrama-

4 Para uma descrição mais robusta destes projetos, veja-se Telo (1999, pp. 232-237 e 315-318).

rino nacional, a hegemonia naval da Grã-Bretanha e a Espanha. Deste tablado geral passa-se à questão da defesa militar-naval, reduzindo por isso todo o prisma estratégico às missões do Exército ou da Armada: defesa do continente ou soberania das linhas de comunicação com o ultramar.

A conceção de estratégia em Portugal, no período de entre-as-guerras, manteve-se assim estritamente ligada à atividade bélico-militar, e sem o desenvolvimento de uma ideia de estratégia integral ou geral, ou de “grande estratégia”, foi impossível interligar e integrar a visão geopolítica e a visão estratégica numa modalidade de ação coerente.

Todavia, a Grande Guerra marca uma nova forma de Portugal estar no sistema internacional, que com o avançar do século XX, se tornaria hegemónica na estratégia nacional. Um pequeno país, para ter voz, tem de participar. A “experiência expedicionária” é, talvez, o modo natural de Portugal participar nos grandes problemas estratégicos mundiais: o CEP foi a ponta de lança dessa modalidade de ação (Duarte, 2015).

Conclusão

Stig Forster e Jorg Nagler, afirma Beatrice Heuser, definiram quatro critérios para a definição de guerra total: (1) mobilização total, humana e material; (2) embate entre nações visando cada uma a aniquilação total do seu oponente; (3) uma organização da guerra alicerçada em ingentes máquinas burocráticas civil-militares, tornando os cidadãos em *Menschenmaterial*; (4) o fito reduzido a “rendição incondicional” e ao extermínio físico e até, escravização, do oponente (Heuser, 2010: 138-139).

Estes quatro critérios, de certo modo, encontram-se presentes nas conceções sobre a guerra total que, em cada um dos sistemas estratégicos referidos, foram sido desenvolvidos no período de entre-as-guerras. Não obstante, o intercâmbio que houve entre estes critérios foi diferente de país para país, acentuando-se um ou dois deles em detrimento de outros.

Para os países anglo-saxónicos, a guerra total passava pela mobilização total, humana e material e pela aniquilação do oponente, neste particular caso, não tanto a da sua nação, mas da ideologia nacional que o encaminhava; para os franceses, o núcleo axial da guerra total era a mobilização nacional, moral e material, a única capaz de sustentar um prolongado e defensivo esforço de guerra, que deveria alicerçar-se no poderio destrutivo defensivo das máquinas militares, o fogo; para os alemães, por sua vez, a guerra total despon-tava como um embate entre nações, uma guerra de aniquilamento ou extermínio, absolutamente vital, radical, em que a organização militar deveria potenciar os elementos essenciais da contemporaneidade – a burocracia, a velocidade e o poderio exterminador das máquinas, fazendo dos soldados homens-máquina, valorizando-se assim a ação operativa e a tática; para os soviéticos, por seu turno, a guerra total desvelava-se como guerra de massas e de material alicerçada na mobilização ideológica e no levantamento de vastas forças militares desenvolvendo estratégias apoiadas nas dinâmicas matérias modernas: mediáticas, industriais e tecnológicas.

Estas diferenças espelham conceções e leituras diferentes do que era o núcleo duro da contemporaneidade, quer quanto às dinâmicas políticas, quer no que se refere à evolução tecnológica e industrial.

Quanto a Portugal, a sua pequenez e o atraso no seu desenvolvimento, falho de grande parte dos meios mais elementares de desenvolvimento industrial, pouco mais podia para dispor de capacidades para defrontar a guerra total que mobilizar a população masculina para a guerra. Assim, para os estrategos portugueses, e dada a própria realidade da Grande Guerra, a guerra total caracterizava-se pela mobilização de exércitos de massas, pelo levantamento demográfico, o único meio com que o país poderia preparar-se para esta forma de guerra.

Uma forma de guerra – a guerra total – e cinco formas de a compreender. As leituras da experiência da Grande Guerra, sendo diferentes, fazem evoluir igualmente as concepções estratégicas de forma distinta, não sendo nenhuma necessariamente incorreta, mas aquela que melhor se adaptaria às circunstâncias de cada país.

Referências Bibliográficas

- Benjamin, Walter (2008). *O Anjo da História*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Coutau-Bégarie, Hervé (1999). *Traité de Stratégie* (2ª ed.). Paris: Economica.
- Coutau-Bégarie, Hervé (2009). *Conférences de Stratégie*. Paris: Institut de Stratégie Comparée.
- Couto, Abel Cabral (s/d). *Elementos de Estratégia* (2 Vols.). Lisboa: IAEM.
- Couto, Abel Cabral (2004). “Posfácio” em António Horta Fernandes e Francisco Abreu, *Pensar a Estratégia: do Político-militar ao Empresarial*. Lisboa: Sílabo, pp. 215-230.
- Duarte, António Paulo (1999). “Ler a Guerra: A Estratégia Militar na Segunda Guerra Mundial Percutida pela Revista Militar (1942-1945)”. *Revista Militar* Nº 12, pp. 2051-2064.
- Duarte, António Paulo (2009). “O Conceito de Estratégia no Pensamento Militar-Estratégico Português na Era da Guerra Total – Da Grande Guerra à Entrada na NATO, 1919-1958”. *Nação e Defesa* Nº 123, pp. 175-190.
- Duarte, António Paulo (2010). *A Política de Defesa Nacional, 1919-1958*. Lisboa: ICS.
- Duarte, António Paulo (2011). “O Exército Português e a Experiência da Grande Guerra: a Crítica à Helvetização da Força Militar Terrestre” em *100 Anos do Regime Republicano – Políticas, Rupturas e Continuidades. XIX Colóquio de História Militar*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2011, pp. 529-544.
- Duarte, António Paulo (2015). “A Experiência Expedicionária das Forças Armadas Portuguesas no Século XX”. *IDN Brief*, Julho, pp. 8-15.
- Eklbladh, David (2011). “Present at the Creation: Edward Mead Earle and the Depression Era Origins of Security Studies”. *International Security* nº3, pp. 107-141.
- Foch, Marechal (1931). *Mémoires: Pour Servir a L'Histoire de la Guerre de 1914-1918* (2 Vols.). Paris: Librairie Plon.
- Foley, Robert T. (2001). “From Volkskrieg to Vernichtungskrieg: German concept of Warfare, 1871-1935”. em Anja B. Hartmann e Beatrice Heuser (eds.), *War, Peace and World Orders in European History*. London: Routledge, pp. 214-225.
- Francisco, Papa (2014). *A Alegria no Evangelho. Exortação Apostólica “Evangelii Gaudium”*. Lisboa: Paulinas.

- Gat, Azar (2008). *War in Human Civilization* (2ª ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Gersão, Teolinda (2013). *Cadernos II. As Águas Livres*. Lisboa: Sextante Editora.
- Gersão, Teolinda (2014). *Os Guardas-Chuvas Cintilantes. Cadernos I. Diário* (3ª ed.). Lisboa: Sextante Editora.
- Geyer, Michael (1994). “German Strategy in the Age of Machine Warfare” em Peter Paret (ed.), *Makers of Modern Strategy, from Machiavelli to the Nuclear Age*. Oxford: Oxford University Press.
- Glantz, David (1991). *Soviet Military Operational Art: In Pursuit of the Deep Battle*. London: Frank Cass.
- Gray, Colin (2010). *The Strategic Bridge: Theory for Practice*. Oxford Oxford University Press.
- Hattendorf, John B. (1991). “Alliance, Encirclement and Attrition: British Strategy in the War of Spanish Succession, 1702-1713” em Paul Kennedy (ed.), *Grand Strategies in War and Peace*. New Haven: Yale University Press, pp. 11-29
- Hughes, Daniel J. (1996). “Blitzkrieg” em Franklin D. Margiotta (ed.), *Brassey’s Encyclopedia of Land Forces and Warfare*. Washington: Brassey’s, pp. 156-61.
- Heuser, Beatrice (2010). *The Evolution of Strategy: Thinking War from Antiquity to the Present*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kiesling, Eugenia (1996). *Arming Against Hitler, France and the Limits of Military Planning*. Lawrence: University Press of Kansas Press.
- Junger, Ernest (2013). *Diário de Guerra (1914-1918)*. Barcelona: Tiempo de Memoria – Tusquets Editores.
- Marx, Karl (1999). *The Eighteen of Brumaire of Louis Bonaparte*. Engels/Marx Internet Archive, disponível em <http://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/18th-Brumaire.pdf> [consultado em 18-22 de outubro de 2013].
- Sapir, Jacques (2000). “Culture Soviétique de la Guerre” em Thierry de Montbrial e Jean Klein (eds.), *Dictionnaire de Stratégie*. Paris: Economica, pp. 146-150.
- Saramago, José (1998). *Cadernos de Lanzarote. Diário ” V* (4ª ed.). Lisboa: Caminho.
- Telo, António (1999). *História da Marinha Portuguesa, Homens, Doutrinas e Organização, 1824-1974, (Tomo I)*. Lisboa: Academia da Marinha.
- Torga, Miguel (2011). *Diário. Vols. XIII a XVI*. Lisboa: Dom Quixote.
- Veiga, Francisco e Pablo Martín (2014). *Las Guerras de la Gran Guerra (1914-1918)*. Madrid: Los Libros de la Catarata.

A Campanha Portuguesa em Moçambique: A Primeira Expedição

Aniceto Afonso

Coronel do Exército na situação de reforma, concluiu o curso de Artilharia da Academia Militar em 1963. Cumpriu comissões em Angola (1969-1971) e em Moçambique (1973-1975). Fez a licenciatura em História pela Faculdade de Letras de Lisboa em 1980 e o Mestrado em História Contemporânea de Portugal pela mesma Faculdade em 1990. Foi professor de História na Academia Militar de 1982 a 1985 e de 1999 a 2005. Foi diretor do Arquivo Histórico Militar de 1993 a 2007 e responsável pelo Arquivo da Defesa Nacional de 1996 a 2007. É membro da Comissão Portuguesa de História Militar e do Comité dos Arquivos da Comissão Internacional de História Militar, desde 1998; é investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Autor de vários estudos e livros sobre a Grande Guerra e a Guerra Colonial e outros assuntos de história contemporânea de Portugal.

Da Necessidade da Campanha, em Geral

Ao refletirmos sobre a campanha portuguesa em África durante a Grande Guerra devemos considerar, em primeiro lugar, um conjunto de condicionantes que enquadram a herança colonial portuguesa, as grandes linhas das relações entre as potências coloniais, a estratégia das diversas potências perante a guerra em África e a disputa dos respetivos territórios coloniais.

Em segundo lugar, e analisando o caso português em particular, temos de considerar as ameaças que pendiam sobre os territórios coloniais e quais os fatores e o sentido da estratégia do governo português. Só assim poderemos compreender os estudos que levaram às soluções encontradas para responder à situação criada com o início e o desenvolvimento da guerra entre as potências coloniais em África.

Este estudo nunca poderá esquecer as reais capacidades militares de Portugal, na consideração dos vários teatros de operações que requeriam ou podiam requerer a presença de forças portuguesas. Para além dos territórios africanos, especialmente Angola e Moçambique, também o território nacional, o oceano Atlântico e os arquipélagos dos Açores e da Madeira e a eventual ou efetiva participação na frente europeia.

Seguir-se-á a análise da organização das forças, em especial das expedições militares que sucessivamente os vários governos enviaram para Angola e Moçambique, com a consideração dos objetivos militares definidos para a campanha em geral e para cada uma das expedições, a composição das forças, os sistemas logísticos e de apoio e as relações a estabelecer com as forças amigas na região.

Só então se poderão tornar compreensíveis, num quadro de análise geral, os dispositivos das forças no terreno e a sua articulação, bem assim como a crítica do comando e da conduta das operações.

Da Política Internacional

A Alemanha, no desejo de possuir um império colonial, estabeleceu-se em África, em regiões estratégicas que constituíam pontos de apoio para a expansão da sua presença. Para além do Togo e dos Camarões, a sua presença no Sudoeste Africano e na África Oriental Alemã interessava não apenas a outras potências coloniais, mas especialmente a Portugal, que com estes territórios tinha fronteiras comuns, a Sul de Angola e a Norte de Moçambique. A Grã-Bretanha possuía territórios fronteiriços com os territórios alemães, tanto no lado ocidental, como oriental. Também a Bélgica, através do Congo-Belga, confinava com a presença da Alemanha nos territórios da África Oriental Alemã.

Nos anos anteriores à Grande Guerra, a Alemanha definiu como objetivo nacional o alargamento dos seus territórios coloniais, especialmente em África. São conhecidas as negociações com a Grã-Bretanha e a disposição desta para ceder às pretensões alemãs, em contrapartida do alívio das perspectivas bélicas que se desenhavam na Europa, em especial em torno da construção da grande frota marítima em que a Alemanha estava apostada. Boa parte desta cedência da Grã-Bretanha desenhava-se à custa dos territórios portugueses, que a Alemanha especialmente ambicionava.

Por outro lado, a Grã-Bretanha mantinha e definia limites para a expansão colonial da Alemanha, preservando as zonas que considerava estratégicas, mesmo que estivessem na posse de Portugal.

Não parece portanto desadequado pensar que poderia ocorrer, em especial antes do início da guerra, um entendimento, mesmo não formal, entre a Grã-Bretanha e a Alemanha para a partilha dos territórios coloniais portugueses.

Tanto na análise da situação em Angola como em Moçambique, era necessário ter em conta a presença de forças sul-africanas, que afinal vieram a manifestar-se de extrema importância nos dois territórios.

Das Ameaças

A diplomacia portuguesa sabia das ameaças que pendiam sobre o império colonial. Embora alguns acordos entre a Grã-Bretanha e a Alemanha permanecessem secretos, o governo republicano seguia com muita atenção as manobras anglo-alemãs. Os argumentos das grandes potências baseavam-se na incapacidade portuguesa, que era real, de aplicar os princípios saídos da Conferência de Berlim. Os territórios portugueses permaneciam poucos desenvolvidos, atrasados e inseguros para o comércio das potências. Qualquer intervenção do governo português para melhorar a situação exigia meios humanos e materiais que Portugal não possuía. Diminuir as ameaças de partilha das colónias portuguesas requeria um grande esforço financeiro e um grande equilíbrio diplomático, nem sempre ao dispor dos governos portugueses, fosse qual fosse a sua perspectiva em relação à política colonial.

O grande atraso no desenvolvimento de estruturas administrativas e de defesa dos territórios potenciou outra ameaça em torno das revoltas dos povos indígenas, umas vezes espontâneas e outras fomentadas pela ação da política inglesa e sobretudo da presença alemã nas fronteiras do sul de Angola e do norte de Moçambique. A política colonial portuguesa tinha um longo historial de expedições militares “pacificadoras” e punitivas, mas extremamente dispendiosas. Mas, um pouco paradoxalmente, o exército colonial nunca foi encarado como uma verdadeira solução, conservando-se, tanto durante a Monarquia como depois da implantação da República, como um corpo praticamente inexistente e esquecido. Na verdade, a República nunca chegou a implementar forças colonias, de acordo com as necessidades dos extensos territórios que administrava.

A situação de Moçambique era especialmente complexa, pois a zona provável de operações situava-se a grande distância dos centros de decisão, em especial da capital, Lourenço Marques, a mais de 1.500 km da fronteira Norte, onde se previa que pudesse desenrolar-se a campanha.

Da Estratégia do Governo Português

Não se afigurava fácil ao governo português o estabelecimento de uma estratégia eficaz que se opusesse às ameaças que pendiam sobre os seus territórios coloniais. O estabelecimento de qualquer política de defesa das colónias necessitava do aval da Grã-Bretanha e do seu empenhamento. Desencadeada a guerra na Europa, as ameaças tornaram-se reais e o governo português foi obrigado a equacionar o que fazer em relação ao império, em especial à defesa de Angola e de Moçambique.

Uma vez que a posição de Portugal ficou definida logo à partida, neutral sem declarar a neutralidade, com base na recomendação inglesa, o governo português veio a guiar-se pelas seguintes orientações:

- ❑ Implicar a Grã-Bretanha, ao abrigo da secular aliança luso-inglesa, na definição das políticas portuguesas, tanto em relação à defesa das colónias, como à participação de Portugal na frente europeia;
- ❑ Obter garantias da neutralidade espanhola e da negação da Grã-Bretanha a qualquer pretensão de Espanha em relação ao território português;
- ❑ Manter a integridade territorial das colónias, em colaboração com as forças aliadas presentes na zona. Neste caso tomar a iniciativa da defesa militar dos territórios, contando com a Grã-Bretanha para a segurança das rotas marítimas e das zonas litorais;
- ❑ Manter em segurança o porto da cidade de Lisboa e, uma vez mais com o apoio da Grã-Bretanha, a rota Lisboa-Açores.

Das Capacidades Militares

O governo português, para além dos objetivos que a guerra lhe impunha, procurava consolidar um relacionamento internacional favorável ao regime republicano e à importância de Portugal no contexto das potências coloniais. A defesa militar das colónias,

colocadas sob ameaça alemã, não podia deixar de constituir uma prioridade para o governo. Para tal era necessário deitar contas às capacidades militares do país. E como o governo não desconhecia o fraco desenvolvimento das forças militares coloniais, não teve qualquer dúvida em mobilizar expedições para cada um dos territórios ameaçados – Angola e Moçambique.

Como dissemos, as expedições eram dispendiosas, mas a situação exigia essa solução. As duas primeiras expedições foram organizadas logo em Agosto de 1914 e partiram de Lisboa a 11 de Setembro. Os seus objetivos eram muito genéricos, centrando-se na preservação da integridade territorial, na submissão dos povos indígenas e, eventualmente, conforme a evolução dos acontecimentos, na ocupação de uma parte dos territórios alemães vizinhos. Este fim não foi assumido para as primeiras expedições, às quais o governo entendeu frisar que Portugal não se encontrava em conflito com a Alemanha e que deveriam evitar-se confrontos diretos com as suas forças militares.

Realcemos aqui a primeira expedição a Moçambique. Foi comandada pelo tenente-coronel Massano de Amorim, com larga experiência colonial, sendo a mais recente das suas funções a de governador do distrito de Moçambique de 1907 a 1912. Embora os objetivos concretos da expedição não estivessem muito claros, Massano de Amorim vai tentar estabelecer a sua missão com bastante rigor.

No seu relatório da missão, Massano de Amorim conclui, quanto à necessidade da expedição, que “tudo demonstrava a necessidade de ter um efetivo de tropas bem superior ao que havia, em Angola e Moçambique, sem perda de tempo e sem atender à orientação que se havia de seguir em harmonia com os compromissos tomados ou a tomar entre Portugal e a Inglaterra, e além disso olhar pela fortificação de defesa das nossas fronteiras” (pp. 4-5).¹

Massano de Amorim sai de Lisboa com a ideia, que depois inscreve no relatório, de que “o Governo, ao determinar a organização da expedição a Moçambique teve por fim reforçar a guarnição daquela Província na previsão de vir a haver necessidade de defender os seus territórios:

- ❑ Contra possíveis invasões por parte dos alemães da colónia ao norte de Moçambique;
- ❑ Para reduzir à soberania portuguesa gentio hoje submetido, mas que a notícia da possível guerra de brancos em colónias limítrofes levasse à rebelião fosse por motu próprio, fosse obedecendo a sugestões estranhas;
- ❑ Para eficazmente poder cooperar com forças que em defesa de colónias da nação aliada houvesse a empregar, caso se viesse a dar o pedido dessa cooperação;
- ❑ Para impedir que o território da Província viesse a ser teatro de lutas entre beligerantes se assim viesse a convir aos interesses portugueses, e enquanto aos mesmos interesses, conjugados com os da nação nossa aliada, não conviesse a nossa declaração de beligerância também” (p. 97).

1 *Relatório do Coronel Pedro Francisco Massano de Amorim, Comandante da Expedição ao Niassa em 1914-1915.* AHM, 2/7/52. Sempre que for indicada apenas a página ou páginas, referem-se a este relatório.

O governo português, o comando da expedição e o governo-geral de Moçambique deveriam então, de acordo com a missão atribuída, disponibilizar meios credíveis, por forma a garantir o essencial das tarefas a realizar pela expedição. Depreende-se da correspondência e do relatório da expedição que muitas foram as dificuldades em conciliar as tarefas a executar com as capacidades fornecidas ao comando da expedição. Apesar disso, Massano de Amorim conclui que cumpriu a missão, que esquematicamente reduz a “manter a neutralidade enquanto outra não fosse a orientação do Governo e impedir uma invasão pela fronteira norte da Província” (p. 123).

Da Organização das Forças

Para Massano de Amorim, que especialmente privilegiamos neste apontamento (mas cujo exemplo se poderá estender a outras expedições), os problemas surgiram quando da organização das forças, tanto no que respeita ao pessoal e material, como aos apoios em Moçambique, assim como aos repletamentos e reabastecimentos.

Por mais bem gizada que estivesse a manobra, na previsão das várias possibilidades do inimigo, e nesse aspeto parece ter havido conhecimento, discernimento e capacidade de decisão, a verdade é que sem os apoios necessários, a expedição não poderia por si própria cumprir as tarefas inerentes à missão inicial e muitos menos a um aumento de encargos operacionais, como a certa altura foi exigido.

Massano de Amorim concebeu a sua força com meios operacionais e logísticos adequados à missão, ao terreno que bem conhecia e às condições que iria encontrar. Confiou no apoio que receberia do governo de Moçambique e da Companhia do Niassa, ocupante por contrato de toda a zona previsível de operações.

Logo à partida, Massano de Amorim reflete sobre as suas perspetivas: “Os acontecimentos de Maziúta e a ação que se previa entre as forças inglesas e alemãs a norte e a nordeste da Província de Moçambique determinavam como ponto provável de ação das nossas tropas, para manter a neutralidade, impedir a invasão ou para qualquer outra espécie de operações militares, os territórios da Companhia do Niassa” (p. 136).

Sobre as dificuldades que irá encontrar também o comandante da expedição não parece ter dúvidas, desde os primeiros dias da sua preparação: “As informações colhidas em Lisboa, enquanto se organizava a expedição, a respeito daqueles territórios (da Companhia do Niassa), deixavam-me já a convicção de que havia que lutar com muitas dificuldades, pelo que respeitava a recursos indispensáveis à mobilidade das minhas tropas” (p. 136).

Apesar das providências que Massano de Amorim procurou desencadear a partir de Lisboa e mesmo na sua passagem por Lourenço Marques, em contacto pessoal e prolongado com o governador-geral Joaquim José Machado, a verdade é que, como ele próprio afirma no seu relatório: “Quando porém em 1 de Novembro desembarquei em Porto Amélia nada havia feito”. Nem estradas, nem telégrafo, nem ocupação do território, nem informações sobre o terreno ou sobre as forças alemãs, nem cobertura administrativa, nem cais acostável, nem instalações no porto de desembarque, nem forças indígenas disponíveis, nem carregadores, nem meios de navegação de qualquer espécie.

Por outro lado, a organização da força contou com várias dificuldades iniciais, pois incorporou um significativo número de voluntários, só recebeu muitos oficiais e sargentos quase na véspera do embarque e os soldados careciam de toda a espécie de instrução. Muitos militares não apresentavam compleição física necessária para integrarem uma expedição desta natureza.

É interessante a informação que Massano de Amorim transmite a este propósito no seu relatório: “Apesar de ter visto chegar à gare de Lisboa as tropas de infantaria e cavalaria, visitado estas nos seus quartéis e observado depois as praças de Infantaria nº 15 de perto, nos seus quartéis de Belém, e procurado informar-me a respeito de todo o pessoal, eu não consegui formar uma ideia precisa das qualidades das minhas tropas. Três dias de insignificante contacto em serviços que não eram seguramente os da especialidade das armas a que as unidades pertenciam, e a circunstância de os oficiais e graduados conhecerem apenas de véspera a maioria das praças que comandavam, não me permitiam fazer a ideia segura do seu estado de instrução, que previa de grande atraso, tão pouco das suas condições de robustez, que em alguns casos logo de começo me pareceram más”. E acrescenta, informando o ministro das Colónias a quem dirige o relatório: “Mas não é cedo para eu declarar desde já a V. Ex.^a. que, se a disciplina das minhas tropas deixava muito a desejar, mercê do péssimo recrutamento, e não ser fácil pelas sucessivas amnistias avaliar do comportamento anterior de tantos voluntários que a esmo se ofereciam e inscreviam, ela foi mantida desde o começo como a experiência de tantos anos me tem indicado” (p. 13).

Com os objetivos vagos que são apontados às expedições que partem para África, era natural que a composição das forças obedecesse ao esquema habitual, com unidades combatentes, de apoio e de serviços. Assim, no que respeita a Moçambique, a expedição incluiu um batalhão de infantaria, um esquadrão de cavalaria e uma bateria de artilharia, assim como um quartel-general e respetivos apoios e ainda elementos dos serviços de saúde, engenharia, administração militar e outros elementos especializados. Tudo o resto, deveria ser providenciado pelo Governo-geral de Moçambique e pelas autoridades locais, com base em unidades indígenas e em carregadores.

Da Logística

O mau desempenho das forças portuguesas em Moçambique, conclusão unânime das análises feitas à sua atuação, está sobretudo ligado à incapacidade de as dotar com os elementos fundamentais da logística.

Todos se aperceberam, desde muito cedo, das dificuldades que se desenhavam em quase todos os aspetos essenciais à manobra logística – transportes, alimentação, fornecimento de água, reabastecimentos (munições, armamento, víveres, material), instalações, comunicações terrestres, ligações telegráficas, carregadores, etc.).

Os problemas iniciaram-se durante a fase de organização da expedição, em Lisboa. O transporte da expedição para Moçambique teve de ser feito num navio com bandeira inglesa, o Durham Castle, o que agravou o grau de segurança na travessia do Atlântico; as dotações de munições de todo o tipo ficaram aquém das necessidades, mas que, no dizer

de Massano de Amorim “tive de aceitar tais como tinham sido estabelecidas, atendendo a motivos ponderados que me foram então significados” (p. 7), ou seja, a insuficiência da produção nacional e a dificuldade de importação. Embora a expedição fosse portadora da maior parte das necessidades para quatro meses, nem sempre foi possível responder às preocupações iniciais, como por exemplo no fardamento e calçado: “nestas deficiências com que lutei relativamente a fardamento e calçado e que muito influíram na saúde do soldado, resultaram principalmente da falta de previsão, que deve haver, certos como estamos de que devemos contar sempre que, dum momento para o outro, é que a necessidade de enviar tropas para as colónias se evidencia” (p. 15).

Constam ainda nas primeiras medidas os pedidos feitos ao governo-geral de Moçambique, indispensável participante neste esforço de guerra. Diz Massano de Amorim: “Também, nestes dias que mediaram entre o início da organização e o embarque, se providenciou para que pelo Governo-Geral se procedesse à aquisição de géneros e artigos que ali melhor e mais facilmente podiam ser adquiridos: bois para carros, carros boers, bois para abater, burros, etc. Foram também feitas solicitações de modo a ter no local de desembarque o necessário para este efeito, para serem ali feitas as possíveis instalações para o caso de estacionamento, e para depósitos”. Diz ainda Massano de Amorim que, prevendo as dificuldades de comunicações, solicitou ordens para que o Governo-Geral de Moçambique determinasse “a abertura e limpeza das estradas na região de prováveis operações, e para afeioar as estradas ao trânsito de carros”, tendo esta ordem sido transmitida no dia 26 de Agosto (pp. 9-10).

Embora a viagem ocupe um longo capítulo no relatório de Massano de Amorim, em que é especialmente focada a lentidão com que ela se fez pelas dificuldades de acompanhamento do navio escolta (a viagem durou de 11 de Setembro a 1 de Novembro - mais de 50 dias!), interessa-nos apenas salientar a dura prova por que as tropas passaram nesta longa viagem, em condições péssimas de alojamento e alimentação, o que deixou as primeiras marcas na situação sanitária das praças.

Os verdadeiros problemas começaram no terreno. Diz Massano de Amorim: “Desembarque em Porto Amélia: O meu desembarque fez-se às costas de pretos, porque a ponte-cais (...) tinha sido destruída pelo ciclone de 1914 e a Companhia do Niassa não tinha, nem provisoriamente mesmo, construído um desembarcadouro, onde o passageiro se não molhasse” (p. 33).

A seguir ao desembarque, um longo período foi dedicado à instalação das tropas, tornando-se necessário construir de novo ou reparar a maior parte das instalações destinadas à expedição, assim como regular o abastecimento de água, a panificação, a limpeza e higiene, a contratação de indígenas, os serviços de saúde, a telegrafia.

Tendo escolhido Porto Amélia como base de operações, Massano de Amorim sabia que a fronteira, como principal zona de operações, distava da base mais de 250 km e que por isso se tornava necessária a construção de vias de comunicação e de linhas telegráficas, mas também sabia que as alternativas para bases de operações, que poderiam ser (como vieram a ser) Mocímboa da Praia ou mesmo Palma, eram pouco adequadas para estacionamento prolongado de tropas pelo seu clima, falta de instalações e maior dificul-

dade em apoios de outras entidades. As suas recomendações para futuras expedições apontavam para a manutenção da sua opção, mas a decisão política acabou por influenciar a escolha, e as bases foram depois instaladas mais a norte, com péssimos resultados, em especial no estado sanitário das tropas. Apesar disso, Massano de Amorim previu o que viria a ter lugar: “Preparei tudo para um próximo deslocamento de tropas para Palma” (p. 101).

Do Dispositivo e Articulação

O plano de Massano de Amorim, uma vez escolhida a base de operações em Porto Amélia, passava necessariamente pela abertura de itinerários em direção ao norte e a oeste, assim como pela construção das respetivas linhas telegráficas. A manobra logística devia adaptar-se ao máximo à manobra operacional. E esta revestiu-se de características especiais que se torna necessário compreender no contexto em que foi planeada e executada.

Tanto quanto se pode deduzir da disposição das suas tropas no terreno e das suas orientações escritas, Massano de Amorim entendia que as forças alemãs só poderiam penetrar em Moçambique, ou por uma manobra secundária que poderia ser levada a efeito junto ao Lago Niassa (“a fim da passarem para a África Central Inglesa”), ou numa manobra conjunta de infiltração para “ocupar o nosso território”, sendo que neste caso, o poderiam fazer junto à costa, com ataque a Palma e depois a Porto Amélia ou em várias direções simultaneamente (pp. 124-125).

Preconizava por isso uma defesa em profundidade, com postos de vigilância e defesa junto da fronteira, desde Pundanhar, junto à costa até Chiminde, junto ao Lago Niassa, e bases de operações no interior, constituídas por Porto Amélia, Muirite, Metarica e Metangula, a algumas centenas de quilómetros da fronteira. Com vias de comunicação e linhas telegráficas a ligá-las entre si e com os postos de fronteira, por forma a poder organizar-se uma resposta em tempo e adequada. Sendo também necessário manter meios navais capazes de deslocarem uma força significativa desde Porto Amélia a qualquer ponto da costa, a norte.

Mas esta estratégia carecia de tempo, apoios e reforços que os responsáveis locais (Governo-Geral e Companhia do Niassa) não estavam em condições de fornecer, novas armas e materiais, e tropas robustas e motivadas, o que nunca aconteceu com as expedições portuguesas.

Por isso, a substituição de Massano de Amorim e da sua exausta expedição, no final da ano de 1915, foi a solução que o governo português encontrou para contrariar a estratégia de Massano de Amorim e responder às vezes que em especial em Moçambique se levantavam contra a alegada inércia dos militares portugueses, que, na sua opinião, em vez de defenderem a fronteira junto ao Rovuma, permaneciam, sem atividade, longe das zonas de maior perigo.

Contudo, a 1ª expedição a Moçambique deixou executado um notável trabalho, que o seu comandante cuidadosamente refere no seu relatório: reconstrução da ponte-cais de Porto Amélia, estrada “para automóveis” com mais de 400 km de Porto Amélia para o

interior (com “muitas pontes, algumas de 90 metros”), passando por Montepuez, Muirite e seguindo para Mocímboa do Rovuma. Sobre outras vias diz Massano de Amorim: “À minha saída de Porto Amélia ficavam ainda em construção as estradas de Muirite a Nanguar, que tinha sido atacada para a construção em três pontos diferentes, e além disso a estrada entre Nanguar e Metarica e entre Metangula e Muembe (...) Entre Metarica e Muembe, “as diligências do capitão Joaquim Leitão tinham tornado possível o trânsito por automóveis segundo recente informação” (p. 179).

Quanto às linhas telegráficas, Massano de Amorim encontrou a funcionar a linha Porto Amélia-Palma, assim como Porto Amélia-Moçambique, o que permitia ligação “com todas as estações telegráficas da Província” (p. 180). Para o interior não havia qualquer ligação. Iniciou por isso a construção de duas linhas, uma ligando os postos da margem direita do Rovuma, de Palma a Negomano, com mais de 250 km, e outra, avançando para o interior a partir de Porto Amélia, passando por Montepuez e depois caminhando para norte por Muirite até Mocímboa do Rovuma, com mais de 400 km. A expedição deixou em construção as linhas Muirite a Metarica, de Negomano a Metarica e o restante da linha de fronteira, a partir de Negomano (pp. 159-160 e 180-181).

As vias de comunicação e as linhas telegráficas correspondiam à ideia de manobra de Massano de Amorim, prudente e flexível, mas não correspondiam aos desejos do governo de Lisboa e às insistências dos responsáveis locais, que queriam as forças portuguesas a protagonizar façanhas mais notáveis, como a invasão do território alemão, como depois se veio a verificar, com os maus resultados conhecidos.

Das Forças Aliadas

As forças aliadas presentes na região pertenciam à Grã-Bretanha e à União Sul-Africana. Havia também forças belgas, que cooperavam com as forças inglesas no norte. Nesta primeira fase da intervenção das forças portuguesas em Moçambique, o problema não teve grande relevância, embora não deixasse de constituir uma preocupação do seu comandante. Ele sempre esperou que o comando inglês fornecesse ao comando português melhores e mais oportunas informações sobre as forças alemãs, mas isso raramente aconteceu. É necessário ter em conta que neste período Portugal era ainda um país neutro, embora sem declarar a neutralidade, na bizarra fórmula encontrada pelos governantes de Portugal e da Grã-Bretanha logo no início do conflito.

Massano de Amorim, no começo do seu relatório reconhece que “fosse qual fosse a orientação a seguir, Portugal não tinha, à data do começo da guerra, as suas colónias nas condições de manter a neutralidade ou de auxiliar qualquer das potências beligerantes, se a isso os seus interesses e conveniências obrigassem, pelo menos no que respeitava ao ponto de vista militar e de defesa” (p. 2).

E embora numa das alíneas da missão que deduziu para a sua expedição, constasse: “c) Para eficazmente poder cooperar com forças que em defesa de colónias da nação aliada houvesse a empregar, caso se viesse a dar o pedido dessa cooperação” (p. 97), a verdade é que essa cooperação ou mesmo contacto não veio a concretizar-se até ao fim da sua presença em Moçambique, em Novembro de 1915.

A certa altura da sua permanência e quando o governo começava a insistir na necessidade de tomar a ofensiva, ocupando mesmo uma zona nos territórios alemães a norte do Rovuma, Massano de Amorim solicita reforços e esclarece mais tarde: “Eu preciso explicar aqui as razões porque pedia tão insignificantes recursos: supunha antes de tudo como condição indispensável o entendimento com as forças inglesas, entendimento pelo qual eu vinha instando desde a minha chegada a Porto Amélia” (p. 109). Mas como, acerca desta tão evidente orientação não chegassem esclarecimentos de Lisboa, Massano de Amorim é obrigado a deixar claro o seu entendimento, em resposta ao telegrama de 5 de Junho de 1915 do ministro das Colónias: “... caso telegrama Vexa, isto é, invasão e ocupação Quionga e zona além-Rovuma supondo não entendimento forças inglesas, exige tropas não inferiores a uma divisão mobilizada (...)” (p. 111). No final, já depois da declaração de guerra, será esse o caminho a que Lisboa se atreve, sem cuidar das condições nem ter em atenção as circunstâncias da qualidade das tropas portuguesas e das suas fragilidades.

Finalmente o comandante da 1ª expedição a Moçambique deixa um apontamento para futuras expedições, ao acentuar, que na sua opinião, a cooperação deveria ser de “duas espécies”: “uma, que certamente o governo da Metrópole aí deve ter já tido, para com exatidão se saber o que as tropas inglesas têm feito na colónia alemã, quais os seus projetos a realizar dentro do período que Vexa tenha calculado necessário para reunir aqui todas as tropas e mais elementos (...), “a outra espécie de entendimento deverá ser entre este comando e o comando das tropas inglesas, sem subserviências ou dependências, mas de modo a proceder-se sem que a ação de uns prejudique ou embarace a ação dos outros” (pp. 112-113).

Conclusões: do Comando e Conduta das Operações

Quando a Grande Guerra teve início, Portugal não estava preparado para desempenhar o seu papel de potência colonial. A relação de Portugal com as colónias vinha sendo influenciada pela constante falta de recursos financeiros e pela ausência de uma estratégia adequada às capacidades reais. A situação de conflito entre potências europeias, com territórios da Alemanha vizinhos das colónias portuguesas de Angola e Moçambique, evidenciou as dificuldades de Portugal para responder à urgente necessidade de reforçar a defesa dos seus territórios.

A tradição da presença portuguesa em territórios coloniais privilegiava a instalação no litoral e a enorme dificuldade de penetração no interior, o que levou ao menor desenvolvimento das vias de comunicação com o interior e à pouca ou mesmo nula presença da administração portuguesa na maior parte dos territórios. Esta situação conduziu também à constante revolta dos povos indígenas, a que Portugal foi respondendo com expedições militares, sempre muito dispendiosas e cada vez mais difíceis de organizar.

Quando o governo português se viu obrigado a responder à situação criada pela guerra nas colónias de Angola e Moçambique, acabou por seguir o figurino anterior, já que o sempre anunciado exército colonial não tinha qualquer capacidade militar e vinha sendo votado ao abandono desde o início do século, sem qualquer tentativa de reorgani-

zação ou de qualquer tipo de apoio, tanto do governo de Portugal, como dos governos coloniais.

Foi por isso necessário recorrer de novo às expedições militares, enviadas à pressa para Angola e Moçambique, sempre demasiado onerosas e militarmente inadequadas para o tipo de conflito que se previa. De uma forma geral, as expedições foram mal organizadas, com deficiente mobilização, com indefinida missão e fraco apoio político.

Os comandantes das primeiras expedições a Angola e Moçambique tiveram que deduzir a sua missão, tanto pelas oscilações políticas que ocorreram em Portugal, como pela indecisão que caracterizou a posição de Portugal perante a guerra, em cumprimento do acordo com a Grã-Bretanha.

Massano de Amorim, comandante da expedição a Moçambique, deixou-nos um relatório de missão com apontamentos justificativos das suas opções e com reflexões que explicam, com muita clareza, os condicionamentos da sua missão, os princípios de utilização de tropas em condições adversas, a relação da ação de comando com a interferência das decisões políticas, os reflexos da inconstância das orientações políticas sobre a capacidade militar, a necessidade do estudo do terreno e da sua constante atualização, a urgência do conhecimento do inimigo e do permanente acompanhamento das suas ações, a influência das infraestruturas de comunicação na capacidade de manobra das forças. E sobretudo, a decisiva relevância da preparação das tropas e da sua motivação para o cumprimento da missão. Se a História nos ensina, então torna-se relevante que continuemos a estudar esta campanha de Portugal nas suas colónias durante a Primeira Guerra Mundial. Pode ser que estejamos avisados sobre erros que não devemos cometer no presente.

«Caiu a Morte nesta Pagodeira»: a I Guerra Mundial segundo o Fado

Cátia Tuna

Mestre em Teologia pela Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa com a dissertação «A voz na Bíblia: percurso do entendimento bíblico dos conceitos literário-teológicos gól e fonê». Prepara desde 2013, como bolsista da Fundação para a Ciência e Tecnologia e pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o doutoramento em História e Cultura das Religiões sobre «“Não sei se canto se rezo”: ambivalências culturais e religiosas do fado». Integra a comissão organizadora do Seminário Permanente sobre o Estado e as Igrejas juntamente com Luís Salgado de Matos e António Matos Ferreira (uma parceria entre o ICS-UL e o CEHR-UCP). É membro do Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR – UCP).

Introdução

O Fado é um referente de observação privilegiado do quotidiano da I Guerra Mundial. Constitui um outro âmbito das discursividades que circulam quer no interior do Corpo Expedicionário Português (C.E.P.) quer em alguns dos espaços sociais daqueles que ficam. Permite, deste modo, um melhor apuramento das memórias da hecatombe humana e material, em contraponto com as que foram sendo institucionalizadas e politicamente determinadas. Este estudo pretende proporcionar uma mais sensível focagem da Grande Guerra por parte de um imprevisto informante, o fado, não tanto do ponto de vista geoestratégico, político ou diplomático mas enquanto «experiência interior»¹ e facto reformulador da configuração dos afetos coletivos da sociedade portuguesa.

Este trabalho pretere o estudo bibliográfico e privilegia a análise de fontes. Foi, contudo, imprescindível a recente obra do professor Rui Vieira Nery, *Fados para a República*, que inclui a primeira e, portanto, inédita abordagem ao fado na I Guerra Mundial². No que às fontes respeita, além de algumas compilações de letras escritas no palco da guerra europeu, feitas geralmente por oficiais, a pesquisa abrange almanaques e periódicos de fado publicados por essa altura em Lisboa. Para o estudo dos modos, dos intérpretes e dos contextos em que este género musical e lírico era praticado, baseámo-nos em obras de literatura diarística ou cronística; algumas das quais corporizam memórias mais ou menos adensadas em visões ideológicas sobre o conflito.

1 Alusão ao título da obra de Ernest Jünger (2005 [1922]). *A Guerra como Experiência Interior*. Lisboa: Ulisseia.

2 Ver em especial o 4.º capítulo intitulado «O Fado e a Grande Guerra» (Nery, 2012: 129 e ss).

Na primeira parte caracterizar-se-á tematicamente o repertório de fado escrito na guerra ou sobre ela, nas trincheiras, na retaguarda ou em Lisboa. Numa segunda etapa pretende-se a aferição do modo como a dita música urbana era cantada e tocada no conflito bélico. Isto far-se-á pelo enquadramento das suas práticas e dos seus protagonistas, por via dos discursos apreciativos ou depreciativos, e na ponderação das questões seguintes. Qual o papel do fado no sistema de relações hierarquizadas do exército e ao mesmo tempo estreitadas pela experiência da guerra? Em que medida contribuiu para a construção da especificidade identitária do soldado português face às outras culturas?

Uma última nota relativa à metodologia da construção do texto que investe em citações, frequentemente longas. A intenção deste artigo não é tanto a apresentação de uma estrutura argumentativa que suporte um ponto de vista específico, mas adequa-se mormente à função da ciência histórica de salvar o esquecido³. Com efeito, este conjunto de excertos entendidos como rasgos de acesso ao pulsante quotidiano da guerra, querem a remissão da omissão historiográfica de algumas experiências do quotidiano militar, personalidades ou obras de expressão cultural popular, ou seja, as festas e cantos coletivos, os soldados fadistas e as letras de fado, respetivamente.

As Letras de Fado

O contacto com as letras de fado escritas na Grande Guerra ou sobre ela permite a rápida verificação de estarmos perante um *corpus* de grande variedade temática. Apresentamos uma tipologia que pretende facultar alguma organização a essa pluralidade de conteúdos cantados que tem como objetivo a aferição dos eixos temáticos mais proeminentes. Eles concernem a três problemas que correspondem às categorias temáticas que passamos a apresentar: os vínculos nos encontros e desencontros ocasionados pela guerra, as reações ou diferendos face à participação portuguesa no conflito e finalmente a substanciação da experiência do matar e do morrer pela escrita e o canto do fado. Em periódicos como *A Alma de Portugal*, *Canção Nacional* ou *A Trova Popular*, encontramos mais frequentemente letras da primeira categoria assim como poemas de fado anti-gueristas com um sabor a contestação operária. Nas recolhas de letras escritas *in loco*, realizadas por oficiais como o Alferes Rogério de Almeida Russo ou o Major Mário Afonso de Carvalho, encontramos com mais recorrência fados humorísticos de crítica aos políticos e superiores militares, às condições alimentares e higiénicas, assim como fados que exprimem o sofrimento e o pânico vividos na experiência direta do combate.

A Manutenção e a Rutura dos Vínculos

Algumas letras narram factos trágicos da guerra, incidindo sobre a morte do soldado ou, mais exatamente, o conhecimento da sua morte por parte da mãe, geralmente representada como uma camponesa pobre e idosa. Este conhecimento consiste muitas vezes

3 «[...] a escrita da história também é veículo que luta contra o esquecimento e, por conseguinte, contra a degradação que marca o *iter* do tempo» (Catroga, 2009: 39).

no reconhecimento do corpo ou do rosto do filho, sendo praticamente ausente a narração da receção da notícia por carta, o que correspondia ao procedimento comum da comunicação à família do falecimento do soldado. Deste modo, ocorre a simulação de que a guerra se deu em território português:

“Toca o sino n’aldeia, e segue estrada em fóra
Em passos deseguaes [sic] uma pobre velhinha,
Segurando entre as mãos o retrato da neta,
Imagem de seu filho, a loura criancinha. [...]

N’uma cegueira louca e a alma numa anciã [sic]
Correndo para a maca, a ver que o continha,
E alucinada vê, que o filho morto, vinha
Feito num farrapo humano! Espectro repelente!
Então morta ela cae [sic], lembrando a inocente
Imagem de seu filho, a loura criancinha”⁴

“De repente solta brados
que entende só quem sofreu:
a velhinha conheceu
num cadáver mutilado,
um corpo tão adorado...
um filho que fôra seu”⁵.

Pode-se encontrar este tipo de letra sobretudo nos periódicos de fado que proliferam por Lisboa, quer no período da guerra quer nos anos a ela subsequentes. Encontramos em menor quantidade narrações sobre a destruição provocada pela guerra, tendo como elemento continuo a personagem da velhinha:

“Fugindo de serra em serra,
Lá vem do norte a velhinha;
Os barbaros alem na guerra
Destruíram-lhe a casinha!...”⁶.

Existe ainda a referência ao problema social da orfandade provocada pelo conflito militar, presente em algumas letras escritas após o armistício; nelas ocorre como peça da descrição dramática de casos de extrema marginalidade. O seguinte excerto interessa ainda por evidenciar as contradições suscitadas pelo referido fenómeno social:

4 Mote e excerto da última estrofe do poema «A batalha», assinado por Afonso (1919: 2).

5 Excerto da última estrofe da letra «Suprema dô» [sic] (Teixeira, 1921: 3).

6 Mote de uma letra cujo título é «Sanguinolências», tendo sido escrita por Joaquim Gonçalves, que o dedica ao seu «[...] amigo e camarada de ideias Diogo Homenio Junior (Gonçalves, 1919: 3).

“Tão pequenino e já orfão,
Por todos é escorraçado,
Seu pai na guerra morreu!
E quando uma esmola pede,
É preso e é maltratado
Por quem seu pai defendeu”⁷.

Outra categoria temática agrupa os fados que exprimem a afetividade subjacente aos vínculos do combatente à família. De modo especial, trata-se daqueles que exprimem a relação entre o soldado e a mulher, seja a esposa ou a mãe. Denotando o amor, a saudade ou, mais raramente, o ciúme e a traição, estes poemas de fado dotam-se por vezes de um cariz epistolar. Encontram-se tanto nos periódicos de fado como nas recolhas dos fados escritas *in loco*:

“Querida esposa, vou contar,
n’esta carta tão penosa,
tormentos que estou passando,
longe da pátria ditosa.”⁸

“Na tua carta dizias:
“Há quinze dias casei.”
Quando a terminei de lêr
Perdi os olhos, ceguei...”⁹.

“Posso muito tempo estar
Sem te poder escrever,
Mas eu juro e podes crêr
Que contigo hei-de [sê] casar.
Se uma bala me matar
Ou tiver um outro fim,
Só por isto, só assim,
Não cumpro o meu juramento;
E tu resa [sê] um só momento
Em cada dia por mim!”¹⁰.

Muitas letras evidenciam a morte do soldado como rutura dos vínculos entre este e a mulher, apresentando a guerra como dissolução da relação idílica entre eles. Assim o exemplificam estas duas letras das quais há a sublinhar o cenário rural, a «aldeia» e a «serra», em que são enquadradas as personagens e o facto de em ambas os soldados terem sido pastores.

7 Estrofe de uma letra de Artur Ferreira Santos (1924: 2).

8 Velloso e Gonçalves (s.d.: 78).

9 Mote da letra intitulada «Da Flandres», da autoria de Henrique Bruno (1912: 5).

10 Última estrofe do poema «Lamentos», autor anónimo (Pascoantes, 1930: 6).

“Dor Suprema

[...]
Cristalinos,
Novamente,
Tocam outra vez os sinos
Na capela alvinitente...
O pastor
Que casára,
Morrera cego – que horror! –
Na guerra cruel, ignara!...
E de paixão
A viuva desditosa,
Maldiz a guerra horrorosa”¹¹.

“Morto da guerra!

Naquela risonha aldeia
D’encanto cheia
E de poesia;
Uma pastora morava
Que se chamava
Rosa Maria,
Numa tardinha, ao sol-pôr,
Certo pastor
Passou por ela,
E viu, imerso em surpresa,
quanta beleza
Tinha a donzela!

[...]
Ao puro amor desse moço
Com alvoroço,
Ela acedeu;
Mas ele deixou a serra,
Entrou na guerra
Onde morreu!”¹²

Também na guerra naval era cantada esta fratura irreversível de relações. Regista-se no seguinte excerto, o qual descreve uma letra sem a transcrever, um enquadramento dessa rutura não numa paisagem rural mas marítima, e verificando-se a circunstância da devolução do corpo à pátria:

11 Guimarães (s.d.: 13). Fado da loucura, «Para Maria Alice».

12 Guimarães (s.d.: 11-12). Fado Raul d’Oliveira. Para Rosa Maria.

“Depois seguiram-se as quatro glosas do estilo, em que o autor descreveu um ataque dum submarino alemão a um navio mercante português no qual viajava um jovem enamorado que, após o torpedeamento do seu barco, perece no seio das ondas. Mais tarde, o seu cadáver era arrojado a uma praia distante, apertando nas mãos os restos, já disformes, duma fotografia. Era o retrato da noiva que ele deixara em terra, á qual havia de unir-se para sempre após o regresso da viagem” (Simões, 1920: 11-12).

A par da mãe velhinha, da noiva e da aldeia, nesta letra e na primeiramente citada, o retrato surge como um elemento axial da narração.

Fados de Propaganda e Fados de Resistência

Escritos sobretudo num primeiro momento contemporâneo à polémica da entrada de Portugal na guerra e no período imediatamente posterior, os fados de propaganda são numerosos. Elaboram uma exaltação de Portugal e concomitantemente do soldado. Neles se evidencia a sua masculinidade, coragem, amor à pátria e à família. São escritos na intenção de lhes prestar homenagem ou, mais exatamente, de fazer propaganda guerriista, incitando ao recrutamento e convencendo a opinião pública da positividade da participação portuguesa no conflito mundial. Em algumas letras, o soldado é figurado como detentor de capacidades de sedução e como um fadista, correspondendo este ao típico boémio popular. A alusão ao fado nestes textos é uma peça retórica de construção da sua virilidade e de uma «idealização heroica»¹³ do soldado português:

“Da campanha traiçoeira
Entre espíões e vís bandidos,
Pisando mortos e feridos
No ataque ou na trincheira,
Lutando pela bandeira
Contra déspota colosso,
Vede Patria um filho vosso
Chegado há pouco do *front*
Valente, modesto e bom,
Eis mais um amigo nosso”¹⁴.

Num outro âmbito diametralmente oposto aos fados de propaganda da participação portuguesa no conflito bélico, encontram-se os fados de crítica que comprovam que o assinalado género musical era um instrumento de resistência à guerra. Enquanto nos primeiros os autores vão desde letristas e/ou fadistas amadores a autores detentores de uma intencionalidade de persuasão intervencionista clara, sendo escritos sobretudo em Portugal, os fados de crítica ou são elaborados por soldados e feitos no espaço do confronto militar europeu ou são escritos em Portugal por autores que indicavam uma militância

¹³ Expressão utilizada em Nery (2012: 155).

¹⁴ *Na Trova Popular*, 4. Este excerto corresponde à segunda estrofe de um fado intitulado «Um amigo que volta», dedicado a Álvaro Vivaldo, assinado por Fernando d’Amiro (1919: 2).

antiguerrista. Neste último caso, são fados de indignação, não tanto lamentativos mas no registo de um «antibelicismo operário»¹⁵, por deterem um certo cariz revolucionário ou humanista habitual nos fados que proliferavam nesta altura nos ambientes proletários:

“Tudo são lutos e dôres!
Eis da guerra, o que contemplo,
P’ra que nos sirva d’exemplo
Não mais escravos! nem senhores.
Soldados! ante os clamores
Despi o vil uniforme,
P’ra que no mundo se forme
A paz firme d’igualdade,
Que o mundo tornar-se há-de
Como uma perola enorme”¹⁶.

Por outro lado, os soldados escreviam fados de natureza cómica, através dos quais criticavam sobretudo as figuras da autoridade, seja da hierarquia castrense, seja do universo político. No que a este último concerne, são ridicularizados os governantes intervencionistas como Afonso Costa, Norton de Matos e Bernardino Machado ou mesmo não-intervencionistas, como Brito Camacho. No fado seguinte, além da crítica aos políticos indicados, há a assinalar a referência ao filho de Afonso Costa, Sebastião Costa, que era intérprete no Quartel-general (Carvalho, 1945: 240):

“Vai-se ao Norton e... zás!...
Uma porrada na tóla;
Ao Bernardino e... pás!...
Amarrota-se a cartola.

[...]
Meus amigos, os heróis
Da intervenção
Ficaram todos por lá,
A defender a nação
Do Camacho e do alimão
E dos que vieram pa’ra cá. [...]

Sebastiãozinho chegou
E olhou logo p’r’o front
E mandou isto ao Norton:
“– Para a frente é que eu não vou”.
Por isso eu digo
Etc., etc.

15 Expressão utilizada por Rui Vieira Nery (2012: 191).

16 Penúltima estrofe de uma letra de «Juiz Antonio», intitulada «O destino» (Juis Antonio, 1920: 2).

III
Meus amigos, já cá está
Sebastião
Kronprinz de Portugal
P'ra entender o alimão;
E vem-no interpretar,
– Mas no Quartel General.

Uns dez mil prisioneiros,
Logo das primeiras listas,
Pediram ao Sebastião
Que lhes desse o seu perdão
E se faziam afonsistas.

Sebastiãozinho escreveu
Ao seu papázinho qu'rido;
E o Afonso, num momento,
Os meteu no seu partido.
Por isso eu digo
Etc., etc.”¹⁷

No que diz respeito aos superiores militares, nas letras fala-se de alguns nomes em concreto, consistindo sobretudo em caricaturar algumas personalidades. Por vezes, são feitas referências irónicas às suas ligações partidárias:

“Paródia ao Fado do Ganga (I)

I
Meus senhor's que pouca sorte!...
Pois a morte
Caiu nesta pagodeira.
Foi-se já embora o Menezes;
E, assim, os maiores revezes
Caiem nesta brincadeira.

Já não há manhã de cama,
Tudo vai para a instrução.
Ai! Xó!!...
Por isso, ó homem de fama,
Acabou-se toda a trama,
Afinou-se o batalhão.
[...]

17 Russo (s.d.: 225-227). Sem identificação do autor.

Eu conheço um capitão,
Um valentão,
Que barafusta e que grita.
É um grande passarôlo...
Embrulha qualquer parôlo,
Mas eu cá não vou na fita.

[...]
É um rapazinho perfeito
Lá do bando Camachista
Aí... Xó!!...
Traz a «Torre e a Espada» ao peito,
Mas tem o grande defeito
De ser *intervencionista*.

Era do grupo que vinha
Pra instrução não sei de quê;
Mas deixou comer a *pinha*
Ao chefe do C. E. P.
Por tudo isto
Etc.¹⁸

Criticavam-se sobremaneira os «cachapins», nome dado aos soldados que estavam na retaguarda e por isso, mais protegidos e com melhores condições do que os da frente. Ocorrem parcimoniosamente referências aos ingleses:

“Há p’ra ahi certos meninos
Muito finos
Que cachapins são chamados;
Usam calças como a gente,
Mas o trabalho é dif’rente,
Porque estão sempre anichados.

Quando há bombardeamento
E termina a traulitada,
Dizem com caras larachas:
“Nós fizemos muitas baixas”
Sem saírem da rectaguarda.

[...]
Mesmo co’a nossa aliada
É usada
A maneira cá do Zé:
Em se pondo um português
Ao lado dum inglês,
É sabido que há banzé.

18 Russo (s.d.: 237-242).

Quando reúne a gajada
Dão murros, trocam facadas.
E dá vontade de rir
Ver os *Biffês* a caír
Com pontapés e marradas¹⁹.

Assinale-se que os fados sarcásticos transcritos têm a estrutura formal ou melódica do fado do Ganga, cantado na revista «O Novo Mundo»²⁰, o qual, a julgar pela sua prevalência em muitas circunstâncias contíguas ao fado, marcou o imaginário e as rotinas de entretenimento dos soldados. A estreita relação entre o fado e o teatro de revista aguçou a funcionalidade crítica do género musical lisboeta, assim como estimulou a sua divulgação. Na disseminação do fado do Ganga terá sido decisiva a sua gravação em disco, que obteve um grande número de vendas.

Medo e Riso ante a Precaridade e a Morte

De outro tipo são as letras que expressam a angústia e o medo gerados pelo terror da experiência do combate, sendo fados de grande carga dramática que exprimem o pânico face à realidade eminente da morte. Não sendo de uma considerável grandeza quantitativa, há a assinalar a existência de combatentes letristas cuja quase totalidade do repertório escrito é desta índole, como Vicente Penim ou Joaquim dos Santos Andrade (Freitas, 1977)²¹.

“Nestas medonhas moradas
Onde me veijo [s*í*] habitando
As balas ouço zuando,
Matando alguns camaradas;
Veijo caveiras mirradas
Veijo mortos e feridos,
Veijo abrir os jazigos
Onde estão amigos nossos;
Irão para lá os meus ossos;
Em maldita guerra estou metido²²”.

19 Parte do fado «O Ganga nas Trincheiras» (Russo, s.d.: 221-224). O autor não se encontra identificado.

20 Esta revista estreou em setembro de 1916 e foi feita pela «A Parceria», nome do grupo de comediógrafos constituído por Ernesto Rodrigues, Félix Bermurdes e João Bastos. O fado do Ganga foi composto por Alves Coelho e Venceslau Pinto e viria a ser editado em disco. Sobre os fados cantados em teatros de revista durante o período da I República, e em particular sobre uma exposição mais detalhada da revista «Novo Mundo» (Rodrigues, 2011).

21 As letras de Joaquim Santos de Andrade encontram-se em espólios pessoais (Nery, 2012: 155).

22 Segunda estrofe de uma letra que seria muito conhecida, uma vez que a encontramos transcrita em diversas obras. Na obra de Pina de Moraes aparece intitulada «Fado do Soldado» (Moraes, 1921: 127). Antecedendo a sua transcrição, Agostinho de Campos apresenta-o deste modo: “Hoje cedo a palavra a um poeta da Guerra, o soldado português M.S., que há pouco veio de França mutilado, e cujo poema, a seguir transcrito, chegou às minhas mãos por indiscrição louvável da sua enfermeira. § Conservo fielmente a métrica e a ortografia do original, e chamo a atenção do leitor para o encanto moral destes versos, onde o rude e obscuro poeta, tendo no espírito a permanente obsessão [s*í*] da morte próxima e fatal, encara com sere-

Dos fados que são dotados de um forte sarcasmo, alguns são-no como meio de realizarem uma crítica à participação portuguesa na guerra, como já foi assinalado. Outros fados, porém, ironizam as condições de vida nas trincheiras, tanto alimentares como higiénicas. Ridicularizam os mantimentos, abundando os fados ao *Corned-beef*, enlatado de carne distribuído pela «soldadesca», e as alusões à insuficiência da comida distribuída. Quanto à falta de higiene, destacam-se os piolhos e os ratos, elementos zoológicos que simbolizam maximamente a insalubridade e que são cinzelados humoristicamente em fados como o seguinte:

“O piolho é inteligente
Companheiro do soldado;
Por morder tão fortemente,
Deve ser condecorado.

[...]
Pressente o inimigo
Sempre na melhor altura.
Corre do pescoço à cintura,
E do peito ao umbigo.
Faz alarme, o atrevido,
A morder demasiado.
Chega a ser estrefegado
Por se mostrar tão cruel,
Mas é guerreiro fiel,
Companheiro do soldado”²³.

Conclui-se que o fado absorveu sensibilidades várias e múltiplos posicionamentos ideológicos face à guerra. Regista-se uma avultada polivalência temática nos poemas cantados, que ora são intervencionistas, ora antiguerristas, coexistindo o terror e o riso. Se noutras sociedades houve uma maior especialização dos géneros musicais no que diz respeito às funcionalidades políticas e sociais que detiveram no contexto da I Guerra Mundial, no caso português pode-se afirmar que o fado acabou por deter a totalidade dessas funções: era concomitantemente música de protesto e de propaganda, canção beligerante e pacifista, cantiga cómica, nostálgica e patriótica (Wood, s.: 824).

O Verdadeiro Inimigo, o Verdadeiro Fado, o Verdadeiro Conflito

O fado prevalece como reduto de resistência em grande medida pela via do humor: ao não-sentido da violência e da experiência-limite da condição humana, responde-se com o não senso da ironia. Esta polissemia é acompanhada por uma enunciação do ini-

nidade o seu destino, que é aquele que o dever lhe marcou. § Os versos compõem-se, naturalmente, de uma quadra-mote, cujas linhas são depois glosadas todas quatro, ao estilo do fado nacional” (Campos, 1921: 263-264).

23 Excerto do «Fado do piolho», paródia à canção “O Piolho do Soldado” (Russo, s.d.: 269-270).

migo como poliédrico, sendo este identificado mormente com os políticos intervencionistas do que com o exército rival, fazendo referência aos superiores militares, aos soldados da retaguarda e, mais residualmente, aos ingleses. Deste modo, trata-se de um reconhecimento do inimigo no interior do espaço nacional, pois são, em grande medida, os governantes e os oficiais portugueses. O inimigo é ainda nomeado de forma codificada: são os «biffes» e os «camones» (os ingleses), os «cachapins» (os que estão na retaguarda) e os «boches» (os alemães).

Ambivalente é também o ressentimento vivido na rede de ruturas que a guerra determina: entre o soldado e a mulher que não o esperou, entre o povo e o governo, entre a frente e a retaguarda, entre ingleses e alemães. Esta fratura dos vínculos proporcionada pela partida do «homem» é afirmada sempre na remissão para o espaço da aldeia ou da serra, lugar matricial marcado axialmente pela «capela» ou «ermida», e pela figura feminina, seja a materna, seja a da esposa, o que o constitui como espaço simbólico do religioso e da família. Neste sentido, muitas das letras que versam sobre o conflito mundial confundem-se com outras que narram a migração para a cidade ou a emigração para outro país. Isto é devido à existência comum de três elementos: a rememoração da aldeia; a rutura pelo contexto adverso que é a cidade, a terra estrangeira ou a guerra; o desfecho que corresponde à miséria ou à morte.

“Ao deixar a sua aldeia
o soldado diz adeus,
á noiva que o pranteia
rogando por elle a Deus»²⁴.

«Nunca mais veio a alegria
O seu rosto iluminar,
Ao saber que ia deixar
A aldeia aonde vivia.
Porque o pobre bem sabia
Após o vêr-se fardado,
Que iria sêr desterrado
P’ra compartilhar na guerra,
Servidor da vil falperra,
Longe do seu povoado,

Pensando a todo o momento
Na santa mãe que o adora,
P’ra quem trabalhou outr’ora
Cheio de contentamento [...]”²⁵.

24 «A despedida». Sem indicação do autor (Costa, s.d.: 28).

25 Letra de Bernardino H. de Sousa (1920: 6).

Os poemas de fado mostram que é a dicotomia aldeia – cidade a que proeminentemente representa no imaginário popular português o confronto entre a antiga ordem e a modernidade, que corresponde, por sua vez, à luta nevrálgica que nucleia o conflito da I Guerra Mundial: “Durante esse momento de grande trauma europeu, muitos milhões de pessoas, sobretudo jovens camponeses que tinham aprendido com os seus antepassados a viver segundo os ritmos da natureza, no interior dos códigos do mundo rural, foram brutalmente arrancados ao seu universo social e mental” (Traverso, 2012: 13). Na Grande Guerra, parto da modernidade que vitima a velha mãe da ordem social tradicional, consuma-se a troca de uma «sociedade enraizada» por uma outra «atomizada» (Traverso, 2012: 88-89). O que é cantado pelo fado mostra a experiência quotidiana e popular desta substituição.

Práticas de Fado na Guerra

A capacidade de fácil circulação pelas minudências da sociedade de que é dotada a música popular, na qual se inclui o fado, confere-lhe eficácia enquanto transmissor de ideias. De facto, este género musical urbano era em grande medida uma música panfletária, nas suas letras, e com simplicidade melódica, no que à música respeita, possuindo por isso um poder de difusão que a música erudita, na generalidade dos seus autores, não comportava. Era mais portátil, de produção barata, com um padrão rítmico não sofisticado (no caso dos fados de estrutura tradicional, ou seja, sem refrão), agradável ou facilitador da memorização (no caso dos fados de revista) e, como tal, de espontânea adesão por parte dos recetores. Deste modo, mostra-se um instrumento sedutor para os interesses propagandísticos da guerra mas também para a veiculação de ideias pacifistas e de crítica, como, aliás, os excertos das letras anteriormente apresentadas o manifestaram. O fado mostrou-se particularmente propício enquanto meio de persuasão para o recrutamento, na própria pedagogia dos soldados e na modelação das atitudes ante a guerra assumidas pela sociedade que os vê partir. Integrava também o conjunto de atividades de recreação do C.E.P., das quais se destacam os jogos de cartas, o futebol, os passatempos amorosos, principais motivadores das incursões às cidades francesas²⁶. Através da sua utilização como música beligerante, de resistência ou, simplesmente, de entretenimento, nas dinâmicas de sociabilidade proporcionadas nos campos de treino e nas trincheiras, o fado disseminou-se numa escala nacional (Nery, 2012: 129-130).

Com efeito, a Grande Guerra possibilita a perceção de que o fado já no início do século XX não se circunscreve sobremaneira a Lisboa pois está documentada a existência de soldados a escrever e cantar fado provindos, por exemplo, do Algarve²⁷. A partilha de tradições musicais regionais das múltiplas proveniências dos soldados motivou uma «fadistização» dessas tradições ou uma ruralização do fado, isto é, este adotou algumas músicas populares rurais para o seu repertório ou absorveu os seus temas ou formas

26 O seguinte estudo descreve aprofundadamente as atividades de lazer e diversão do C.E.P., entre elas enunciando os musicais (Marques, 1995: 181 e ss).

27 Como o já referido Joaquim dos Santos Andrade (Nery, 2012: 155).

musicais. Esta interação entre o fado e o universo musical rural português, reforçada na sociabilidade da guerra, foi-lhe estruturante. O fado era enunciado como elemento de congregação dos portugueses, de rememoração catártica de Portugal e de identificação do português:

“Mas, porque onde há uma guitarra e um português o fado é uma coisa fatal como o destino, e necessária como o ar que se respira, não tardou que se calassem o harmónio e a flauta e as notas do choradinho se fizessem ouvir, transportando-nos a todos – só em espírito, infelizmente – das planícies alagadas e cortadas das trincheiras das terras de França, aos campos verdes e tranquilos do nosso Minho, às serranias das nossas Beiras, e, até, a certas casas citadinas, menos que modestas, onde, entre um copo de vinho e o fumo dum cigarro, o fado rende todas as almas e faz esquecer todas as tristezas!...” (Monteiro, 1919: 148).

A I Guerra Mundial é um momento determinante no processo de autorrepresentação do fado como canção nacional. Esta era uma afirmação já existente e em torno da qual se construíra uma apologética na propaganda fadística dos anos precedentes, como resposta às críticas que lhe eram dirigidas e como forma de se desmarcar da associação aos ambientes de prostituição. Todavia, o contacto ou o confronto em grande escala com culturas estrangeiras permitiu que, em larga medida por via do fado, se estabelecesse um «nós» em contraponto com um «eles». A coesão do grupo estreitava-se e proporcionava-se a ideia de canção nacional pela experiência de singularidade ou idiossincrasia que o fado permitia, sentimento que perpassava para as letras escritas cá. O seguinte excerto retirado da obra *A Malta das Trincheiras* do Major André Brun, escritor e humorista, exprime uma experiência de encontro e de diferenciação com os ingleses por parte do soldado Folgadinho²⁸:

“O dia passa, e Folgadinho vai ver os ingleses fazerem exercício. Sente-se *touriste* e mirone, e para defronte duma grande casa de madeira, dentro da qual se ouve tocar piano. Avança até à porta e lobriga ao fundo o balcão de uma cantina, onde há tudo o que um soldado pode precisar. Do lado oposto, um palco; e pelo meio do grande casarão, mesas compridas onde os *camones* – como ele já lhes chamava – escrevem, lêem ilustrações, fumam cachimbo e escutam um enfermeiro de óculos, que martelando as teclas dum *Erard* de décima terceira qualidade, trauteia desafinadamente: *It's a long way to Tipperary*... Folgadinho sente-se feliz, encosta-se ao piano e, quando o inglês se cala, avança um dedo, toca em três notas ao acaso e lança voz: Ó amendoeira! Que é da tua rama?” (Brun, 2014: 34-35).

Esta especificidade da cultura musical portuguesa no contexto de guerra é perceptível pelos instrumentos tocados ou realizados pelos soldados. O excerto anterior evidencia o piano como elemento organológico dos ingleses. Nos documentos a que tivemos acesso,

28 «Folgadinho» não corresponde a um indivíduo em particular mas é o nome com que André Brun se refere ao típico soldado português.

os instrumentos utilizados pelos portugueses são o harmónico²⁹ e a guitarra, em menor recorrência a flauta, como é exemplificado neste trecho:

“De uma vez estava um soldado do meu batalhão muito entretido a tocar um armonium. De repente, largou-o e pôz-se [sic] a chorar. Perguntando-se-lhe porque fôra aquela mudança tão brusca, êle respondeu: É que as notas do armónico fizeram-me lembrar a minha família, a minha casa, a minha terra!..

De outra vez encontrei, ao entrar para as Trincheiras, um grupo de soldados que cantavam e dançavam ao som de uma guitarra por eles feita de umas táboas [sic] de caixotes. Perguntando-lhes por que tal faziam [sic], ali tão porto [sic] do inimigo e expostos aos seus fogos, eles me responderam: Ó meu alferes, isto é para esquecer saudades” (Gonçalves, 1920: 296-298).

A guerra requer instrumentos mais portáteis do que uma situação de produção musical em conjeturas prósperas ou pacíficas. Requer a realização artesanal de instrumentos, como vemos pelo excerto anterior. Nas narrações respeitantes aos soldados portugueses ocorrem referências à construção de «guitarras de guerra», realizadas com “um bocado de madeira, uns pedaços de folha de lata e uns fios telefónicos” (Freitas, 1935: 238). Temos a informação de que dos instrumentos de guerra manufacturados pelos soldados franceses subsistiu, por exemplo uma fotografia de «violinos de trincheira» e um violino «*du poilu*»³⁰ feito a partir de uma máscara de gás³¹, e em relação aos alemães preservou-se, por exemplo, “um pequeno clarim alemão em cobre” (Loyer, Luez e Mironneau, 1990: 13). O contraste entre estes instrumentos de orquestra e os feitos ou tocados pelos portugueses, o harmónio e a guitarra, pode refletir talvez a especificidade da cultura de uma «terra sem música»³².

O caso dos prisioneiros de guerra portugueses na Alemanha é de oportuna referência pela sua singularidade. Nessa ocasião tiveram lugar atividades de pedagogia musical intencionalmente erudita dos soldados que integrava um plano de formação intelectual e cultural mais lato e estruturado. Tal é verificável pela tentativa de organização de aulas de música, pelo aluguer de um piano, bem assim pela aquisição de um gramofone e de alguns discos, por um grupo de oficiais³³. Logo, enquanto no campo de batalha existem descrições dos soldados portugueses a cantarem o fado e outras canções tradicionais das suas regiões de origem, nas narrativas que relatam a permanência dos prisioneiros portugueses na Alemanha o canto do fado é menos evidenciado, o que não infirma a existência

29 Entre narrações da aquisição de um harmónio comprado em França, organizando-se uma escala que estipulava um dia para cada pelotão (Monteiro, 1919: 147).

30 O termo «poilu» significa literalmente «peludo» pelo qual se designavam os soldados franceses.

31 «Le violon du poilu». Corinne Loyer, Philippe Luez e Paul Mironneau (1990). *La Ballade des Poilus: Chansons de la Grande Guerre (1914-1918)*. Exposition Bibliothèque Municipale d'Amiens, 3 mai – 2 juin 1990. Fotografia de violinos fabricados nas trincheiras, com materiais ao acaso (Corinne, Luez e Mironneau, 1990: 13).

32 Expressão que Ana Luísa Paz explora na sua tese de doutoramento como chave hermenêutica da cultura pedagógica musical em Portugal (Paz, 2014: 59-60).

33 A primeira edição do livro foi póstuma.

de letras de fado que foram escritas pelos prisioneiros na Alemanha (Lourinho, 2003: 127-128)³⁴.

No âmbito da guerra marítima não é de estranhar que existam referências ao fado tocado e cantado pelos marinheiros. Existe uma interessante menção da sua prática no *Augusto Castilho*, navio de guerra, precisamente na ocasião do seu naufrágio causado pelo ataque de um submarino alemão (Rezendes, 2009: 107). No relato do Tenente Luiz José Simões a guitarra é mais uma vez protagonista na congregação dos marinheiros, mencionando-se também uma viola sem cordas:

“Desci ao camarote e trouxe para o convés a minha guitarra que jámais [sic] deixou de me acompanhar em todas as viagens. Com ela me sentei num banco de tesoura próximo da escotilha de ré onde os meus camaradas prestos se reuniram, e mal dedilhei uns prelúdios do fadinho, logo uma voz gritou com entusiasmo: Olá, rapazes! Estamos altos, temos fado! Sem detença a maruja me rodeou alegre e bem disposta.

– Ó seu mestre, faça favor, o fadinho do Ganga! – solicita respeitoso o Manuel Crua [...]. Uma viola aparece, mas faltam-lhe cordas [...] lá se compôs o instrumento o melhor que se pôde, e, momentos depois, o bom fadinho entrava em scena [sic]. Era levado da breca o endemoninhado Crua que, mesmo com falta de cordas, lá ia safando a rascada muito a contento dos ouvintes que com justiça o aplaudiam nas suas interessantes variações” (Simões, 1920: 10)³⁵.

O Soldado Português: Fadista ou Homem Novo?

Analisadas as práticas de fado de uma forma geral, equacionamos a figura social do «fadista» enquanto categoria ou arquétipo de grande expressividade simbólica na constituição da identidade do soldado português. Se o soldado inglês é representado como individualista, bravo sem ser disciplinado, e o soldado alemão obediente e facilmente comandável (Campos, 1921: 12–13), a personalidade do soldado português é figurada pela saudade e pela sensibilidade poética e musical. De facto, ele é retratado como um poeta como exemplifica a afirmação do Tenente João Pina de Morais que indica no seu livro que um alferes «costumava mandar as suas notas oficiais em verso»³⁶. Existe uma certa contiguidade entre a prática de escrever versos e a de os cantar em fado. As figuras do «poeta de guerra», do «detrista» e do «fadista» confundem-se em certa medida, não sendo possível definir, em alguns casos e em última instância, se o que escreviam era cantado, e cantado em fado. Como se evidencia no título de alguns periódicos de fado

34 Joaquim Andrade é um dos autores de poemas de fado escritos durante o período em que esteve como prisioneiro na Alemanha. Sobre o fado escrito e cantado nos campos de prisioneiros alemães. (Nery, 2012: 206 e ss).

35 A guitarra portuguesa do tenente viria a ser saqueada pelos alemães: “[...] desci uns degraus e penetrei no meu alojamento. Lá estava sobre o sofá a minha guitarra, aquela boa e inofensiva amiga de tantos anos que horas antes acompanhara, no dolente fado da Mouraria, aquela canção triste do moço telegrafista! Para ali ficava a pobre, que manámulas alemãs horas depois haviam de profanar” (Simões, 1920: 19-20).

36 «O alferes Guerreiro costumava mandar as suas notas oficiais em verso. Morreu gloriosamente e em combate.» (Morais, 1921: 138).

desta altura, este género musical urbano é designado como «trova popular» e «trova portuguesa». Desta forma, se o combatente-fadista remete para a figura medieval e romantizada do trovador, por outro lado, o soldado-guitarrista é um elemento do imaginário do guerreiro português falhado na investida sebastianista, e, portanto, com uma consistência quase mitológica, pelo que exprimem afirmações como esta, de Agostinho Campos: “Os portugueses que enterraram Portugal em Alcácer-Quibir eram de-certo [*sic*] patriotas. O que os matou, e a nós com eles, foi serem, além disso, apenas guitarristas...” (Campos, 1921: 12-13).

Tendo em conta a multiplicidade dos pontos de vista e das retóricas adjacentes à I Guerra Mundial, podemos dizer que o auto-entendimento das forças armadas portuguesas sobre o grau e a consistência do «poder» de Portugal como o país quantitativamente menos representado no conflito é nucleado pela noção de que o militar português é alguém ambivalentemente «pequeno» e «poderoso». Esta ambivalência é composta essencialmente por duas ideias, muitas vezes coexistentes num mesmo tipo de discursividade. A primeira consiste na consideração de que Portugal é um pequeno poder e que, porém, os soldados portugueses são grandes homens. A segunda perspectiva Portugal é uma grande nação, porém os soldados são sujeitos pusilânimes e incapazes de fazerem jus à imponência da Pátria, obstruindo a irrupção em si da almejada nova raça lusitana.

Existe a intenção de configurar simbolicamente o soldado como poeta, guitarrista e fadista, em suma, como um sujeito que detém uma sensibilidade natural apreciável e comovedora, não obstante não ser da ordem da alta cultura ou da erudição. A somar a isto, refere-se o ser melancólico, pela saudade da aldeia, da Pátria e da família, e ainda a obediência respeitadora aos superiores. Mas se estas qualidades o engrandecem, coexistem com outros elementos idiossincrásicos como uma certa vulnerabilidade ou cobardia, espírito de desistência, conformação e desleixo, que se podem sintetizar numa ausência de resiliência. Estes baseiam a consideração de que os soldados portugueses não estão à altura do projeto ideológico de fazer do conjunto dos homens portugueses uma «legião de gigantes», do qual a I Guerra Mundial seria um momento de consumação. Assim o defendia, entre outros autores, Jaime Cortesão, que afirmava “[...] a Guerra como escola de valores (honra, valentia, solidariedade), propiciando uma mudança de carácter que, no caso do “magala”, o transformara de “soldado bonacheirão e humilde”, “sonâmbulo”, “galhofeiro e manhoso”, num “homem novo”, numa legião de gigantes” [...]” (Leal, 2000: 449).

Em parte o fado serve para criticar e concomitantemente validar uma falta de habilidade bélica ou mesmo de varonilidade. Tratamos agora as características que surgem nas descrições dos soldados fadistas e, de seguida, as alusões nos discursos ou memórias dos oficiais sobre a prática de fado em vista a verificar a afirmação nelas quer do temperamento indolente quer da dócil modéstia e propensão poética do combatente lusitano.

Os Soldados Fadistas

Os soldados cantadores de fado que conseguimos apurar na literatura memorialística portuguesa da I Guerra Mundial são sempre apresentados a partir de uma visão simpática

e positiva da sua personalidade, num juízo moral sobremaneira apreciativo por parte dos seus superiores. Pedro de Freitas, fundador e regente da banda do C.E.P., dá-nos a conhecer pelo menos dois cantadores de fado: Jacinto, também guitarrista, e Vicente Penim, também letrista. Sobre este último, o músico escreveu inclusivamente um opúsculo, volvida aproximadamente meia centúria após o término da I Guerra Mundial. Nela compiliou várias letras do fadista setubalense, bem assim descreveu a simpatia que por ele nutriam os seus superiores³⁷. O diretor da banda militar do C.E.P. narra nessa obra o seguinte episódio, que também evidencia o fado como ponto de interação entre oficiais e subalternos:

«O tenente Serrano, segundo comandante da Companhia, fica radiante com a obra do Mestre Penim [...]. Nessa noite, a oferta de cigarros, comida e alguns copos do “roxo” português, enchem Penim do melhor que ele poderia desejar – barriguinha cheia e o consolo da sua produção» (Freitas, 1977: 20-21).

Outro soldado fadista é o Ganga, alcunha facilmente justificável como alusão ao título do célebre «fado do Ganga» já referido anteriormente, assim designado pela personagem que o canta na revista «Novo Mundo», um carroceiro interpretado por Estêvão Amarante, não fosse o facto do soldado «Ganga» ser um soldado-condutor. Pina de Morais descreve desta forma o primeiro encontro que teve com o seu curioso subalterno:

“[...] de desagradável apenas notei, na algibeira do peito que tem os jalecos, as pontas vermelhas dum lenço de sêda civilmente colocado e descaradamente berrante. O lencinho é um luxo de fadista, como o monóculo do cidadão coisas tam inveteradas que constituem uma espécie de caracteres sexuais secundários. [...]
– É castigado com cinco dias de detenção por se apresentar de lenço vermelho no bolsinho, o que não é do uniforme. Pode retirar-se” (Morais, 1921: 31-32).

Segundo o relato, no dia seguinte Ganga surpreendeu o autor do texto por improvisar uma cavaliça para a parilha de mulas que estavam sob a sua responsabilidade, apresentando-se desta forma:

“– Sou o Ganga, nado e criado na Mouraria e... cinco anos nos carros do Choral
O soldado faz esta identificação com uma ênfase orgulhosa e afadistada. E acrescentou, como se quisesse tranquilizar-me:
– Não faça vossoria má índole cá da gente! Embicaram cá c’o fadista, mas os castigos não fazem mossa e o Ganga nunca faltou ao respeitinho...” (Morais, 1921: 31-32).

O soldado-condutor viria a mostrar-se um militar superiormente brioso (ferrava muito bem o gado, concertava os carros, etc.), sem obstar o roubo que fez de dois cavalos (aos quais deu os nomes de «Rasa» e «Arranca Montanhas») e de ter atado, certo dia, um

37 O tenente Serrano, mais tarde General, “era um apaixonado pela veia poética de Penim. Admirava-o muito” (Freitas, 1977: 19).

soldado inglês ao seu chicote. Suscitando um sentimento de amizade por parte de Pina de Moraes, a quem o Ganga visitou na ocasião da sua doença e a quem quis oferecer, no último encontro entre os dois, as suas esporas que tanto estimava. O Tenente assim se despede dele: “- Obrigado, Ganga! / Quando fôr [sic] a Lisboa heide [sic] reparar nas carroças que passam nas calçadas a ver se descubro a tua figura de fadista no alto da boleia”³⁸.

Outro soldado fadista é o Cesário, que, tal como Penim mas em parte ao contrário de Ganga é sempre retratado como obediente, reto e honrado. Os seus dotes de interpretação do fado, nesta descrição que se segue, somam a estas qualidades a de uma enorme virtualidade sentimental:

“Foi nessa ocasião que apareceu o Cesário. Até então ninguém atentara nêle. Soldado cumpridor, não se tornara digno de reparo. Mais facilmente se salientavam os que não cumpriam. E êle cumpria. Era um homem alto, esgrouviado, moreno, olhos rasgados, tipo de inteligente. A voz era inferior á de alguns outros competidores, mas entoava como nenhum deles, possuía o segredo, que não se ensina, de trazer aos lábios o coração e fazer subir as lágrimas aos olhos, a cantar. Improvisa facilmente, vibrando bem a nota patriótica e sentimental. Ouviam-no em silencio, quasi com respeito, e se murmuravam, baixinho, com receio de o interromper, era para o aplaudirem: – Bravo! Muito bem! – Quem é? Perguntavam dum e doutro lado. E os camaradas, ufanos, como orgulhosos do seu triunfo, informavam solícitos: – É o Cesário... é barbeiro na 4.ª! De que está dependente, ás vezes, a gloria dum homem!” (Monteiro e Vieira, 1919: 148-149).

Como nos outros casos, ocorre um momento no texto em que se percebe a estima dos superiores castrenses pelo fadista. Se no caso da descrição de Ganga é sobretudo vincado o apreço por alguém que conjuga uma natureza rebelde com a fidelidade e o esmero no exercício das suas funções e se em relação a Vicente Penim era sobretudo motivo de admiração a sua escrita poética que articulava com o seu carácter grato e humilde face aos seus superiores, Cesário tem em comum com este último a irrepreensibilidade e a integridade, somando a sua genialidade emotiva no canto do fado e detendo um poder emocional sobre uma personalidade hierárquica:

“[o comandante da companhia] ficara [-o] conhecendo bem desde aquela véspera de Santo Antonio em que tambem, como bom português, se entusiasmara, ouvindo-o, e disfarçara com um pigarro extemporaneo a comoção que o estrangulara” (Monteiro e Vieira, 1919: 150-151).

38 «... e se ouço a tua voz que gritava carroceira, durante as marchas nas estradas enlameadas: / – Eh Rasa! Eh Arranca Montanhas! Almas do Diabol!...” (Moraes, 1921: 36).

O fadista, solicitado pelo referido comandante de levar um papel, é atingido por um morteiro, ficando gravemente ferido. Não obstante a seriedade da situação, o fado não deixa de estar presente como elemento vital na vida e na morte do soldado barbeiro:

“A maca, numa volta da trincheira, cruza-se com o comandante do batalhão, que nunca deixava de aparecer nas ocasiões difíceis. [...]

– Então rapaz, foste ferido... Não ha de ser nada... Tens a consolação de haver cumprido o teu dever!...

– É verdade, meu comandante, responde a custo o ferido... é verdade... Mas o que mais me rala é que não torno a cantar o fado!” (Monteiro e Vieira, 1919: 148-152).

Num episódio já assinalado num momento anterior do texto, alusivo à guerra marítima e descrito na obra *200 Milhas a Remos: narrativa trágico-marítima*, escrita pelo Tenente-Maquinista-Conductor Luiz José Simões sobre o navio caça-minas *Augusto Castilho*, o próprio se descreve a tocar uma guitarra que sempre o acompanhara em todas as viagens. Existe nessa crónica a descrição das últimas horas antes do ataque alemão ao navio, em que os soldados se entretiveram a cantar o fado. Afirma nela o Tenente: “[...] dei-lhes o *Mouraria*, que eles ouviram com religiosa atenção”. Nessa narração existe ainda a referência a dois marinheiros fadistas. Na descrição de João Mirão³⁹, é perceptível o conhecimento por parte do oficial de alguns circuitos fadistas lisboetas, pois assinala que o estilo do “velho lobo do mar [...] dava uma nítida impressão daqueles característicos fados da velha guarda que eram as delícias dos frequentadores do *Colete Encarnado*, ali à Estrada de Carriche, nas tardes saudosas de espera de touros” (Simões, 1920: 10). Na descrição de Elísio Martins da Nova, salientam-se uma vez mais as suas qualidades humanas, nomeando-se a modéstia:

“Outros marinheiros cantaram algumas canções em vóga [sic], tendo a primazia o telegrafista Elísio Martins da Nova, ao qual couberam as honras da noite, não só pela voz melodiosa que possuía, como pela extrema modestia de que era dotado. Tinha, por isso, um amigo em cada homem de bordo (Simões, 1920: 10).

O Fado do «Cavanço»

Se o fado surge nestas narrações como elemento descritivo favorável dos soldados e marinheiros e fator de admiração por parte dos superiores hierárquicos, outros textos há em que é encarado sobretudo como protuberante fomentador das dinâmicas de desmoralização que ganharam corpo no C.E.P. Certamente que este desencorajamento, o apelo à fuga e à desconsideração pela exaltação do varonil esforço guerreiro, seria uma realidade confinante ao tipo de fado sarcástico, enquanto comportamento clandestino de crítica ao intervencionismo e aos líderes do C. E. P. O verbo «cavar» viria a consolidar-se como a codificação máxima dessa atitude entendida pela soldadesca como legítima

39 João António Mirão, 2.º marinheiro n.º 364 Auxiliar da Defesa Marítima. Sobreviveu ao ataque tendo sido recolhido no salva-vidas (Simões, 1920: 21, nota de rodapé).

enquanto forma básica de resistência e pelas instâncias militares superiores como cobardia. «Cavar» tem como sentido literal a escavação das trincheiras que os soldados tinham de fazer, mas comporta ainda o sentido metafórico da gíria militar exprimindo a “tentação da fuga da frente [...] nos momentos de perigo” (Nery, 2012: 162-163). Esta dupla significação está patente neste pronunciamento do Major André Brun, que alude ao fado como importante canal difusor do «cavanço»:

“A retaguarda estragou o verbo *cavar*. A retaguarda estraga tudo. Dum vocábulo até certo ponto heróico fez uma coisa ignóbil, sinónimo de fugir. *Cavar* para a Base, *cavar* para a Junta, *cavar* para Portugal... Sobre o *cavanço* se fizeram cantigas de fado em que os poetas, ignóbeis *cachapins* de meia-tigela, apresentavam o C.E.P. todo disposto a *cavar*, quando calhasse, desde o general-em-chefe até ao último faxina. Essas imbecilidades circulavam e desmoralizavam a *trincha*” (Brun, 2014: 177).

«Cavar» é o avesso do valor da ordem e da bravura, e, deste modo, não permite que o espírito nacionalista e combativo perpassasse para os soldados, ameaçando o principal conteúdo da dinâmica pedagógica sobre eles exercida. No excerto seguinte, que inclui o exemplo de uma letra de um dos «fados do cavanço» e que é extraído das memórias de Francisco Cunha Leal, é perceptível a ideia de que o espírito do «cavanço» e o fatalismo do fado se mostraram mutuamente determinantes na construção de uma postura resignada e temerária por parte dos soldados.

«E os soldados? Neles a resignação transformara-se em descrença, a tender para um fatalismo derrotista de que o *fado do cavanço* era a amarga tradução. Eu já tinha ouvido referências a essa cantilena deprimente, mas tive o ensejo de ouvi-la numa daquelas noites opacas de La Gorgue, [...]. Três soldados, à minha frente, sem me pressentirem, iam desfiando, em surdina, umas após outras, as quadras desse faduncho doentio, de intolerável pessimismo. Uma delas, precisamente aquela que lhe servia de remate, para todo o sempre ficou gravada na minha memória. Ei-la:

“*Nesta vida de cavanço,*

“*A cavar, como se vê,*

“*Se os boches dão um avanço,*

“*Cava todo o C. E. P.*”

Senti-me corar de vergonha, como português, e a custo reprimi a tentação de intervir. Encolhendo os ombros, com compreensível tristeza, abstive-me de fazê-lo. [...] Deixá-los cantarolar as suas revoltantes quadras, já que o cinismo é tantas vezes o refúgio da amargura!» (Leal, 1967: 58-59 – Volume II).

Todavia, mais que obstaculizar a capacidade militar, o fado representa eloquentemente a resistência à constituição do homem novo concebido enquanto objetivo a atingir pelo coletivo português. Para a emergência dessa nova raça lusitana, haveria que matar-se o fadista, que sepultar-se o magala, como ícone do sujeito boémio e arruaceiro, ou do homem consternado, túbio e sem vontade própria nem coletiva.

Notas Finais

O fado veiculou uma grande variedade de posicionamentos ideológicos concernentes à I Guerra Mundial e as suas letras constituem um espelho da fragmentação e da reconfiguração dos vínculos que esse facto forçou. Constituiu-se talvez pela primeira vez como música de propaganda do poder instituído. Por outro lado, era uma prática clandestina que funcionava como reduto de crítica, de desautorização do poder político e militar e uma denúncia popular da ilegitimidade da participação portuguesa na guerra. O fado era uma atitude terapêutica de expurgação face ao horror da violência e da morte e ao mesmo tempo a ocasião de uma enunciação de «não senso» sarcástico com que se respondia ao não sentido da guerra. Além disto, proporciona o reconhecimento de alguns elementos substanciais do imaginário português, como a mãe velhinha, a noiva-viúva, a contraposição entre a aldeia e a cidade enquanto dicotomia contígua à da tradição – modernidade.

O género musical lisboeta consistia ainda na expressão criativa do coletivo dos soldados, possibilitando uma interação entre estes e os superiores militares, sendo uma plataforma de reconhecimento, por parte dos primeiros em relação aos segundos, de um novo tipo de mérito que não pertencia à ordem das capacidades físicas e beligerantes. A Grande Guerra intensificou o processo de constituição simbólica e real do fado como «canção nacional», e também o associou a uma representação ambígua do português. Por um lado, o poeta-fadista-guitarrista, pouco dado a realidades violentas mas preferindo um cariz de pundonor, de quase não-virilidade, de uma simplicidade de vida ligada à aldeia à família e a uma simpática subserviência. De outro modo, o homem luso possui um conjunto de características não viris nem longânimes, opostas, portanto, à almejada bravura do arquétipo de português ideal preconizado por vários pensadores e ideólogos anteriores e contemporâneos à Grande Guerra. Regista-se a ideia de que a mundividência e prática fadística contribuiu para o retardamento ou impedimento da emergência deste «homem novo», mas simultaneamente consagra uma poética idiossincrática do ser-se português.

Referências Bibliográficas

- Afonso (1919). “A Batalha”. *A Trova Popular* Nº 18, 21 de setembro, p. 2.
- Brun, André (2014). *A Malta das Trincheiras – Migalhas da Grande Guerra: 1917 – 1818* (2ª ed.). Lisboa: SPA e Guerra e Paz.
- Campos, Agostinho (1921). *Comentário Leve da Grande Guerra. III*. Lisboa: Aillaud & Bertrand.
- Campos, Agostinho (1921). *Portugal em Campanha*. Lisboa: Aillaud & Bertrand.
- Carvalho, Mário Afonso de (1945). *O Bom-Humor no C.E.P.* [S.l.: s.n.].
- Catroga, Fernando (2009). *Os Passos do Homem como Restolho do Tempo: Memória e Fim do Fim da História*. Lisboa: Almedina.
- Costa, Velloso e Manuel Gonçalves (s.d.). *A Canção Popular: Fados e Canções. Ornado com Oito Lindas Músicas para Piano e Bandolim*. Lisboa: Empreza Editora Popular.

- D'Amiro, Fernando (1919). "Um Amigo que Volta". *A Trova Popular* n° 4, 13 de abril, p. 2.
- Freitas, Pedro de (1935). *As minhas recordações da Grande Guerra*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- Freitas, Pedro de (1977). *Na Primeira Grande Guerra, 1914 – 1918, Um Poeta Setubalense. Vicente José da Silva Penim*. Setúbal: Tipografia Rápida.
- Gonçalves, Horácio de Assis (1920). *Na Ceplândia: Retalhos da Grande Guerra*. Porto: Escola Tipográfica da Oficina de São José.
- Gonçalves, Joaquim (1919). "Sanguinolências". *A Trova Popular* N° 29, 7 de Dezembro, p. 3.
- Guimarães, Júlio (s/d). *O Tesouro do Cantador: Cantigas Inéditas para Todos os Estilos de Fado*. Lisboa: Livraria Barateira.
- Henrique, Bruno (1928). "Da Flandres". *Canção Nacional* N° 2, 15 de janeiro, p. 5.
- «Juiz Antonio» (1920). "O Destino". *A Trova Popular* N° 42, 14 de Março, p. 2.
- Leal, Cunha (1967). *As Minhas Memórias: na Periferia do Tufão, de 1 de Janeiro de 1917 a 28 de Maio de 1926*. Volume II. Lisboa: Edição do autor.
- Leal, Ernesto Castro (2000). "Narrativas e Imaginários da 1ª Grande Guerra: o Soldado-saudade Português nos «Nevoeiros da Morte»". *Revista de História das Ideias* N° 21.
- Lourinho, Manuel Hermenegildo (2003). *Prisioneiros Portugueses na Alemanha* (2ª ed.). Lisboa: Prefácio.
- Loyer, Corinne; Philippe Luez e Paul Mironneau (1990). *La Ballade des Poilus: Chansons de la Grande Guerre (1914 – 1918)*: Exposition Bibliothèque Municipale d'Amiens, 3 mai – 2 juin 1990. Amiens : Bibliothèque municipale d'Amiens.
- Marques, Isabel Pestana (1995). *Os Portugueses nas Trincheiras: um Quotidiano de Guerra*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa.
- Monteiro, Quirino; Vieira, Melo (1919). «*Gambúsio*»: Soldados da Grande Guerra. Lisboa: Portugalíia Editora.
- Morais, Pina de (1921). *O Soldado-Saudade na Guerra-Grande*. Porto: Renascença Portuguesa Rio de Janeiro-Annuário do Brasil.
- Nery, Rui Vieira (2012). *Fados para a República*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Autores – Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pascoantes, J. (1930). *A Canção de Portugal: Coleção de Cantigas para o Fado Corrido*. Lisboa: Livraria Barateira.
- Paz, Ana Luísa (2014). *Ensino da música em Portugal (1868–1930): uma História de Pedagogia e do Imaginário Musical*. Dissertação de Doutoramento em Educação, Universidade de Lisboa.
- Russo, Rogério Marques de Almeida (s. d.). *Arquivo Poético da Grande Guerra 1914 – 1918*. (s/l). Companhia Portuguesa Editora.
- Santos, Artur Ferreira (1924). *A Alma de Portugal* N° 9, p. 2.
- Simões, Luiz José (1920). *200 Milhas a Remos: Narrativa Trágico-Marítima publicada em folhetins no Diário de Notícias sobre o feito heroico do caça-minas «Augusto Castilho»*. Lisboa: Tipografia Empresa Diário de Notícias.
- Sousa, Bernardino H. de (1920). "O Camponês". *A Trova Popular* N° 43, 21 de março, p. 6.

- Rezendes, Sérgio Gabriel Fontes (2009). *A Grande Guerra nos Açores: Memória Histórica e Património Militar*. Dissertação de Mestrado. Universidade dos Açores, disponível em <http://hdl.handle.net/10400.3/1969>.
- Rodrigues, Pedro Caldeira (2011). *O Teatro de Revista e a I República: Ernesto Rodrigues e a Parceria (1912 – 1926)*. Lisboa: Fundação Mário Soares e Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Teixeira, Jorge (1921). “Suprema Dôr”. *A Trova Popular* N° 72, 13 de fevereiro, p. 3.
- Traverso, Enzo (2012). *O Passado, Modos de Usar: História, Memória e Política* (tradução de Tiago Avó). (s/l): Unipop.
- Wood, Jeffrey (2005). “Music of World War” em Spencer C. Tucker *et al.* (eds.), *The Encyclopedia of World War I: a Political, Social and Military History* (3rd Vol). Santa Barbara, CA: ABC – CLIO.

O Brasil na Grande Guerra: uma Contribuição para o Esforço Aliado

Miguel Dhenin

Doutorando em Geopolítica, com tutela internacional de tese entre o Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), Université de Paris III Sorbonne-Nouvelle e o Instituto de Estudos Estratégicos (INEST), Universidade Federal Fluminense. O autor é bolsista da CAPES/REUNI desde 2012. Possui um mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança da Universidade Federal Fluminense. (2008-2010) e é formado em Direito e Ciência Política pela Université de Versailles Saint-Quentin (UVSQ) em 2006. É professor colaborador no INEST na Universidade Federal Fluminense (Graduação de Relações Internacionais) e ministrou também na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Graduação em Ciência Política).

Valterian Mendonça

Investigador do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST), da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/ Brasil.

Graduação em Ciências Navais-Escola Naval (EN)/Brasil, em 1984. Command and Staff College, Marines Corps University, Virgínia, EUA, em 1999. Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval (EGN), Rio de Janeiro/Brasil, em 2001. Especialização em História das Relações Internacionais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)/Brasil, em 2005. Curso de Comando e Estado-Maior Combinado, na Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro/Brasil, em 2006. Mestrado em Relações Internacionais, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/Brasil, em 2008. Especialização em História Militar Brasileira, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro/Brasil, em 2012. Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil, desde 2012.

“Aos civis, portanto, cabe estudar o mecanismo complexo do que é uma frota de combate e seus anexos, o que são as divisões e os exércitos; sem serem técnicos, conhecerem da técnica o bastante para formarem juízo e cooperarem na criação e mantença inflexível e progressista da defesa nossa. (...) E enquanto não se vulgarizarem conhecimentos militares nos homens públicos capazes de serem membros dos gabinetes, tal penúria de competências civis será uma fraqueza para nós. (...) a Pátria não pode viver, nem garantir seu surto pacífico e progressista, sem assegurar os meios de manter a paz.” João Pandiá Calógeras (1933: 237-238).

O Brasil na Guerra Européia

No Brasil, como nos demais países da América do Sul, o comércio marítimo internacional era o “aparelho respiratório”. A economia, a estabilidade da política interna e a condução da política externa dependiam da exportação de seus produtos primários. “A guerra foi um verdadeiro tormento econômico”, para o Brasil e para a América do Sul como um todo, “que não tinha o necessário preparo para enfrentar a paralisação repentina e simultânea do seu comércio marítimo, investimento, financiamento e crédito” (Normano, 1944: 20-24). Asfixiado economicamente pelo bloqueio naval inglês e pelas listas negras, influenciado internamente pela opinião pública e pressionado externamente pela diplomacia das grandes potências, o governo do Brasil vislumbrou a entrada na guerra em favor dos prováveis vencedores como a alternativa para superar sua crise financeira, aliviar o estrangulamento econômico, escapar às pressões diplomáticas e obter apoio aos seus pleitos nas conferências de paz (Vinhosa, 1990: 122 e 190).

A entrada do Brasil no conflito ao lado dos Estados Unidos e em favor da causa aliada intensificou o intercâmbio comercial. Também nesse período as relações diplomáticas se tornaram menos tensas com a França e a Inglaterra, países com os quais se buscava maior entendimento em torno da colaboração a ser prestada pelo Brasil no esforço de guerra. Tal contribuição se deu nos campos político, diplomático, econômico e militar. As decisões políticas permearam todos os outros campos de atividade por ser a norteadora das demais ações sociais. A diplomacia atuou como intermediária entre as decisões políticas e as ações econômicas e militares adotadas. As restrições que o governo brasileiro impôs ao comércio e aos interesses alemães, bem como as facilidades para a exportação de gêneros alimentícios e de primeiras necessidades para os aliados, contribuíram para o desenlace do conflito (Vinhosa, 1990: 158, 159 e 177).

Para os aliados, a melhor contribuição do Brasil na guerra consistia em evitar a importação de artigos essenciais, aumentar consideravelmente a exportação de gêneros de primeira necessidade e excluir os interesses alemães do mercado nacional. Nesse tocante, o Brasil reduziu o consumo de carvão, buscou substitutos para o trigo, desestimulou o consumo interno de gêneros de primeira necessidade elevando seus custos e priorizou a exportação destes itens (notadamente de arroz, feijão, açúcar, batata, milho, carnes e banha), mesmo que sob reduzida margem de lucro ou mediante alguma desvantagem (Vinhosa, 1990: 134-136). O Brasil sofreu desabastecimento e inflação em benefício de um surto na exportação de alimentos (Bandeira, 1967: 36, 42, 47-49).

As restrições aos interesses alemães no Brasil se deram mediante a suspensão de contratos do governo com firmas alemãs, o seqüestro de bens de pessoas jurídicas, a proibição de alienação de bens de súditos do Império Alemão, a liquidação de empresas alemãs com o recolhimento do produto ao Tesouro Nacional, redução e extinção das atividades bancárias alemãs no Brasil, proibição de entrada e expulsão de estrangeiros contrários aos interesses do Brasil e até internação de súditos alemães em campos de concentração (Franco, 1976: 686-688).

Em vista das restrições ao comércio marítimo devido ao bloqueio naval promovido pelos aliados e em face das perdas de navios por afundamento na guerra submarina,

tornou-se grande a procura por mercantes. O Brasil aliviou a pressão sobre o Tesouro Nacional num acordo comercial promovido junto à França por meio do qual foram afretados a este país os 30 melhores navios mercantes alemães aqui apresados. Em contrapartida o Brasil receberia o pagamento de 110 milhões de francos, venderia mais 100 milhões de francos em produtos nacionais, além da venda 2 milhões de sacas de café (Vinhosa, 1990: 133). A principal contribuição brasileira no conflito se deu no campo econômico, mas a abordagem mais detalhada deste aspecto foge ao escopo do presente trabalho, que primará pelo estudo da participação político-militar do Brasil na Primeira Guerra Mundial.

A Participação Militar do Brasil

A participação militar brasileira na guerra estava a princípio descartada, em vista da conhecida fragilidade nacional neste campo. Mas a necessidade de se fazer partícipe do esforço bélico aliado para justificar sua presença entre as grandes potências nas conferências de paz levou o Brasil a adotar diversas iniciativas subsidiárias de valor secundário, a saber: abertura dos portos nacionais à Esquadra Americana, patrulhamento conjunto pelas Marinhas do Brasil e dos Estados Unidos no Atlântico Sul, envio de uma divisão naval para colaborar no patrulhamento da costa ocidental africana, envio de um grupo de aviadores para treinamento e combate na Inglaterra e envio de uma missão médica em assistência à população francesa (Vinhosa, 1990: 179).

Os meios militares e diplomáticos do Brasil e da França cogitaram do envio de tropas brasileiras para combater na Europa, fruto de especulação da imprensa inglesa a partir de declarações do ministro Fontoura Xavier, que ainda propôs à Sua Majestade que tropas brasileiras fossem empregadas na Mesopotâmia em auxílio aos ingleses que ali sofriam sérios reveses. Os jornais ingleses e norte-americanos alardearam que o Brasil estava apto a contribuir com 500.000 combatentes para a luta na Europa (Calógeras, 1933: 66 e 161). Cálculo mais realista estimava que, tomando por base uma população de cerca de 25 milhões de pessoas, o Brasil poderia compor uma força expedicionária de 120.000 a 150.000 homens (Calógeras, 1933: 125).

A este respeito o major Malan D'Angrogne, Adido Militar do Brasil na França, escreveu: "(...) refiro-me incidentemente à indiferença com que foi recebida a entrada do Brasil na guerra. Ninguém se ilude com o concurso que podemos prestar: por enquanto, sob o ponto de vista militar, é nulo" (Malan, 1977: 172). O coronel Tasso Fragoso, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, dizia não saber a razão destes acontecimentos, mas, avaliando a índole do governo, podia asseverar: "(...) não irá à França um único soldado do Brasil". Explicava que os desentendimentos aqui eram muito evidentes. Vivia-se uma fase de transição pela troca de governo e tudo estava em compasso de espera. E quanto aos encargos do futuro Ministro, acrescia: "Quem for para a pasta da Guerra terá sobre os ombros tarefa difícil: há muita coisa nova a fazer, e muita coisa feita que é preciso destruir impiedosamente" (Araripe, 1960: 386-387).

As Forças Armadas brasileiras, em termos de poder de combate, eram uma nulidade: arsenais desaparelhados, pessoal improdutivo, quartéis depauperados, navios inoperan-

tes, falta de equipamentos, ausência de instrução (Calógeras, 1933: 55, 109, 112 e 116). As seguidas gestões de reduzidos orçamentos e de baixa eficiência administrativa converteram o Exército e a Marinha em símbolos de obsolescência e decrepitude. Assim se expressou o ministro João Pandiá Calógeras em seu relatório confidencial ao presidente eleito Rodrigues Alves:

“O governo atual (...) assumiu a tremenda responsabilidade, em plena guerra, de preparar nosso Exército para intervir na batalha. (...) Pois bem, tal compromisso faliu miseravelmente. (...) De preparo profissional só se cogita em discursos vazios (...) Em entrevista não contestada declarou o Ministro da Marinha que, “dada a ordem de mobilização, em uma hora a Esquadra, pronta e com todos os sobressalentes precisos, poderia puxar fogos e sair barra a fora no desempenho de sua missão”. Há disso já oito meses e ela ainda permanecia, a poucos dias, em portos brasileiros, impossibilitada de se mover.” Calógeras (1933: 35 e 59)

Com tão inexpressivo poder militar, a mais significativa contribuição que o Brasil poderia prestar ao esforço de guerra era de cunho econômico e político, fornecendo gêneros alimentícios e produtos minerais, cedendo aos aliados navios mercantes alemães apresados e atraindo os demais países sul-americanos para a causa aliada, o que não conferia ao Brasil o necessário destaque internacional para assegurar participação nas conferências a serem realizadas após a guerra. Supunha-se que uma colaboração mais incisiva na peleja. Com presença no teatro de operações abriria ao Brasil as portas do seleto grupo que traçaria os rumos das relações internacionais (Vinhosa, 1990: 190). Conforme criticara João Pandiá Calógeras, seria vexatório ao Brasil deixar as dores e os sofrimentos da luta para nossos aliados e quereremos para nós tão somente o usufruto das glórias e os lucros na paz (Calógeras, 1933: 17).

O Dr. Olinto de Magalhães, representante do governo brasileiro na Conferência Interaliada que se realizou em Paris entre 20 de novembro e 3 de dezembro de 1917, ofereceu uma divisão naval para colaborar com o esforço de guerra aliado nos mares europeus (Vinhosa, 1990: 158). A 21 de dezembro de 1917, o Itamaraty recebeu comunicado de Fontoura Xavier, embaixador do Brasil em Londres, informando que a Inglaterra aceitaria de bom grado a contribuição de uma frota brasileira composta de cruzadores e destróieres. Nilo Peçanha, Ministro das Relações Exteriores, comunicou, a 31 de dezembro de 1917, que o Brasil entusiasticamente preparava uma frota de dois cruzadores e quatro contratorpedeiros para atender às necessidades britânicas nos mares europeus (Ministério das Relações Exteriores, 1918: 198).

A ânsia do Brasil em se fazer presente junto aos aliados na guerra européia se evidencia no curto prazo de dez dias (aí inclusos os festejos natalinos e de final de ano) em que se definiu a contribuição bélica brasileira, a despeito das formalidades diplomáticas imprescindíveis, do tempo necessário a uma avaliação criteriosa das disponibilidades dos meios, da necessidade de preparação técnico-profissional das tripulações dos navios, bem como das delongas nas análises minuciosas indispensáveis a uma decisão política tão relevante.

A Atuação da DNOG

A divisão naval escalada para lutar nos mares europeus era composta com os melhores meios de que dispunha a Armada Nacional: os cruzadores *Rio Grande do Sul* e *Bahia*, os contratorpedeiros *Piauí*, *Rio Grande do Norte*, *Paraíba* e *Santa Catarina*, o navio-auxiliar *Belmonte* e o rebocador de alto-mar *Laurindo Pitta*. Era a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), cujo comando foi atribuído ao contra-almirante Pedro Max de Frontin (Gama, 1982: 124-125). A DNOG protagonizou uma participação sofrível, catastrófica e trágica na guerra: foi um sofrer toda a sua preparação; uma catástrofe suas ações militares; e uma tragédia pelo número de vítimas que teve, a despeito de não ter efetivamente combatido.

Havia problemas de toda a ordem para a prontificação da DNOG: falta de mão-de-obra qualificada, de ferramental e de sobressalentes, demora na prontificação dos reparos, serviços insatisfatórios. As grandes somas que foram por anos reduzidas do orçamento da Marinha tiveram que ser, naquela ocasião, gastas em maior volume, em prazo exíguo e de maneira desordenada. Diversos problemas de manutenção permaneceram sem solução definitiva, tornando a aflorar ao longo da comissão (Maia, 1961: 55-57).

O almirante Frontin determinou a partida dos navios à medida que ficassem prontos. Foram necessários cinco meses de intensos preparativos para que os primeiros navios da DNOG tivessem condições de deixar o porto do Rio de Janeiro. Zarparam inicialmente os contratorpedeiros *Piauí* e *Paraíba*, em 07 de maio de 1918, quando seguiram para Salvador. Dois meses após, respectivamente a 06 e a 08 de julho, os últimos navios da Divisão, o navio-auxiliar *Belmonte* e o rebocador de alto-mar *Laurindo Pitta*, deixavam o porto do Rio de Janeiro (Gama, 1982: 140-143).

Os serviços de manutenção tiveram prosseguimento em portos ao longo da costa brasileira (Salvador, Recife e Natal), enquanto se podia ainda recorrer a alguns reparos e reposição de peças a partir do Rio de Janeiro. Nesse ínterim foram programados e cumpridos diversos exercícios e atividades a bordo, bem como eventos sociais e esportivos com as sociedades locais para entretenimento das guarnições (Leite, 1975: 18). A reunião geral do DNOG em águas brasileiras se deu a 24 de julho, nas proximidades de Fernando de Noronha. Aí, até o dia 31 de julho, fizeram-se os últimos acertos para a travessia do Atlântico rumo a Freetown, em Serra Leoa, na costa ocidental Africana (Maia, 1961: 57-67).

Os percalços da DNOG persistiram. Os navios deslocavam-se com dificuldades, desgarravam-se da formação ficando para trás, perdiam-se dos demais, sofriam panes mecânicas (Leite, 1975: 10-11). Chegando a Freetown no dia 09 de agosto de 1918, a DNOG aí permaneceu até o dia 23, quando rumou para Dakar, no Senegal. A travessia foi desgastante em vista das medidas redobradas de segurança contra possível ataque submarino, bem como devido às condições adversas: noites escuras, ventos fortes, chuvas torrenciais, mar revolto, cerração (Gama, 1982: 151). A Marinha do Brasil foi combater em mares distantes, quando nossos navios não dispunham dos equipamentos nem do armamento adequado e tampouco estavam nossas tripulações adestradas para o tipo de luta que se propunham enfrentar. As primeiras instruções para combate anti-submarino

somente foram ministradas na Marinha Brasileira ao final do conflito europeu (Gama, 1982: 126).

Na noite de 25 de agosto, véspera da chegada a Dakar, a DNOG teria sofrido um ataque de submarino alemão. Um marinheiro, “(...) que nunca avistara um submarino (...) descrevia, com perfeição, a respectiva torreta de comando”. O cruzador Bahia, o rebocador Laurindo Pitta e o contratorpedeiro Rio Grande do Norte revidaram o alegado ataque. “Não houve certeza de sua destruição, por não se haver constatado vestígios denunciadores”, mas credita-se ao *Rio Grande do Norte* a façanha do afundamento do suposto submarino inimigo (Maia, 1975: 10).

Em Dakar, a 6 de setembro, surgiram os sintomas da “gripe espanhola”, que em pouco tempo vitimou 156 brasileiros dentre os 1515 membros da tripulação da DNOG (Gama, 1975: 7).

A marujada foi ainda acometida por beribéri e paludismo, doenças que à época vitimavam um em cada 40 marinheiros da Esquadra, em virtude das precárias condições de higiene a bordo (Bittencourt, 1986: 128). Tantos eram os doentes que, quando o Almirantado Britânico determinou à DNOG fazer-se ao mar rumo a São Vicente para patrulhar as águas adjacentes ao arquipélago de Cabo Verde, apenas o contratorpedeiro *Piauí* pode navegar. Este navio permaneceu em Cabo Verde até 19 de outubro, patrulhando a entrada do porto de São Vicente e prestando assistência às populações das localidades de São Vicente, Carvoeiras, São Tiago e Praia, acometidas pela “gripe” (Maia, 1961: 90-91).

Para prosseguir em sua missão, o almirante Frontin teve que recompletar suas guarnições recebendo pessoal do Brasil. A DNOG suspendeu de Dakar com destino a Gibraltar em 03 de novembro de 1918, estando já reduzida praticamente à metade em seu poder de combate, sem que houvesse ainda efetivamente combatido: o cruzador *Rio Grande do Sul* e o contratorpedeiro *Rio Grande do Norte*, necessitados de reparos imprescindíveis, ficaram em Dakar; o navio-oficina *Belmonte* foi destinado ao transporte de trigo para a França; e o rebocador *Laurindo Pitta*, tido como desnecessário doravante, retornou ao Brasil. Prosseguiram viagem apenas o cruzador *Bahia*, agora como navio-capitânea, e os contratorpedeiros *Piauí*, *Paraíba* e *Santa Catarina* (Maia, 1961: 98-99).

Consta como proeza de nossa DNOG o episódio conhecido como “o combate das toninhas”, facto ocorrido a 4 de novembro de 1918, no segundo dia da travessia de Dakar para Gibraltar, local designado para base de operações das Marinhas das potências aliadas. Navegando em mar calmo, com boa visibilidade e tempo bom, a DNOG desencadeou ataque contra um grupo de golfinhos, imaginando-se que fossem um submarino inimigo. Na semana seguinte, a DNOG se viu ainda envolvida no afundamento do navio de guerra inglês *Britânia*, designado para guiá-la de um ponto previamente combinado até o porto de Gibraltar através de rota estabelecida. Atrasando em 24 horas sua chegada ao local de encontro, a DNOG deixou o *Britânia* a sua espera por todo o dia 09 de novembro de 1918, quando foi torpedeado e posto a pique por submarinos alemães. A 10 de novembro nossos navios protagonizaram outra façanha: abriram fogo contra um navio caça-submarino norte-americano, pensando tratar-se de barco alemão (Maia, 1961: 99-100). No dia seguinte a DNOG finalmente fundeou em Gibraltar.

A 11 de novembro de 1918 foi assinado o Armistício pondo fim às hostilidades. Dois meses mais tarde a DNOG foi convidada a visitar as nações aliadas, tendo aportado em Portsmouth (Inglaterra), Cherburgo (França), Lisboa (Portugal) e Spezzia (Itália), entre 20 de janeiro e 04 de março de 1919. Nestes países o pessoal da Divisão foi recepcionado por autoridades locais, visitou pontos turísticos, sítios históricos, museus, bases e unidades militares. De volta ao Brasil, a DNOG passou por Fernando de Noronha, Recife e Cabo Frio, aportando no Rio de Janeiro a 09 de junho de 1919, quando, em presença de grande público, foi calorosamente recepcionada na Praça Mauá (Maia, 1961: 102, 105, 107, 122 e 143).

A Aviação Militar Brasileira

Assim como na guerra anti-submarino, também no tocante ao combate aéreo o Brasil não tinha nenhuma tradição ou doutrina. O Exército Brasileiro já havia empregado aviões em vôos de reconhecimento durante a Guerra do Contestado (1912-1916), mas a aviação no Brasil era ainda amadorística, tendo alguns militares feito cursos de pilotagem por iniciativa particular, às próprias custas (Donato, 2001: 150). Evidenciam o estágio embrionário da aviação militar brasileira a inconstância e o desencontro nas decisões tomadas neste tocante, que nos levaram a dispor de aparelhos, peças de reposição, ferramental, técnicas e doutrinas de diferentes procedências.

Com o desenrolar do conflito na Europa, o governo brasileiro despertou para a necessidade de aparelhar o país com aviação militar. Em 23 de agosto de 1916, a Marinha criou a Escola de Aviação Naval na Ilha das Enxadas, na Baía da Guanabara, quando foram comprados três aviões e contratados instrutores e mecânicos norte-americanos. No ano seguinte foram enviados três oficiais para cursar aviação nos Estados Unidos e outros cinco foram cursar na Inglaterra (Gama, 1961: 43-44). No mesmo ano o Exército Brasileiro enviou três oficiais à França para aperfeiçoamento em vôo e avaliação dos diversos tipos de aeroplanos. Em julho de 1918, a Marinha adquiriu aviões e equipamentos na Itália, ocasião em que alguns militares tiveram prática de aviação naquele país. Em setembro deste ano, o Exército contratou três oficiais instrutores de aviação e uma equipe de nove técnicos franceses, além da aquisição de trinta aparelhos e de material de apoio (Vinhosa, 1990: 178-179). A 10 de julho de 1919 a Escola de Aviação do Campo dos Afonsos, do Exército Brasileiro, entrou em funcionamento (Malan, 1977: 166).

O Brasil decidiu enviar um grupo de dez aviadores para treinamento e combate na Inglaterra. Para lá seguiram dois grupos de oficiais: o primeiro, formado por quatro oficiais da Marinha e um do Exército, partiu a 08 de janeiro de 1918; o segundo, com mais cinco oficiais da Marinha, deixou o Brasil a 27 de janeiro daquele ano. A participação da nossa aviação na guerra compreendeu quatro fases: inicialmente, teve-se instrução básica de vôo; seguiu-se treinamento em patrulha de curto alcance; depois, treinaram missões de bombardeio em patrulha; por fim, os aviadores foram integrados ao 10º Grupo de Operações em Guerra da Royal Air Force, em Plymouth. Nossa aviação na Inglaterra veio a sofrer dois acidentes, sendo um fatal: no primeiro, ainda nas instruções iniciais, o piloto brasileiro teve fratura em uma das pernas ao aterrissar a aeronave de dorso no vão

de uma vala, ocasião em que o impacto das asas nas bordas da vala amorteceu o choque do aparelho contra o solo; no segundo, a repetição de um erro cometido durante o treinamento levou o piloto brasileiro a colidir com a aeronave pilotada por um inglês, ocasião em que ambos pereceram (Gama, 1975: 3-5).

A Missão Médica Militar

O envio da missão médica à França talvez tenha sido o mais expressivo esforço diplomático-militar do governo brasileiro durante a Primeira Guerra Mundial. Mesmo sendo a saúde pública um dos mais graves problemas do Brasil, nosso governo ofereceu, em maio de 1918, o envio de uma missão médica de assistência ao povo da França (Vinhosa, 1990: 179). Em nota de 01 de junho de 1918, o Sr. Paul Claudel, da Legação Francesa no Brasil, participou ao Sr. Nilo Peçanha que o governo da França recebia com satisfação a oferta dos serviços profissionais de uma missão médica brasileira aos Exércitos aliados (Ministério das Relações Exteriores, 1918: 92).

A 5 de julho Nilo Peçanha, em nome do Presidente da República, comunicou a Paul Claudel a decisão do governo do Brasil de enviar uma missão médica para a França, como forma de expressar àquele país “nosso crescente devotamento ao seu martírio e à sua bravura” (Ministério das Relações Exteriores, 1918: 93). O Sr. Paul Claudel, em nota de 08 de julho, dizia reconhecer o sentimento de solidariedade e o empenho pessoal do Ministro Nilo Peçanha em não deixar de aproveitar todas as ocasiões para expressar suas simpatias ao povo francês enviando uma delegação de ordem caritativa, científica e militar, cujo chefe, Dr. Nabuco de Gouveia, era altamente apreciado por seus títulos científicos e pela ardente amizade dedicada à França (Ministério das Relações Exteriores, 1918: 95-96).

Nesse mesmo dia o Ministro da Guerra, general Cardoso de Aguiar, escreveu ao Adido Militar do Brasil na França, major Malan D’Angrogne, participando o projeto do governo brasileiro quanto à instalação, aparelhamento e operacionalização de um hospital do Brasil naquele país, com capacidade para 500 leitos, tudo “inteiramente à nossa custa”. Antecipou que a missão teria 50 médicos civis, entre os quais estudantes do último ano de medicina, comissionados com patentes militares. A estes se juntariam médicos militares, alguns dos quais já se encontravam em Paris compondo a Comissão de Estudos e Apurações de Guerra. A guarda do hospital e outros serviços gerais seriam confiados a 30 praças do Exército. Dizia o Ministro em sua missiva: “os melhores cirurgiões, mesmo professores da academia de medicina, se têm oferecido, de sorte que a dificuldade estará na escolha, pois disse-me o Dr. Nabuco que já tinha mais de 200 candidatos” (Malan, 1977: 185-186).

Criada pelo decreto nº 13.192, de 10 de julho de 1918, a missão se constituiu de cem médicos cirurgiões. O chefe da missão, Dr. Nabuco de Gouveia, deputado, médico-cirurgião, professor de ginecologia e diretor do Hospital da Gamboa, foi comissionado coronel. Os chefes de serviços, em número de dez, eram tenentes-coronéis ou majores; os chefes de enfermarias ou laboratórios eram capitães; os adjuntos e auxiliares, eram tenentes. Os médicos recém-formados foram comissionados como segundos-tenentes. Um sargento e trinta cabos e soldados fariam o serviço de guarda e segurança. Os demais

membros compunham as equipes de porteiros, serventes, contínuos, copeiros e cozinheiros (Kroeff, 1975: 4-6).

A missão médica partiu do Brasil a 18 de agosto chegando a Marselha em 24 de setembro daquele ano. Passando por Dakar a 05 de setembro, a tripulação do navio foi atingida pela gripe espanhola, tendo que desembarcar no porto de Oram, na Argélia, quatro mortos e dezesseis médicos doentes. Estes, depois de curados, rumaram para a França, onde foram incorporados às equipes de saúde que atuavam nas cidades de Nantes, Marselha e Tours (Ministério da Guerra, 1920: 17).

Nosso Adido Militar na França, major Malan D'Angrogne, criticou a missão médica militar e a situação do Dr. Nabuco de Gouveia nestes termos:

“A embaixada médica de ouro. (...) Dez tenentes-coronéis médicos! Fartura, orgia de galões e gratificações! (...) Um general aqui não tem representação, nem auto, nem ordenança; vive modesto, dinheiro escasso. Escasso, pelo encarecimento geral. Nabuco tem dez mil francos de representação por mês, fala em adquirir um auto e tem dois cabos à porta do quarto, no Grand Hotel” (Araripe, 1960: 380).

O envio de uma missão de tal porte num prazo tão exíguo, sendo o Brasil extremamente carente de serviços de saúde e quando já havia na França o bem aparelhado Hospital Franco-Brasileiro, não encontra justificativa, salvo a intenção de evidenciar o empenho do nosso governo brasileiro em demonstrar colaboração aos aliados e angariar simpatias com vistas a respaldar seu pleito por maior participação na Conferência de Paz, que em breve se realizaria (Vinhosa, 1990: 179).

Findo o conflito europeu em 11 de novembro de 1918, o Ministro da Guerra pediu ao governo federal a extinção da Missão Médica. Membros de nossa delegação à Conferência de Paz em Paris, com enfoque político e diplomático, eram de opinião contrária. Pandiá Calógeras, futuro Ministro da Guerra, telegrafou a Domicio da Gama, então Ministro das Relações Exteriores, salientando que a extinção da referida Missão traria irreparáveis prejuízos diplomáticos à causa brasileira na França. O próprio chefe da delegação brasileira na Conferência de Paz, Eptácio Pessoa, dirigiu-se ao Presidente em exercício e ao Ministro da Guerra solicitando a não extinção da Missão Médica, realçando a importância de mantê-la em funcionamento como fator essencial para favorecimento ao pleito brasileiro na Conferência de Paz, onde imperava má vontade e recriminação ao Brasil por falta de colaboração no esforço de guerra aliado (Vinhosa, 1990: 180-181).

A Missão Médica foi extinta em fevereiro de 1919. Os médicos civis retornaram ao Brasil, quatorze médicos militares permaneceram em Paris sob a chefia de tenente-coronel médico Rodrigo de Araújo Aragão Bulhões, subordinados ao general Napoleão Aché, chefe da Comissão de Estudos e Apurações de Guerra. Estes médicos retornaram ao Brasil em agosto de 1919, sendo todo o moderno material hospitalar gentilmente doado à Escola de Medicina da Universidade de Paris (Kroeff, 1975: 4).

O Brasil, conduzido à Guerra na Europa, se valeu de seu frágil vetor militar como instrumento político em complemento à nossa diplomacia. A despeito de todos os esforços despendidos, nossa contribuição para os aliados foi, em termos práticos, inexpressiva (Garcia, 2005: 28).

A Participação Diplomática

No período imediatamente anterior à Grande Guerra, o Barão do Rio Branco muito fez para dotar o Brasil de razoável expressão militar, se não compatível com a grandeza e potencialidades do país no cenário internacional, pelo menos seria ela equilibrada para a realidade do Cone Sul à época (Vianna Filho, 1995: 39). As iniciativas do Barão do Rio Branco sofreram solução de continuidade. Seu sucessor, Lauro Severiano Müller, a despeito das qualificações de um militar de alta patente, não tinha a estatura diplomática do Barão, nada empreendendo para o fortalecimento da expressão militar do poder nacional. Ocorreu acentuada redução na qualidade e na eficiência técnico-profissional da diplomacia brasileira, cenário que se manteve com a indicação do Sr. Nilo Peçanha para substituí-lo (Silva & Carneiro, 1975: 161).

Antes de priorizar uma diplomacia que antevisse e evitasse a guerra como meio de solução para crises políticas, o Brasil, premido pelas circunstâncias, escolheu um chanceler que nos conduzisse à beligerância. A diplomacia cedeu lugar à expressão militar, segundo ditames políticos, dirigidos por interesses prioritariamente econômicos. Antes de possuir uma diplomacia para a elaboração de prognósticos e tendências que nos permitissem um planejamento para a condução da política externa que conviesse aos interesses nacionais, nossa diplomacia trabalhava reativamente adequando-se às tendências para auferir o máximo de benefícios possíveis buscando minimizar os danos causados pela nossa dependência à política externa alienígena.

Durante a neutralidade, nossa diplomacia atuou ativamente para fazer face a toda sorte de pressão a que Inglaterra e França nos submetiam com o intuito de nos arrastar para a causa aliada. Com a passagem da situação de neutralidade para a de aliado na Guerra da Europa era de se esperar o aumento significativo da agenda da política externa brasileira, em decorrência do crescimento de nosso intercâmbio comercial e da consequente interação diplomática. A diplomacia se intensificava na proporção do aumento dos interesses mútuos entre o Brasil e seus aliados.

As nações buscam alcançar seus objetivos por meio de instrumentos que lhes assegurem o máximo de êxito com o mínimo de perdas econômicas, militares e políticas. Dentre estes instrumentos, a diplomacia se mostra de grande valia pela habilidade em conduzir as negociações para um ambiente de consenso onde reina relativo nível de satisfação e patamares aceitáveis de descontentamento. Entretanto, a flexibilidade com que se devem conduzir tais negociações precisa de um limite que não permita o vilipêndio de sua dignidade, de sua soberania e de sua integridade como nação. A política externa brasileira tradicionalmente evita se respaldar na possibilidade do uso da força priorizando o canal diplomático. A tendência a eximir-se de assumir posicionamento claramente definido buscava conquistar maior espaço e liberdade para se situar entre as potências em litúgio. Esta orientação tinha propósitos nitidamente econômicos, mas seus objetivos político-estratégicos se mostravam bastante limitados. Ao não adotar postura incisiva aparentemente conserva independência e liberdade de movimentação diplomática, não se deixando influenciar pelas tendências de uma ou de outra potência beligerante. Ao mesmo tempo, porém, este comportamento evidenciou insegurança e indecisão, tornando a diplomacia nacional tibia, sub-

serviente e desacreditada (Menezes, 1991: 15, 20, 35, 42-43). Este foi tipicamente o modelo de comportamento adotado pela diplomacia brasileira durante a Primeira Guerra Mundial, com a excepcionalidade da decisão oportunista ao recurso do uso da força, argumento raramente considerado em nossas negociações internacionais.

Os casos raros de emprego das Forças Armadas brasileiras em respaldo à diplomacia remontam às origens do Itamarati, enquanto herdeiro das tradições diplomáticas portuguesas, e ao relacionamento entre civis e militares, quando estes herdaram a imagem histórica de opressor por suas investidas políticas contra grupos de poder sob a alegação da necessidade de fortalecimento do governo central e de preservação da integridade territorial do país. Daí o distanciamento, a falta de interação, o desconhecimento e a desconfiança mútua entre o Corpo Diplomático e as Forças Armadas. Com isto, as ações de cunho diplomático adotadas decorreram não em virtude da busca por metas estabelecidas por uma política externa antecipadamente planejada (Menezes, 1991, 11-12, 22 e 33), respaldada por uma expressão militar adequada, mas face a situações fortuitas, tratadas de acordo com os vínculos de amizade entre os agentes do Estado premidos pela carga emotiva da influência cultural predominante naquele momento histórico.

O Sr. Graça Aranha, Embaixador da Legação Brasileira em Paris, escrevia a seu cunhado, coronel Augusto Tasso Fragoso, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, em 11 de outubro de 1915, elogiando nosso Embaixador da Legação de Londres, dizendo tratar-se o Sr. Fontoura Xavier de “esplêndido ministro”, “muito estimado e respeitado no Foreign Office”. Advertia que fosse no Brasil preparado o futuro porque, sendo nosso país desprovido de defesa militar, “nossa única força” residiria na orientação segura do nosso governo, na conquista de simpatias das potências aliadas e em nossa habilidade diplomática. Por isso sugeria que nosso Presidente deveria promover uma alteração no Ministério das Relações Exteriores, remanejando do cargo o general Lauro Müller para a entrada de Fontoura Xavier, que tinha “boa experiência de Europa, um grande conhecimento de nossos interesses comerciais e financeiros e a amizade valiosa da Inglaterra”. Acrescentava que o Brasil precisaria “de amigos fortes”, que cultuassem “por nós amizade e extremada bondade”. Para isso o Presidente necessitaria “ser ajudado de verdadeiros amigos dos aliados, que governam o mundo ocidental”, e o Fontoura Xavier no Itamarati teria a confiança pessoal do governo inglês e muito faria pelo Brasil (Araripe, 1960: 360-361).

Em outra carta, datada de 16 de junho de 1917, Graça Aranha dizia a Tasso Fragoso saber de sua “intervenção decisiva para nos livrar do Lauro” (Müller) e que “maior serviço não podia ter sido prestado à nossa causa” (aliada). Quanto à neutralidade do Brasil na Guerra Européia assim se pronunciava: “Devemos reconhecer o estado de guerra que nos dará uma definitiva situação internacional. Sem o estado de guerra declarado, teremos as desvantagens da guerra sem as vantagens de beligerante”. Estimulando seu cunhado, acrescentava: “Contamos contigo para este resultado imposto pela lógica e pelo patriotismo. [...] O teu ardor e o teu imenso talento são necessários ao Brasil neste difícil instante”. Dizia-se em harmonia de sentimentos e ideais de patriotismo com Tasso Fragoso, para os quais só existia “o nosso país na sua terrível luta de independência e de vida” (Araripe, 1960: 361).

Mesmo distante, Graça Aranha, através de seus relacionamentos e particularmente por intermédio de seu cunhado Tasso Fragoso, influía nas decisões do país, fossem no tocante à política externa ou relacionadas à política interna. Contribuiu para a exoneração do Ministro das Relações Exteriores, solicitou ao cunhado que tratasse com urgência da vinda de uma Missão Militar Francesa “para instruir nossos soldados, que não conhecem a guerra moderna”, e apoiou o Presidente Wenceslau Brás e o Ministro Nilo Peçanha contra seus opositores, queixando-se depois de ter sofrido intrigas que o indispueram com ambos (Araípe, 1960: 362-363).

Há registros de disputas por preferências entre aliadófilos e germanófilos no Corpo Diplomático. Fontoura Xavier foi acusado de ser a fonte geradora de fantásticas notícias elogiosas aos seus próprios feitos à frente da Legação Brasileira, divulgadas com frequência em jornais do Rio de Janeiro, quando proliferavam queixas de brasileiros residentes em Londres acerca da inépcia, do oportunismo e de outras irregularidades que naquela legação ocorriam. Os negócios e interesses do país eram relegados a grau inferior de prioridade, navios mercantes nacionais eram retidos em portos europeus pela Marinha inglesa, brasileiros comuns eram levados a campos de concentração, brasileiros ilustres em Londres eram delatados, vigiados e extraditados sem a necessária defesa por parte do Sr. Fontoura Xavier. O Conselheiro de Legação, Dr. Abelardo Roças, solicitou instauração de inquérito para apurar os fortes indícios de irregularidades nas práticas de seu superior, mas as amizades de Fontoura Xavier com elementos-chave na Capital Federal fizeram abortar o procedimento. Para Oliveira Lima, diplomata brasileiro aposentado residente em Londres, Fontoura Xavier era conhecido no meio diplomático por suas práticas escusas para a exoneração de Salvador de Mendonça de seu posto em Washington, comissão por Fontoura cobiçada (Gouvê, 1976: 1266-1269).

Conhecedor dos jogos secretos das chancelarias, sabedor das disputas imperialistas e das ambições de poder, Oliveira Lima dizia não poder se deixar levar pelo sentimentalismo ao julgar questões que envolviam tão elevados interesses nacionais e internacionais. No tocante à causa aliadófila, julgava absurdo se deixar convencer por explicações sentimentais, idealistas, desprovidos de sustentação, “argumentos há muito lançados ao guarda-roupa da história” (Gouvê. 1976: 1272). No Brasil, porém, onde a imprensa, em sua grande maioria, estava limitada a divulgar notícias segundo interesses e conveniências dos países da Tríplice Entente, suas idéias foram interpretadas como explícita defesa da causa germânica.

Fontoura Xavier foi ainda o responsável pelo envio para o Foreign Office, em Londres, de recortes de jornais contendo matérias que Oliveira Lima escrevia para o jornal *O Estado de São Paulo*. Ele alertava aquele órgão quanto a supostas ações pró-Alemanha desencadeadas por Oliveira Lima em território inglês. Toda a trama foi urdida por Medeiros e Albuquerque, outro diplomata, seu colega de letras e amigo de infância, feito de que orgulhosamente se jactaria em público. Tais denúncias motivaram a expulsão de Oliveira Lima da Inglaterra, o que o levou a mudar-se para Washington, onde residiu até o final de seus dias, lecionando História da América Latina em várias universidades (Gouvê, 1976: 1195). Neste jogo de poder, carregado de interesses, emoções e intrigas, atuava a diplo-

macia brasileira, desprovida de uma clara diretriz política norteadora e de uma ação externa coordenadora.

Militares e Diplomatas

Carl von Clausewitz foi quem primeiro contribuiu para a justificativa teórica de que o diplomata e o soldado devem se submeter ao político. Ao estatuir que a guerra é a continuação da política por outros meios, firmou que o uso da violência pelo Estado somente se justifica quando em favor de fins públicos estabelecidos pela política. A guerra passou a ser considerada uma ciência de dupla natureza: autônoma e condicionada. Autônoma por ter métodos e objetivos próprios; e condicionada porque seus propósitos lhe são externos, estabelecidos pela política (Huntington, 1996: 74-76). Segundo tal perspectiva, o estadista, o diplomata e o militar devem conhecer reciprocamente seus deveres, limitações e capacidades para que possam atuar em harmonia, estes sob a direção e coordenação daquele, com vistas à consecução e preservação dos interesses do Estado.

No período da história do Brasil ora abordado, as iniciativas no campo político, na diplomacia, nas Forças Armadas e na imprensa se caracterizaram por iniciativas isoladas, descoordenadas, e pela atuação de militares ora num campo, ora noutro, interligados estes agentes por laços de amizade, pela conjunção de interesses ou pela afinidade emocional, sob influência cultural francesa na formação da elite nacional.

Diversos militares acumulavam experiência por terem exercido cargos públicos ou por terem vivenciado os bastidores da política enquanto assessores de líderes políticos ou de autoridades militares. Outros ainda saborearam da diplomacia ao trabalharem como adidos militares em embaixadas ou legações brasileiras no exterior. São exemplos desse notório inter-relacionamento: Lauro Müller, militar que alcançou o generalato, foi Senador da República e exerceu o cargo de Ministro das Relações Exteriores; o almirante Alexandrino de Alencar, por três vezes Ministro da Marinha, foi Senador pelo Estado do Amazonas (Cascardo, 2005:126 e 189); o coronel Tasso Fragoso foi Adido Militar na Argentina, teve relações de amizade com o Barão do Rio Branco, foi membro do Estado-Maior do Marechal Mallet, então Ministro da Guerra, serviu sob as ordens do Presidente Hermes da Fonseca, foi chefe da Casa Militar da Presidência da República na gestão do Dr. Wenceslau Braz. Durante a guerra, manteve correspondência por carta com seu cunhado Graça Aranha, escritor e Ministro da Legação Brasileira em Paris, de quem recebia orientações e influências. Graça Aranha era também amigo íntimo de Fontoura Xavier, Ministro da Legação Brasileira em Londres, de estreitas ligações com o Foreign Office. Este arquitetou com Medeiros de Albuquerque, diplomata, a extradição da Inglaterra do diplomata aposentado Manoel de Oliveira Lima que, em decorrência de suas opiniões e convicções pessoais, angariou a inimizade de Rui Barbosa, influente homem das letras e da política, ferrenho defensor da causa aliada no Brasil, além de amigo e conselheiro de Nilo Peçanha, Ministro das Relações Exteriores, sob quem a diplomacia brasileira mudaria de conduta abdicando da neutralidade na guerra em favor da causa da Tríplice Entente (Ventosa, 1990: 34-36 e 86). O major Malan D'Angrogne, que também veio a alcançar o generalato, foi Adido Militar junto à Embaixada do Brasil na França

durante a gestão de Graça Aranha e, neste período, trocou correspondências com o Ministro da Guerra e com o coronel Tasso Fragoso, de quem era amigo e seguidor do seu modelo de chefia (Malan, 1977).

O coronel Tasso Fragoso foi elemento central e peça-chave nesse intrincado jogo de poder. Vários de seus colegas e pupilos exerceram funções de destaque no Exército. Foi contemporâneo e gozava da estima e afeição dos dinâmicos e inovadores oficiais conhecidos como “Jovens Turcos”. Fruto de sua projeção político-social e de seu arcabouço cultural, sua influência se estendeu por décadas, indo do meio militar à esfera política, passando pelo Corpo Diplomático, gozando do prestígio e apoio da imprensa.

Convém lembrar, contudo, que as relações civis-militares são estabelecidas pela confrontação entre os valores da ética profissional militar com os valores apregoados pela ideologia vigente no país ou praticados pelo grupo de poder no qual o militar deseja se inserir. Como a ética militar é universal, concreta e permanente, enquanto os valores dos grupos civis em disputa pelo poder são relativos, adequados à necessidade política do momento, ao militar desejoso de adquirir substancial poder político resta geralmente sacrificar seus valores profissionais aderindo às atitudes do grupo civil dominante, não raro olvidando seus companheiros de caserna (Menezes, 1997: 66-69). Isto pode explicar em parte o estado de decadência em que se encontravam as Forças Armadas brasileiras à época da Primeira Guerra Mundial, quando militares haviam ocupado 50 cargos de Ministros, 212 cargos de Deputados e 63 cargos de Senadores (Hayes, 1991: 56).

A despeito dos grandes esforços políticos, diplomáticos, econômicos e militares do Governo do Brasil para se fazer presente no conflito europeu, salta aos olhos a falta de entrosamento nas ações desencadeadas por autoridades destes setores. Analisemos alguns casos que evidenciam a transitabilidade de um indivíduo em diferentes campos de atuação atestando a pouca coordenação entre eles. O marechal Hermes da Fonseca fez viagem de três meses à França onde, dentre outras atividades, visitou o front. Partiu o Marechal Hermes do Brasil em princípios de agosto e retornou a 06 de novembro de 1916. Nosso Adido Militar na França só foi informado de tal facto pelo Ministério da Guerra no dia anterior ao da chegada do marechal Hermes a Paris. Apenas em 13 de outubro tomou conhecimento da programação da visita do marechal ao front, que se daria nos dias 29 e 30 daquele mês. No regresso do front, o marechal e sua comitiva visitaram Calais, Dunquerque e Houthem, onde foram recepcionados pelo Rei Alberto, da Bélgica, em seu Quartel-General (Malan, 1977: 154). Ainda que não se tenha obtido maiores detalhes acerca destas visitas do marechal, fica evidente que sua viagem não tinha caráter meramente técnico-militar, sendo também de cunho político e diplomático, de uma feita tratar-se o visitante de um Oficial-General no mais alto posto da carreira, ex-Presidente da República (1910-1914), tendo recepção agendada com o Rei da Bélgica.

No ano de 1917, o Exército Brasileiro enviou três oficiais à França para aperfeiçoamento em vôo e estudo da organização da aviação militar francesa com vistas à estruturação de um serviço similar no Brasil, com a escolha do material e a elaboração de um projeto para as construções necessárias no Campo dos Afonsos. A subsecretaria de Estado da Aeronáutica da França, a 28 de junho, solicitou ao Adido Militar Brasileiro

maiores detalhes sobre esta comissão. Nosso Adido desconhecia ainda o facto. Um ano e meio mais tarde, em setembro de 1918, foram contratados um capitão e dois tenentes instrutores de aviação e uma equipe de nove técnicos franceses, além da aquisição de trinta aparelhos. A Escola dos Afonsos iniciou seu funcionamento a 10 de julho de 1919 (Malan, 1977: 163-164 e 166).

O envio de um grupo de aviadores brasileiros para combater na Europa foi resultado de um mal entendido diplomático, seguido de um constrangimento político, depois da repercussão do facto pela imprensa. Tudo começou quando o Ministro Fontoura Xavier obteve uma audiência com o Rei Jorge V da Grã-Bretanha, em 27 de novembro de 1917, para lhe entregar uma mensagem do Presidente Wenceslau Brás. Fontoura Xavier retornou da audiência afirmando que Sua Majestade fizera o convite para que o Brasil enviasse pilotos para treinamento nos céus da Europa. A notícia teve grande repercussão na imprensa e o governo se antecipou em tomar as medidas administrativas preparando nossos representantes para a viagem (Vinhosa, 1990: 176). O governo inglês tentou desfazer o mal entendido, pois um intercâmbio deste porte exige diversas medidas de coordenação e formalidades em vários níveis, nas esferas política, diplomática e militar. O envio do grupo de brasileiros nestas circunstâncias causaria sérios transtornos à programação já definida para o acolhimento e treino de outros militares ingleses e estrangeiros.

O Ministro das Relações Exteriores, Nilo Peçanha, solicitou a Fontoura Xavier que fizesse chegar ao conhecimento do governo inglês o mal-estar que causaria no Brasil, às classes armadas, ao público em geral e ao governo em particular, a recusa de nossa colaboração. Depois de quase dois meses de debates, avaliado o custo-benefício geral aos interesses ingleses no Brasil, o Ministro Britânico no Brasil, Arthur Peel, comunicou a Nilo Peçanha, a 12 de janeiro de 1918, a decisão de receber dez aviadores brasileiros (Vinhosa, 1990: 177).

Em uma correspondência destinada ao coronel Tasso Fragoso, datada de 17 de dezembro de 1917, quando já se passavam três anos e meio da eclosão do conflito, o major Malan D'Angrogne se queixou de que a representação diplomática do Brasil na França o expunha a constrangimentos por não mantê-lo informado dos assuntos militares que chegavam até ela. A imprensa francesa vinha divulgando matérias sobre o envio de oficiais do Exército e da Marinha do Brasil para missões em países europeus (Itália e Inglaterra, respectivamente) e ele não tomara conhecimento, por parte da Legação, quanto à veracidade ou mera ilação destes factos. Relatou que somente se preparara para receber em Paris o Almirante Matos, emissário da Marinha do Brasil, porque a Embaixada Inglesa lhe comunicara dados sobre esta viagem. Posteriormente reclamou da chegada a Paris de uma Missão Militar Brasileira, sem que tanto ele quanto o Ministro da Legação tivessem sido previamente notificados, apesar de seus insistentes telegramas ao governo brasileiro pedindo informações a este respeito (Araripe, 1960: 376).

O general Napoleão Felipe Aché seguiu para a Suíça, onde se submeteu a uma cirurgia. Após sua recuperação, passou uma temporada com a família em Paris no mês de outubro. Depois seguiu para Lisboa, onde passou o inverno, assumindo em maio de 1918 a chefia da Comissão de Estudos e Apurações de Guerra. Composta de 28 membros, a

comissão se destinava à análise das operações de guerra e à avaliação de material a ser adquirido para o Exército Brasileiro. Alguns militares desta comissão estagiaram em unidades francesas em campanha na Europa, sendo oito deles promovidos por atos de bravura (Donato, 2001: 150).

Quanto a estas comitivas, nosso Adido na França se mostrava reticente em vista do pequeno benefício que traziam à instituição. Disse ele: “As missões de lá (Brasil) para cá (Europa) poderão proporcionar algum aproveitamento individual; a coletividade ainda está por auferir vantagens e o balanço se resume em prejuízo de tempo e dinheiro, como escrevi faz um ano ao Marechal (Caetano de) Faria” (Malan, 1988: 180). Também a este respeito opinou o coronel Tasso Fragoso: “Mandam ver as coisas, quando o de que caremos é de órgãos de execução” (Araripe, 1960: 385).

Tasso Fragoso se dizia grato aos dados e relatos enviados em cartas por Malan e, como para contornar as deficiências de comunicações entre os diversos setores do governo, aproveitava-se de sua proximidade ao Presidente da República para mantê-lo informado, apresentando pessoalmente a Wenceslau Brás trechos das cartas do amigo (Araripe, 1960: 385). Tasso Fragoso deixa transparecer que mesmo o Presidente da República, pouco afeito ao tipo de atividade que exigisse sua interferência pessoal para coordenação, controle e decisão, não tinha plena ciência do que se passava nos Ministérios Militares e na pasta das Relações Exteriores. Restava para tal encargo a autoridade do Ministro das Relações Exteriores, Dr. Nilo Peçanha, que tampouco demonstrava maior interesse para ingerir sobre atividades que envolvessem as pastas militares. Sua função precípua consistia em promover iniciativas que beneficiassem, direta ou indiretamente, a política de valorização e comercialização do café, além de adotar política externa de apoio irrestrito aos Estados Unidos da América, maior comprador do referido produto (Vinhosa, 1990: 112).

Percebe-se no Brasil, ademais da ausência da devida atenção presidencial para com suas Forças Armadas, a falta de diretriz ministerial a ser perseguida nas pastas militares. Observa-se, além da falta de uma coordenação externa sobre os ministérios militares, a precariedade da comunicação entre os mesmos. Na Marinha, o Ministro desfazia ou obstaculizava as iniciativas de seu antecessor sendo igualmente contrariado por quem o sucedia (Vidigal, 1985: 55-62). No Exército, se um Ministro fora empreendedor, o seu sucessor era acomodado e vice-versa. Na transição da presidência de Afonso Penna (1906-1909) para Nilo Peçanha (1909-1910), depois da feliz gestão de Rodrigues Alves (1902-1906), o Ministério da Guerra teve quatro titulares (Silva & Carneiro, 1975: 155). Ainda dentro de uma mesma gestão, por vezes, é possível notar discursos, decisões e atitudes antagônicas. Adicione-se a este emaranhado as antigas rivalidades corporativas cultivadas entre o Exército Brasileiro e a Armada Nacional (Moraes, 2005: 105). A vaidade e os interesses pessoais estavam acima dos interesses institucionais (Calógeras, 1933: 77, 93-95).

A comunicação entre militares e corpo diplomático não se estabeleceu de maneira eficiente e oportuna. Entre o Ministro da Guerra, o das Relações Exteriores, o encarregado da Legação Diplomática e seu Adido Militar havia perda ou atraso de comunicação gerando transtornos. Às vezes um setor era informado da iniciativa do outro por meio de

uma agência diplomática estrangeira, de um órgão militar estrangeiro ou através da imprensa (Araripe, 1960: 376). Da mesma forma que nas Forças Armadas, a diplomacia brasileira sofreu com a ausência de uma orientação política que estabelecesse continuidade à sua atuação e que primasse pelo diálogo com os militares.

Faltava ao político o estabelecimento das idéias orientadoras e a coordenação do trabalho do diplomata e do soldado. O diplomata, absorto na interpretação da instável situação política nacional e na busca de compreender a realidade interna do país, imaginava artifícios para a inserção segura do Brasil no cenário internacional. Ao militar, desprovido de diretrizes políticas, faltava substância para depreender sua doutrina de emprego, imiscuindo-se em áreas alheias à sua competência ou limitando-se a copiar modelos alienígenas não aplicáveis à realidade brasileira. Como resultado, o Corpo Diplomático, o Exército e a Marinha nacionais fecharam-se sobre de si criando cada um seu próprio *modus operandi*. Diplomatas e militares, sem a orientação e a coordenação do elemento político, não conseguiam estabelecer um canal eficiente de comunicação (Menezes, 1997: 12-13).

Não havia coincidência ou harmonia entre os reais interesses nacionais, os objetivos de governo e as pretensões militares. Enquanto se percebe a carência do mínimo de que o povo necessitava, o governo dirigia a política interna e priorizava sua política externa com vistas à valorização e comercialização do café. O interesse de um grupo particular, principalmente o dos cafeicultores, se transmutava em interesse nacional, e o que deveria ser interesse público se confundia com o privado (Moraes, 2005: 114-115, 134, 136 e 191). Faltavam lideranças capazes de fazer convergir, harmonizar e coordenar os esforços das diversas expressões do Poder Nacional para um objetivo comum maior.

Referências Bibliográficas

- Araripe, Tristão de Alencar (1960). *Tasso Fragoso: um Pouco de História do nosso Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Bittencourt, Corrêa de (1986). “Higiene Militar. Higiene Naval. Higiene das Prisões” em Cândido de Oliveira *et al.* (eds.), *Década Republicana*. Brasília: Universidade de Brasília (vol. II).
- Calógeras, João Pandiá (1933). *Problemas de Administração*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Cascardo, Francisco Carlos P. (2005). *O Tenentismo na Marinha: os Primeiros Anos – (1922 a 1924)*. São Paulo: Paz e Terra.
- Donato, Hernani (2001). *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Franco, Afonso Arinos de Melo (1976). *Um Estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu Tempo)*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar (2ª edição).
- Gama, Arthur Oscar Saldanha da (1975). “Quanto custou a DNOG?” In: *Simpósio sobre a Participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha.
- Gama, Arthur Oscar Saldanha da (1975). *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi.

- Gouvêa, Fernando da Cruz (1976). *Oliveira Lima: uma Biografia*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (vol III).
- Hayes, Robert A. (1991). *Nação Armada: A Mística Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Huntington, Samuel P. (1996). *O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Cívicos e Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Kroeff, Mário (1975). “Missão Médica Militar Especial em França, em 1918. Seu Papel no Esforço de Guerra” em *A Participação da Marinha Brasileira na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha.
- Leite, Jorge da Silva (1975). “O Contratorpedeiro Piauí na DNOG” em *Simpósio sobre a Participação da Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha.
- Maia, Prado (1961). *DNOG: uma Página Esquecida da História da Marinha Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha.
- Malan, Alfredo Souto (1977). *Uma Escolha, um Destino (Vida do General Malan D’Angrogne)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Menezes, Delano Teixeira (1997). *O Militar e o Diplomata*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Ministério da Guerra (1920). *Relatório do Ministro de Estado da Guerra ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Capital Federal: Imprensa Militar.
- Ministério da Marinha (1920). *Relatório do Ministro de Negócios da Marinha ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília Capital Federal: Imprensa Naval.
- Ministério das Relações Exteriores (1918). *Documentos Diplomáticos. Guerra da Europa: Atitude do Brasil (1918)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Moraes, João Quartim (2005). *A Esquerda Militar no Brasil: da Conspiração Republicana à Guerrilha dos Tenentes*. São Paulo: Expressão Popular.
- Normano, João Frederico (1944). *A Luta pela América do Sul*. São Paulo: Editora Atlas.
- Silva, Hélio & Carneiro, Maria Cecília R. (1975). *História da República Brasileira: O Poder Civil (1895-1910)*. São Paulo: Três (vol. II).
- Vianna Filho, Arlindo (1995). *Estratégia Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Vidigal, Armando Amorim Ferreira (1985). *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Vinhosa, Francisco Luiz Teixeira (1990). *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O Debate Militar Brasileiro sobre a Doutrina Militar no Contexto da Primeira Guerra Mundial e as suas Repercussões

Sérgio Ricardo Reis Matos

Major do Exército Brasileiro. Mestre em Relações Internacionais e Integração. Mestre em Operações Militares. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Julio Cezar Fidalgo Zary

Major do Exército Brasileiro. Mestre em Operações Militares. Mestre em Motricidade Humana. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

César Campiani Maximiano

Doutor em História Social. Investigador do Centro Overload.

Introdução

A Primeira Grande Guerra foi uma conflagração iniciada entre a Tripla *Entente* (França, Inglaterra e Rússia) e as potências centrais (Alemanha, Império Austro-Húngaro), alcançando proporções mundiais entre os anos de 1914 e 1918. Assim, envolveu nações de outros continentes, como o Brasil, Cuba, Estados Unidos da América e Japão.

O governo brasileiro declarou neutralidade no início da Primeira Guerra Mundial, mantendo tal condição por cerca de três anos (Vinhosa, 1990), a despeito da forte propaganda realizada por ambos os lados.

A neutralidade brasileira encerrou quando o País rompeu relações com a Alemanha, em 1917, após navios mercantes terem sido afundados por submarinos, afetando ainda mais a combalida economia brasileira, fortemente dependente da exportação do café (Albert, 1988).

A entrada dos Estados Unidos na guerra foi fator potencializador para a entrada do Brasil, mas, apesar da Doutrina Monroe, não fora determinante. Outros fatores foram influentes, especialmente o comércio exterior decadente e a inexistência de uma estratégia nacional.

Para a oficialidade do Exército Brasileiro (EB), também havia divergências sobre de que lado o Brasil deveria entrar na guerra, ou qual era a melhor doutrina militar terrestre. Segundo McCann (2009: 214), “os oficiais brasileiros observaram os dois exércitos-modelos, o alemão e o francês, testarem homens, equipamentos, organização, estratégias e táticas um contra o outro”.

De forma a averiguar as influências dos modelos das Grandes Potências na modernização do EB, assim como o debate militar brasileiro sobre a participação na I Guerra e suas repercussões, este estudo foi realizado por meio da análise de conteúdo nos acervos dos periódicos “A Defesa Nacional” e “Revista do Exército Brasileiro” da década de 1910. Para tanto, os originais de *A Defesa Nacional* foram localizados no Arquivo Histórico do Exército, enquanto os da *Revista do Exército Brasileiro* foram encontrados no acervo da Biblioteca Franklin Dória.

A análise de conteúdo foi qualitativa, baseada em Bardin (1977), a partir dos seguintes passos: descrição dos textos, interpretação dos factos e inferência.

A descrição dos textos teve como passo inicial a leitura das revistas. Os principais elementos-descriptores (temas) que basearam essa leitura foram: Alemanha, Coronel Malan, França, General Faria, influência, jovens turcos, Marechal Hermes, missão Ache, missão francesa, missão médica, missão militar, regulamento alemão, regulamento francês, tradução.

Para interpretação e inferência dos dados desses textos, foram empregues técnicas de triangulação, conforme Adorno *et al.* (Souza e Zioni, 2003), pois se buscou abstrair, de forma reflexiva, o conhecimento entre as perspectivas das publicações estudadas, o que resultou na síntese do trabalho.

O Contexto do Debate: Achegas Historiográficas

O sistema de equilíbrio de poder dominou a Europa nos séculos XVIII e XIX. Esse sistema não propunha evitar crises, tampouco guerras (Kissinger, 2000). Com a ascensão da Alemanha, a nova potência industrial no fim do século XIX, o sistema europeu de equilíbrio de poder vivenciou esses princípios de forma implacável.

Nesse contexto, Chéradame (1917) identifica como Plano Pangermânico o estabelecimento de uma vasta confederação na Europa Central, tornando-se um imenso *Zollverein*, com a submissão política e militar de diversos países.

Chéradame e Pires (2011) também apontavam que o Brasil era cobiçado pela Alemanha. Uma parte considerável dos alemães na América do Sul estaria concentrada no sul brasileiro, onde o Império Alemão cobiçava o pessoal das escolas alemãs, tornando-se o “perigo alemão”.

A despeito dos germanófilos creditarem o rompimento da guerra de 1914 ao Czar Nicolau (Santos, 1931), os aliadófilos disseminavam a ideia que a causa principal fora o empenho do Kaiser Guilherme II em levar a cabo o Plano Pangermânico, visto como solução para seus problemas econômicos consequentes da hipertrofia industrial (Chéradame, 1917).

Concomitantemente, o Brasil inaugurava novos paradigmas em sua diplomacia. Joaquim Nabuco postulava a elaboração de um sistema distinto do equilíbrio de poder europeu, favorecendo uma espécie de equilíbrio bipolar entre a Doutrina Monroe e a colonização europeia, servindo de proteção às nações desarmadas, como o Brasil (Ricupero, 2006: 119).

Para Rio Branco, “a ausência de recursos de poder, em escala adequada, indica o acerto da busca da resolução pacífica dos conflitos” (Alsina Jr, 2009: 182). Logo, vendo

que o poder militar seria a outra face da projeção externa realizada pela via diplomática, o chanceler Rio Branco buscou reequipar a frota naval e modernizar o EB.

A aproximação da Alemanha com as Forças Armadas brasileiras tornou-se evidente em 1904, durante a visita do couraçado Floriano à cidade alemã de Kiel (Santos, 1931). No mesmo sentido, a influência alemã no EB era crescente, haja vista que jovens oficiais eram enviados do Brasil para servirem no exército alemão. Um total de 32 militares estagiaram naquele Exército, entre os anos de 1906 e 1910. (Carvalho, 1977; McCann, 2009).

Carvalho (1977) aborda ainda que um dos resultados do envio desses oficiais à Alemanha, conhecidos posteriormente como jovens turcos¹, foi a fundação, por aqueles, da revista “*A Defesa Nacional*”.

A referida aproximação se tornou ainda mais evidente em 1909, quando o Marechal Hermes da Fonseca visitou o Império Alemão (Santos, 1931), prometendo ao Imperador a assinatura de contratos para uma missão alemã no Brasil e a compra de material bélico (McCann, 2009).

Na iminência da eclosão da guerra, ocorreu a visita de uma divisão naval alemã, o que causou estranheza até mesmo na Europa, pois era apenas uma “cortesia” ao Brasil (Santos, 1931), sendo uma clara manifestação do interesse alemão em se aproximar do Brasil.

Ao mesmo tempo, o Senador Salgado dos Santos expunha diversas ideias, tentando direcionar o governo e o pensamento militar brasileiro para que se decidisse pela contratação da Alemanha para a missão estrangeira no Brasil (Santos, 1931). Não obstante, conforme McCann (2009), o Chefe do Estado Maior se opusera a qualquer missão estrangeira no Brasil.

Além da influência no estamento militar, Abranches (1917) não deixou dúvidas a respeito do seu pensamento sobre o conflito, concluindo que aquela guerra era comercial, e que visava, acima de tudo, à destruição da assombrosa prosperidade nacional da Alemanha. Naquele momento, o Brasil procurava uma saída para crise econômica através de empréstimos (Albert, 1988), e a Alemanha queria ser uma alternativa econômica ao Brasil, ao passo que tentava estabelecer um aliado militar no Atlântico-Sul.

A aproximação alemã para com o Brasil deu uma guinada em janeiro de 1917, quando a Alemanha preveniu os navios brasileiros de entrarem nas zonas interditas (Ministério das Relações Exteriores, 1917). Tal facto não agradou ao Governo brasileiro, o qual pen-deu o pensamento político decisivamente em favor dos aliados, especialmente pela dificuldade de se escoar a produção cafeeira para a Europa.

Logo, o governo francês acirrou ainda mais a aproximação militar com o Brasil. Esta foi alavancada em 1905, com a contratação da Missão Militar para a Força Pública paulista. O intuito era que os resultados positivos em São Paulo fossem o ponto de irradiação para França influenciar todo o Exército Brasileiro (Domingos, 2001; McCann, 2009).

Como os alemães, os franceses buscaram o apoio do Marechal Hermes. Em 1910, Hermes foi à França, visitando unidades, escolas e fábricas. Em contrapartida, o Mare-

1 Esse apelido foi inspirado nos oficiais turcos que tomaram o poder e remodelaram o Império Otomano (McCann, 2009).

chal declarou que sua formação era francesa, onde havia buscado inspiração para reorganizar o EB. Para não prejudicar suas relações com a França e com a Alemanha, Hermes optou: “o Brasil não receberia nenhuma missão estrangeira, seus oficiais eram bons o bastante para treinar suas forças” (McCann, 2009: 147).

Assim que a Grã-Bretanha declarou guerra à Alemanha, tratou de cortar os cabos submarinos de comunicação alemães com o resto do mundo, particularmente os que ligavam a Alemanha à América (Abranches, 1917). Tal facto facilitou o trabalho da propaganda pró-aliada no Brasil, provocando decisiva mudança da opinião pública em favor dos aliados.

A imprensa britânica especulava sobre o envio de tropas do Brasil para a Europa, chegando a cogitar que até 500.000 poderiam ser empregadas na Mesopotâmia (Vinhosa, 1990), porém, dados mais práticos admitiam um efetivo de até 150.000 homens (Calógeras, 1936).

Todavia, a realidade militar brasileira era outra. Além disso, a troca de governo pelo qual o Brasil passava era um fator que influenciava o não envio de tropas, pois tudo no País estava esperando definições políticas. Havia, também, forte preconceito popular ao envio de soldados à Europa (Mendonça, 2008).

O Exército e a Marinha, em termos de capacidades para o combate, eram deficientes: arsenais de guerra desaparelhados, pessoal inoperante, quartéis antiquados, falta de equipamento individual geral e ausência de instrução prática (Calógeras, 1936). Dessa forma, mesmo que a situação política fosse favorável, a dimensão militar não estava pronta. A principal contribuição do Brasil, portanto, foi como provedor de gêneros alimentícios (McCann, 2009).

Ainda assim, o Brasil participou da Guerra junto dos aliados, em missão chefiada pelo General Aché², mas a “debilidade militar” brasileira fez com que a entrada no Brasil na Guerra fosse vista com indiferença (McCann, 2009).

A missão contou com uma Divisão Naval de Operações em Guerra; um grupo de aviadores; uma missão militar médica, assim como observadores militares, que chegaram a combater pela França (Garcia, 2005; Mendonça, 2008).

A participação do Brasil na Guerra influenciou na escolha pela Missão Militar Francesa, que acabou funcionando a partir de 1919. Entretanto, “A derrota da Alemanha para os Aliados traria uma trégua à discussão, mas não refrearia a admiração pelo modelo germânico” (McCann, 2009: 245).

Outrossim, Luna (2007) ainda postula que as pressões econômicas e políticas de franceses e ingleses, que possuíam largos laços com os paulistas, influenciaram na escolha. Alguns militares, entretanto, foram influentes na escolha da missão, como o General Aguiar, Ministro da Guerra, que possuía ligações com os paulistas, assim como o adido militar brasileiro na França, Coronel Malan.

2 Razão pela qual foi conhecida como Missão Aché.

A Defesa Nacional

A revista “*A Defesa Nacional*” iniciou em outubro de 1913. Seu corpo de editores era composto, inicialmente, pelos tenentes: Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho e Joaquim de Souza Reis. Todos eles fizeram parte das missões na Alemanha, ou seja, jovens turcos, o que influenciou a seleção dos artigos naquele período.

De forma clara, o escopo da revista apareceu logo em seus primeiros editoriais: “colaborar, na medida de suas forças, para o soerguimento das nossas instituições militares, sobre as quais repousa a defesa do vasto patrimônio territorial que os nossos antepassados nos legaram” (Klinger *et al.*, 1914a).

Apesar de ser uma revista que apresentava a superioridade militar alemã, também continha artigos sobre outros exércitos. Além de assuntos militares, a revista também abordava problemas inerentes à situação do Exército, para servir como fonte de consulta e canal de debate entre a oficialidade.

Problemas extrínsecos ao Exército, mas que o afetavam igualmente, também começaram a ser discutidos na revista. O exemplar número 5 apresentou um arrazoado sobre a Lei do Serviço Militar de 1908 e o enfraquecimento do Exército (Klinger *et al.*, 1914b).

Naquele mesmo período, o editorial da edição número 8 falou sobre a possibilidade da vinda de uma missão militar francesa para instruir o EB. O texto credita essa possibilidade aos homens de negócio, para quem era profundamente indiferente a sorte do Exército e a evolução da doutrina militar.

Para seu corpo editorial, a transformação pela qual passava o exército francês era, na verdade, um tipo de “germanização”. Dessa forma, perguntavam: por que ainda se hesitava entre a fonte original dos maiores progressos militares (alemã) e a sua cópia tímida e imprecisa (francesa)? Ademais, os editores enfatizaram como aspecto negativo o facto de que o Exército francês não possuía Estado-Maior.

O editorial da revista número 12, de setembro de 1914, comentou sobre a eclosão da guerra que assolava toda a Europa, sem citar em que lado o Brasil deveria se posicionar. Porém, os autores sugeriram que se ultimassem o preparo do EB para uma guerra fortuita, pela adoção do serviço militar obrigatório.

A eclosão da guerra não entrou no escopo da revista, instantaneamente. Naquele momento, a revista estava mais concentrada no combate do Contestado. Praticamente um ano após a eclosão da guerra, Klinger *et al.* (1915a, 1915b), comentaram sobre a invasão da Alemanha à Bélgica, até então um país neutro, sem nenhuma nota desabonadora ao país invasor.

Novamente, sobre a Nação brasileira, em relação ao conflito, a edição 18, de 10 de março de 1915, trouxe a informação de que o pacifismo é uma qualidade militar, relembrando a de 1891, que abordava que o Brasil nunca se empenharia em guerra de conquista.

No número seguinte, Klinger *et al.* debateram sobre a conferência realizada pelo *Jornal do Commercio*, em 11 de agosto de 1915. Entre outras ideias, disseram que se as nações aliadas oferecessem ao Brasil lições dignas de interesse, era mister salientar que tais lições se revestiam sempre de improvisações. Ainda que ocorresse diversas vitórias

aliadas na guerra, mantinham a ideia da superioridade do exército alemão, e as derrotas porventura ocorridas seriam exclusivamente devidas à superioridade material/industrial aliada. Dessa inferência, pode-se perceber que, mesmo que a Alemanha perdesse a guerra, o EB deveria mantê-lo como padrão a ser perseguido em sua futura modernização.

Claramente se nota que a germanofilia passou a transcender os assuntos militares na revista, o que tornava seus membros não apenas defensores da adoção da doutrina militar alemã no EB, mas também defensores de quaisquer assuntos relativos à Alemanha no Brasil.

Corroborando com a assertiva acima, seguem as palavras finais do editorial: “(...) desafiar a inimidade da Alemanha victoriosa, ou temporariamente vencida, *seria uma insanía*, e praticar esse acto por suppol-a derrotada, esphacelada e extincta, além de ser estúpido, *seria uma covardia?*” (Klinger *et al.*, 1915b: n. p., *itálicos nossos*)³.

Rodrigues (1916) publicou “Para quem apellar?”, mostrando claramente o apoio à Alemanha na guerra. O artigo o fazia indiretamente, ao atacar aqueles que defendiam os franceses, dando o exemplo daquele país antes da guerra, onde o exército era insultado e aviltado e que, depois da eclosão do conflito, esperava-se dele que fosse um modelo de disciplina e de bravura. Naquele momento, a revista passou a se dirigir contra aqueles que defendiam a causa aliada, especialmente a francesa.

A partir da edição número 37, a revista apontava, indiretamente, querer adotar o modelo alemão para a modernização da mesma, em plena guerra. Em abril de 1917, Da Costa *et al.* (1917) escreveram que, por mais que o Brasil quisesse manter-se alheio à conflagração europeia, a evolução dos acontecimentos colidiu com os interesses morais e materiais de tal forma que o Brasil se via na contingência de entrar na guerra.

Dois números após, Da Costa *et al.* procuraram mudar um pouco o foco do editorial da revista, dizendo que o Brasil não iria entrar na guerra ao lado das potências sem deixar de preparar o seu Exército nacional.

A edição número 48, de setembro de 1917, foi a última revista pesquisada antes do Brasil declarar guerra ao Império Alemão, em 26 de outubro de 1918. Não foram encontrados outros números no Arquivo Histórico do Exército no recorte temporal desta investigação. Do número 48 vai para o número 62. A edição 62 é datada de 10 de novembro de 1918, não trazendo nenhuma informação acerca da participação do Brasil ou da guerra em si.

O Decreto de 28 maio de 1919 assinalou a contratação da missão militar francesa, a qual foi ignorada pela revista até os números 71 e 72, de agosto e setembro de 1919, respectivamente. Ainda assim, Klinger *et al.* (1919) afirmavam que era mister que o exército tirasse o máximo de proveito da missão militar estrangeira que vinha para o País, não se referindo, em nenhum momento, sua origem. Desde o final da guerra, notou-se que diminuiu, no corpo da revista, a incidência de artigos que faziam alusões exacerbadas ao Exército alemão.

3 Todas as citações diretas de textos da década de 1910 foram idênticas aos publicados, respeitando as peculiaridades do Português daquele momento no Brasil.

Revista do Exército Brasileiro

A Revista do Exército Brasileiro (REB) teve seu primeiro número publicado em 1882. Entre 1911 e 1923, o título da REB era Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército. O Boletim Mensal era organizado nas Notas Editoriais, que representavam o pensamento do Estado-Maior do Exército; nas contribuições de autores; e em uma Seção “Noticiário”, que compilava permutas (inter)nacionais.

O escopo era “consolidar a mentalidade do Exército em torno de um núcleo, não de princípios obsoletos e anacrônicos, mas de idéias modernas incisivas e rutilantes como espadas” (BMEME, 1911: 3-4). Era a versão oficial do Exército.

O primeiro volume abarcou que o Exército poderia adaptar, de forma conveniente, o que estava em vigor nos países militares mais adiantados. As notas editoriais do número 3 apresenta o novo quinquenal militar alemão. Nas diversas sessões, destacam-se alguns fragmentos como: “a paz do mundo repousa nas bayonetas alemães” (BMEME, 1911: 24). Nota-se a propaganda prioritariamente alemã no Boletim.

O segundo volume trouxe à baila temas como “A reforma do ensino militar” e “A evolução da tática na Alemanha”. Concluiu que o “ensino militar na Alemanha tem servido de modelo para a reorganização dos institutos congêneres em quasi todos os países” (BMEME, 1911: 110), enquanto o modelo francês recebeu diversas críticas.

A edição ainda noticia a contratação de uma missão militar alemã pelo governo boliviano, citando que o “trabalho da comissão alemã é justamente reconhecido e apreciado por todos que se interessam pelas cousas militares do seu país” (BMEME, 1911: 364). Não obstante, o número 3 destacou exemplos do desenvolvimento francês incitando que o Brasil os deveria imitar. Ademais, o artigo “Ensinaamentos práticos sobre os serviços em campanha” é uma adaptação do Regulamento de Campanha francês. Nota-se a presença abrangente das duas correntes doutrinárias.

O volume de abril de 1912 faz citações ao modelo e aos discursos alemães. Publicou, ainda, o relatório das manobras alemães de 1911; discurso sobre o centenário da Academia de Guerra de Berlim; a tradução do modelo alemão para a realização de exames de ingresso à Academia de Guerra de Berlim. No número 6, Coutinho (1912) publicou o artigo “Ligeiras considerações sobre o novo Regulamento de Exercícios para Infantaria”, que apresenta a discussão sobre a adoção de manuais traduzidos do alemão desde 1892.

Em quatro números seguidos do Boletim, Coutinho apresentou benesses do regulamento e dos critérios alemães, que deveriam ser seguidas pelo Exército nacional, enquanto considerava o regulamento francês impreciso e incompleto.

Sem embargo, o número 3 publicou trechos do livro francês “Alimentação e reabastecimento dos exércitos em campanha”. É recorrente a preferência pela doutrina francesa quando o assunto é logística. Ademais, Padilha (1912), apresentando o modo de combater das infantarias inglesa e francesa, concluiu que o regulamento francês estaria mais adequado aos ensinamentos colhidos das últimas guerras.

O volume 4 contém o debate entre as doutrinas alemã e francesa acerca da missão da Artilharia. Na Artilharia, a instrução francesa enfatiza o coletivo, enquanto a alemã prioriza o individual. Após argumentar várias evidências, asseverou-se preferência pró-Alemanha.

O volume 5 abarcou recorte do artigo “Notas sobre a Infantaria alemã”, uma contribuição de Leitão de Carvalho, jovem turco. A totalidade desse artigo ocupa oito números da revista, demonstrando o quanto interessava o tema alemão. Todavia, o volume também compreendeu recorte do texto “Impressões de manobras de Exército: a proposito das do exercito francez em 1912”, de Montarroyos. Presente em seis números, indica que o pensamento pró-Alemanha no Estado-Maior não era único.

Em abril de 1913, o artigo “A agua potavel e um exercito em campanha”, do Major Médico Albuquerque, apresentou citações com origem francesa, evidenciando tendência desse modelo pelo Serviço de Saúde. O sexto volume compreendeu o texto “Thema de Tiro de Artilharia”, recorte de manual alemão, demonstrando, novamente, tendência germanófila. Ademais, notícia a criação de unidades na Alemanha, assim como anunciava a nova organização para infantaria francesa em caso de guerra.

Se a infantaria alemã era considerada modelo, o Serviço de Saúde francês estava no estado da arte para a realidade brasileira. O debate sobre a vinda de uma missão estrangeira naquele período pré-guerra também alcançava essas peculiaridades: a infantaria alemã ou a saúde (logística) francesa?

No ano de 1914, o volume sete publicou partes traduzidas do livro alemão “As principaes escolas de equitação européas”. O Noticiário daquele número ainda divulgou aspectos da organização e efetivos da infantaria francesa, as estatísticas da condenação de espões na Alemanha, o aumento dos efetivos do Exército alemão, a implementação da frota aérea e da Aeronáutica militar na Alemanha, o planejamento das “grandes manobras de 1914” pela Alemanha, aspectos do serviço sanitário alemão, números do orçamento militar prussiano, a instrução do Exército de Campanha alemão, a formação das companhias alemãs de ciclistas, a organização da infantaria alemã, a criação de baterias alemãs de Artilharia, a sucessão no Ministro da Guerra alemão, novidades que se justificariam meses mais tarde.

Comparativamente, publicavam-se muito mais notícias alemãs que francesas, o que pode ser justificado pela maior quantidade de germanófilos no Estado-Maior do Exército, bem como pelo destacado crescimento da Alemanha como potência militar terrestre mundial.

O volume 7 englobou textos pró-franceses e pró-alemães. O Relatório da criação da arma de Engenharia teve a organização da Alemanha como norma e exemplo. Outro artigo, denominado “O Alto Commando”, assinado pelo Adido brasileiro na França, tratou da estruturação do Exército francês.

O oitavo volume continha a contribuição “Preparação para a Academia de Guerra de Berlim”, de Klinger. Ao publicar a forma de ingresso à Academia Alemã, Klinger estava capacitando adeptos à sua aspiração pró-germânica no debate.

As notas editoriais de setembro de 1914 tratam da Guerra na Europa. O editorial iniciou com considerações diplomáticas e apresentou as tropas em presença. Não há evidências sobre o posicionamento do Estado-Maior. A seção Noticiário divulgou o Decreto nº 11.038, determinando que fosse observada completa neutralidade.

No contexto que engloba o Atlântico-Sul, o Decreto nº 11.141 também foi publicado na seção, determinando que nenhum navio mercante poderia partir do Brasil sem que o agente consular do país contratante indicasse os portos de escala e de destino, bem como assegurasse que o navio viajava apenas para fins comerciais. Também prescrevia que qualquer navio mercante que saísse do Brasil e, sendo verificado, pelo tempo ou pela rota, que não se seguiu para os portos pré-estabelecidos, seria retido pelas autoridades brasileiras por ser considerado como fazendo parte da frota em guerra. A norma não impediu que navios mercantes brasileiros fossem atacados justamente pelos alemães, cuja doutrina era tão defendida por militares que escreviam no Boletim.

No mês de novembro, publicou-se o artigo “A cavalaria de exercito e a infantaria associada”, tradução alemã, enquanto o Noticiário publicou experimentações doutrinárias germânicas. O Boletim manteve a divulgação de notícias majoritariamente pró-Alemanha, mesmo sob a declaração de neutralidade.

O volume 9 também publicou notícias sobre os horários da rotina da Alemanha na Guerra, o emprego de morteiros, telegrafia e metralhadoras por parte da Alemanha, ao passo que, com relação à França, aborda-se como estava sendo feita a instrução militar de civis em parcas linhas e a retirada da Missão francesa no Peru.

O volume abordou o “Plano de Guerra do Imperio Allemão”, permitindo que os leitores do Boletim apenas conhecessem os interesses alemães:

“Em um futuro próximo, devemos prever complicações internacionaes, capazes de nos obrigar a recorrer ao único argumento decisivo – exgotados os recursos da diplomacia – a guerra.

A origem do conflito entre as nações, estará no Oriente, onde a Russia possui interesses primordiaes. É então possível que esta potencia seja a primeira a armar-se.

Apenas esses aprestos possam parecer inquietantes, será então ocasião de declarar guerra á França” (Fonseca, 1915: 77).

No artigo “Artilharia Pesada de Campanha e de Sítio”, Duval (1915), oficial que fez curso na casa Krupp meses antes da conflagração, comparou a Artilharia alemã e francesa. Expôs a propriedade do modelo alemão, o qual deveria passar por algumas adaptações.

No Noticiário de agosto, destaca-se artigo de cinco páginas versando sobre a evacuação de feridos na linha de batalha francesa e serviços correlativos. Tal publicação indica, tal como antes do início da guerra, a tendência de o Boletim priorizar divulgar a logística de saúde “à francesa”. Já o Noticiário de setembro abrangeu mais eventos sobre a França do que a Alemanha.

O de novembro trata de diretrizes do próprio Boletim sobre como elaborar a Cronologia da Guerra. Entre as diretrizes, destacou-se o seguinte:

“É certo que esses informes e comunicados se resentem de uma tal ou qual parcialidade, quaesquer que sejam as suas procedências, pois a verdade integral só será realmente conhecida quando desaparecer o estado actual de coisas, dando lugar a clama e quietude das paixões” (BMEME, 1915: 380).

Àquela época, seria difícil uma quietude de paixões daqueles que foram capacitados, no estado da arte, pelo Exército alemão.

Em dezembro, o Boletim publicou o artigo de Castro e Silva “Uniforme Militar”, em que destaca as mudanças dos uniformes alemães em outubro daquele ano, ressaltando adequabilidades ao Exército nacional.

O primeiro Boletim de 1916 traz, em seu Editorial (BMEME: 1916: 5-6, itálicos nossos), premissas sobre o que a guerra ensinava ao Brasil:

“Dessa tremenda crise européa resultará todavia um *salutar exemplo e advertencia para as nações militarmente fracas*, mas não obstante *ciosas de sua autonomia e independência*; principalmente na época que atravessamos em que *a noção do direito parece perichitar* na observancia tradicional das praxes da guerra.

O Brazil, cujas tendencias pacíficas são por demais conhecidas, conserva e alimenta com especial carinho as relações de amizade que mantem com todas as nações, sendo que cada vez mais se estreitam os respectivos *laços dos povos sul-americanos* por entre expressivas demonstrações de perfeita solidariedade.

Mas todas ellas têm o *indeclinável dever de cuidar de sua própria defesa*, sob pena de commeterem um grave erro.”

O editorial concluiu sobre a observância, pelo poder público, da importância do Serviço Militar Obrigatório para a defesa do vasto Brasil.

Como contribuição desse volume, destaca-se um artigo do médico Dos Santos sobre a frigorificação da carne como instrumento de defesa nacional. O médico introduz o texto ressaltando a iniciativa francesa de elaborar a tecnologia do frio industrial, todavia indica que quem melhor aproveitou esse feito foi a Alemanha. A publicação desse artigo demonstra o quão estavam atentos os médicos sobre os ensinamentos do conflito, facto que pode ter colaborado para a decisão de enviar a missão médica em 1918.

Em fevereiro de 1916, o Boletim publicou a colaboração “A guerra mundial”, versão de texto alemão, divulgando lente germânica de como ver o conflito. Ao passo que o artigo “O Serviço Odontológico na guerra” tem base na doutrina francesa, que teve, como fonte, a permuta estadunidense. Verifica-se que as permutas com países que tendiam aos Aliados, como os Estados Unidos, estavam ganhando maior espaço na publicação.

Não obstante, o Boletim de junho de 1916 publicou o “O Novo Complemento do Regulamento de Tiro de Artilharia”, calcado no regulamento alemão de 1914 e indicando preferência pela doutrina alemã.

O volume 12 publicou o ensaio de Dutra (1916) sobre as “Duas taticas em confronto”, em que coloca em paralelo as doutrinas alemã e francesa. Abstém-se em dar preferência, contudo indica pontos de combate e de divergência, úteis para o debate aqui estudado. Destacam-se os seguintes *corpora*:

“Os últimos trabalhos desta natureza, elaborados no Estado-Maior, não são mais do que adaptações dos congeneres allemães. Igual conducta têm tido os nossos vizinhos, com especialidade os argentinos (...)

Nessas condições, o estudo das doutrinas dos regulamentos allemães e francezes, mormente na época presente, (...) são os nossos próprios regulamentos

e os dos nossos vizinhos que estão passando pela experiência da guerra” (Dutra, 1916: 4-5).

Assim, Dutra ressaltou o facto de a guerra experimentar as doutrinas também das nações sul-americanas, que já seguiam modelos europeus. No caso do Brasil, o modelo alemão. Dutra é mais contundente ao concluir o artigo:

“Muitas lições proveitosas surgirão logo após á cessação das hostilidades, e dellas devemos ir aproveitando, para a reconstrucção dos nossos methodos de guerra.

Convém, porém, irmos desde já nos colocando em guarda contra alguns excessos que, mais de uma vez, têm sido commetidos depois de uma guerra. É vezo antigo, após uma campanha, procurar imitar tudo quanto existia no exercito vencedor, antes que uma investigação completa das causas que contribuíram para a victoria pudesse ser feita.

As nossas condições especiaes, tão differentes daquellas em que se acham os exércitos europeus, não nos permitirão, entretanto, que utilizemos de todos os ensinamentos dessa guerra; a maior parte deles, jamais poderão mesmo ter applicação em nosso meio. Antes serão lições das guerras do passado, inclusive das registradas em nossa historia militar, que mais útil nos serão” (Dutra, 1916: 18-19).

O editorial do volume 13 de 1917 enfatizou que a conflagração europeia pôs em evidência que um Exército sem material e sem munições, dependente da indústria estrangeira, não está na altura de sua missão. O Noticiário abarcou os artigos “O exercito francez na atual conflagração” e “o Alto comando na Alemanha” abordando que, mais do que uma missão estrangeira, era necessário equipar urgentemente o Exército.

O editorial do mês seguinte intitulou-se o “Rompimento de relações entre a República dos Estados Unidos do Brazil e o Imperio da Allemanha”. Pela leitura desse texto, verifica-se que o respeito à norma internacional não foi suficiente para manter o Brasil em estado de neutralidade, nem para concretizar princípios de reciprocidade entre nações neutras e em conflito. O poder militar não pode ser deixado de lado em razão dessas normas e princípios.

Não obstante, o Boletim publicou o texto alemão “A patrulha de official como órgão da missão estrategica da cavalaria” (alemã). A seção Noticiário publicou matérias sobre técnicas operativas utilizadas pelas forças alemãs no Somme, sobre a doutrina de espionagem daquele Império, e acerca da atividade industrial germânica. Há um aumento significativo sobre notícias da França, porém se corrobora o facto de a publicação permanecer exaltando feitos alemães, mesmo com o rompimento das relações.

O volume 14 (julho 1917) abrangeu o artigo “As cinco armas em acção”, publicação francófila, sobre ensinamentos franceses da batalha de Somme. No Noticiário, há a divulgação de matérias sobre a seleção de aviadores franceses, assim como um estudo sobre a resistência do poder econômico da Alemanha, que concluiu que, se a guerra continuasse, a Alemanha se enfraqueceria economicamente, apesar de seu potencial industrial. Logo, verifica-se o Boletim modificando o escopo de suas matérias, influenciado, muito mais do que pelo rompimento, pelas permutas pró-francesas.

O editorial de setembro e outubro compilou os decretos e mensagens que resultaram o reconhecimento e proclamação do estado de guerra iniciado pela Alemanha contra o Brasil. Ainda assim, publicou o esforço alemão na fabricação de meios de refrigeração, suas unidades de metralhadoras e navios mercantes.

Os meses de novembro e dezembro registram lei que decretou Estado de Sítio em razão da declaração de guerra imposta pela Alemanha. Ademais, o Noticiário elenca os seguintes textos: *Tannenberg e Augerburg*, a qual trata da evolução da doutrina prussiana: ainda que o foco brasileiro seja pró-Entente, a doutrina germânica ainda ocupava espaço no Boletim.

O noticiário do primeiro volume de 1918 (vol. 15) explorou avanços das Forças Armadas alemãs, como inovações de insumos químicos para explosivos, a dissimulação dos aviões alemães, a utilização de urânio em peças de Artilharia, o emprego de soldados com deficiência visual em trincheiras e cães de guerra. Tais notícias induzem a confirmar que, mesmo sob o título de inimigo, o poder militar alemão era tão avançado que servia de modelo e estudo para outras doutrinas.

Também destaca-se a contribuição “A França (Hontem e hoje)”. Em suas considerações finais, Oliveira (1918: 193) asseverou que: “a vida militar franceza, onde se confundem e se unem todas as classes e condições, é ao mesmo tempo nacional, democratica e humana”. Tal afirmação reforçava os argumentos francófilos para a adoção de uma missão francesa no País.

O facto de o ideal germanófilo estar perdendo o espaço que tinha antes na publicação oficial do Exército Brasileiro não impediu que matérias sobre a evolução de sua doutrina e material fossem disseminadas. Os artigos “A evolução da aviação allemã”, “O detonador automatico allemão”, “A natalidade alemã” e “Tropheós de guerra aliados” da seção Noticiário desse volume ratificam tal aspecto.

O volume 16 (1918) destacou os seguintes artigos: “A camoufflage”, exaltando técnicas francesas; “Termos da rendição allemã no Sudoeste Africano em 1915”; “O novo triplano” alemão Fokker; “Navios insubmersiveis franceses”; “As redes aéreas para a defesa de Paris”; “As sereias de alarma de Paris”. Pelo exposto, as publicações do Boletim se alinharam com a postura política adotada pelo Brasil, francófila, sem desconsiderar os avanços alemães.

É importante ressaltar que, nessa edição, não houve qualquer citação ao fim da guerra, à participação de meios militares brasileiros na guerra, missão médica, tampouco missão militar francesa.

O volume 17 (1919) faz considerações sobre os efeitos e repercussões da guerra, exaltando, de forma idealista, o papel da Conferência de Versalhes para melhor organizar o Mundo.

A edição publicou o trabalho “Em torno da grande guerra”, do Tenente Scheleder, fazendo uma retrospectiva da conflagração. O artigo exaltou as proezas francesas, ao passo que criticou estratégias alemães. Não citou ensinamentos para a doutrina brasileira.

Esse boletim também publicou recorte de relatório do Adido brasileiro na França, Coronel Malan, que possuía ligações com a elite paulista (McCann, 2009). Em setembro

de 1918, Malan recebera o Ministro da Guerra para visitar os campos de batalha franceses acompanhado do Adido Naval e do subchefe do Estado-Maior francês. O relatório abordou, além de aspectos técnicos (extensão de frentes, meios empregados, tipo de fortificações, organização da campanha), subsídios para o debate aqui proposto.

Quando a comitiva brasileira chegou a Coeuvres, deteve-se “momentos para visitar um dos médicos brasileiros, destacado na ambulância dos gazeados” (Malan, 1919: 66). O Adido postulava que esses médicos⁴ trariam importantes ensinamentos do campo de batalha.

Ao refletir sobre o Exército nacional, Malan (1919: 70) ponderou:

“Estará acaso (...) (o Exército nacional) aparelhado com o indispensável material para preparar a acção da nossa infantaria? E esta acha-se, por ventura nas condições de eficiencia necessárias afim de utilizar o máximo de rendimento se aquelle existir?”

Presume-se que o esforço de Malan ao buscar articular a Missão Francesa para o Brasil tenha tido essa problematização como questão de fundo.

Acerca da missão francesa, na compilação do Decreto nº 13.451, de 29 de janeiro de 1919, publicou-se, em quatro linhas, que os cursos de aperfeiçoamentos para oficiais teriam militares da missão estrangeira contratada como instrutores. Não se citou nem o país de origem. De facto, os francófilos lograram a missão estrangeira no aperfeiçoamento de oficiais e na assessoria do Estado-Maior, influenciando a construção da doutrina. Não obstante, os germanófilos⁵ estabeleceram a Missão Indígena na Escola Militar, o que influenciou inclusive no debate durante a Segunda Grande Guerra.

Em relação à Missão Aché, o Boletim publicou o Decreto nº 13479, de 19 de fevereiro de 1919, que, em poucas linhas, extinguiu a missão médica especial à França em caráter militar.

O editorial dos meses de maio de junho (n. 5-6, vol. 17) compilou justamente o Decreto nº 3.741, de 28 de maio de 1919, que autorizou o governo a contratar a Missão Francesa, cujo chefe serviria no Estado-Maior. Dessa forma, aquele ulterior Estado-Maior composto de jovens turcos, agora teria seu pensamento-chave modificado pelos entendimentos franceses.

No volume 18, correspondente aos meses de julho a dezembro de 1919, Malan divulgou dois artigos que evidenciam *um novo rumo de interesses para as publicações do Boletim*. No artigo “Escola de Aviação de Pau”, apresentou detalhes sobre a preparação de pilotos de caça na França. Na contribuição “Minas, Projectores e Tanks”, divulgou produtos militares vendidos pela França.

Outro artigo relevante desse volume é o “Ensinamentos da Grande Guerra”, escrito pelo Coronel Castro (1919: 75), que descreveu, meticolosamente, aspectos técnicos e táticos da Artilharia francesa. Asseverou que “Não ha quem ignore o que foi Verdun (...)

4 Assume-se a premissa de que esse médico fazia parte da Missão Aché.

5 Ver McCann (2009: 260).

para dizer bem alto das grandes virtudes militares que os sagraram como os melhores e mais perfeitos homens de guerra da actualidade”. A influência alemã, entretanto, não cessou naquela edição: Klinger publicou a tradução de “Exercícios Tacticos de Quadros no Terreno”.

O volume 19, publicado em 1921, apresentou o relatório do Capitão Damazio, integrante da Missão Médica na França. Colheu, como ensinamentos, novos métodos de tratamento e estatísticas sobre feridos, consolidando, na ação do Serviço de Saúde em combate, a preferência pela logística de saúde da França.

Na seção noticiário, o boletim publicou “As transformações do Exército Alemão de 11 de novembro de 1918 a 11 de novembro de 1919”, tratando da desmobilização do Exército imperial; bem como as condições para “Admissão à Escola Superior de Guerra de França em 1920”, divulgando o fim de uma potência militar, ao passo que indicava os caminhos para aqueles que queriam fazer um curso no exterior. Se antes se estimulava o ingresso às escolas alemãs, agora o foco era outro, as escolas francesas.

Para finalizar, o número 3 do volume 20 abarcou o artigo que conclamava: “se tivermos oportunidade de pensar novamente em enviar os nossos instructores em comissão no estrangeiro, de preferencia deverão ir para França” (Poudret, 1921: 335).

Estava sendo consolidada, portanto, a busca pela unidade de pensamento doutrinário a partir da metodologia francesa.

Conclusões

De acordo com as publicações estudadas, verificou-se que o debate oficial, anterior à declaração de guerra com a Alemanha, era mais direcionado para a contratação de uma missão alemã. Isso foi potencializado pelo facto de que militares que realizaram curso na Alemanha ocuparam funções-chave no Estado-Maior.

Fora os interesses econômicos e políticos, a participação brasileira na guerra foi um campo de ensaio para a contratação da Missão Francesa. A participação foi discreta, porém relevante, pois integrantes das armas-base, médicos e pilotos combateram as potências centrais junto do Exército francês, viabilizando a contratação da missão e a difusão da doutrina francesa.

Os ideais germanófilos não se perderam, pois a Missão Francesa não abarcou a formação dos oficiais brasileiros. Assim, a Missão Indígena na Escola Militar foi uma vitória para os jovens turcos que tanto defenderam o pensamento germânico tanto na Defesa Nacional, quanto no Boletim do Estado-Maior.

Por fim, deve-se destacar que a Primeira Guerra deixou clara que a dependência de material estrangeiro era um óbice para o desenvolvimento da defesa nacional, assim como a simples confiança nas normas internacionais, sem desenvolvimento do poder militar, não seria determinante para a segurança e paz nacional.

Referências Bibliográficas

- Abranches, D. (1917). *A Ilusão Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Albert, B. (1988). *South America and the First World War*. Cambridge: University of Cambridge.
- Alsina J. (2009). “O Poder Militar como Instrumento da Política Externa Brasileira Contemporânea”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 2, pp. 173-191.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército* (BMEME), n. 1, v. 1.
- Calógeras, J. (1936). *Problemas de Governo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Carvalho, J. (1977). “As Forças Armadas na Primeira República” em Boris Fausto, *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL.
- Castro Ayres (1915). “O 7 de setembro de 1922”. *A Defesa Nacional*. Anno III, n. 27, pp. 83-84.
- Castro e Silva (1914). “O fusil Mauser modelo 1908”. *A Defesa Nacional*. Anno I, n. 9, p. 289.
- Castro e Silva (1914). “O Exército para a Guerra”. *A Defesa Nacional*. Anno 2, n. 13, pp. 9-12.
- Castro, J. (1919). “Ensinos da Grande Guerra”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 1-6, v. 18, pp. 27-79.
- Cavalcanti, P. (1915). “A Inglaterra e o Serviço Militar Obrigatório”. *A Defesa Nacional*. Anno II, n. 21, pp. 273-277.
- Chéradame, A. (1917). *El Plan Pangermanista Desenmascarado*. Paris: Casa Editorial Garnier Hermanos.
- Coutinho, O. (1912). “Ligeiras Considerações sobre o novo Regulamento de Exercícios para Infantaria”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 6, v. 3, pp. 599-605.
- Da Costa, M. *et al.* (1917). “Editorial”. *A Defesa Nacional*. Anno IV, n. 43, 45, pp. 223-224; 281-282.
- De Carvalho, E. (1913). “O Oficial na Infantaria Alemã”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 3, v. 6, pp. 338-355.
- Domingos, M. (2001). “A Disputa pela Missão que Mudou o Exército”. *Revista Estudos de História*, v. 8, pp. 197-215.
- Dutra, E. G. (1916). “Duas Táticas em Confronto”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 5-6, v. 12, pp. 1-20.
- Duval, A. (1915). “Artilharia Pesada de Campanha e de Sítio”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 1, v. 9, pp. 242-268.
- Fonseca, E. (1915). “Dois Planos de Operações”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 3-4, v. 9, pp. 77-92.
- Garcia, E. (2005). *O Brasil e a Liga das Nações*. Porto Alegre: UFRGS.
- Kissinger, H. (2000). *La Diplomacia*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Klinger, B. *et al.* (1914a). “Editorial”. *A Defesa Nacional*, Anno I, n. 1.
- Klinger, B. *et al.* (1914b). “Orçamento de Guerra”. *A Defesa Nacional*, Anno I, n. 5.
- Klinger, B. *et al.* (1915a). “Editorial”. *A Defesa Nacional*, Anno II, n. 23.
- Klinger, B. *et al.* (1915b). “Editorial”. *A Defesa Nacional*, Anno II, n. 24.

- Klinger, B. *et al.* (1919). “Editorial”. *A Defesa Nacional*, Anno VI, n. 71.
- Luna, C. (2007). “Pela Vinda da Missão Militar Alemã ao Brasil”. *Anais das jornadas de 2007*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.
- Malan, A. (1918). “Excursão à Frente”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 1-4, v. 17, pp. 57-74.
- McCann, F. (2009). *Soldados da Pátria*. Rio de Janeiro: Bibliex.
- Mendonça, V. (2008). *A Experiência Estratégica Brasileira na Primeira Guerra Mundial*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF.
- MRE (Ministério das Relações Exteriores) (1917). *Guerra da Europa – Documentos Diplomáticos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Padilha, B. (1912). “A Infantaria no Combate”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 3, v. 3, pp. 321-325.
- Pires, L. (2011). “A Liga Brasileira pelos Aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH.
- Poudret (1921). “A Cavalaria Alemã e a Franceza no Ultimo Anno da Guerra”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 3, v. 20, pp. 335-341.
- Oliveira, D. (1918). “A França (hontem e hoje)”. *Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército*, n. 3-4, n. 5-6, v. 15, pp. 187-193; 349-355.
- Ricupero, R. (2006). “Joaquim Nabuco e a Nova Diplomacia”. *Política externa*, v. 14, n. 3, pp. 115-124.
- Rodrigues, P. (1916). “Para Quem apelar?” *A Defesa Nacional*, Anno III, n. 31, pp. 255-256.
- Santos, A. (1931). *Brasil – Alemanha*. São Paulo: n. d.
- Souza, D. V. e Zioni, F. (2003). “Novas Perspectivas de Análise em Investigações sobre Meio Ambiente: a Teoria das Representações Sociais e a Técnica Qualitativa da Triangulação de Dados”. *Saúde soc.*, v. 12, n. 2.
- Taborda, B. *et al.* (1916). “Editorial”. *A Defesa Nacional*, Anno III, n. 31.
- Vinhosa, F. (1990). *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: IHGB.

A Cooperação Naval Brasileira com a Marinha Britânica em 1918: o Caso da Divisão Naval em Operações de Guerra

Francisco Eduardo Alves de Almeida

É graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sendo mestre em História das Idéias Comparadas pela mesma universidade. É doutor em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui graduação em Ciências Navais pela Escola Naval do Brasil com especialização em Política e Estratégia Marítimas e o curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores pela Escola de Guerra Naval. Atualmente é professor de Estratégia e História Naval e Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (Mestrado) do Centro de Estudos Político- Estratégicos da Escola de Guerra Naval. Membro emérito da cadeira 107 (patrono-Almirante Armando Vidigal) do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (2008-2012). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Considerações Iniciais

A disposição do Brasil em manter-se neutro no conflito foi evidenciada desde o primeiro minuto de combates na Europa em 1914. Naqueles dias conturbados prevalecia no país uma tendência natural de simpatia a favor dos aliados, principalmente por que a elite nacional via na educação e na cultura francesa seus principais paradigmas. A neutralidade foi a marca brasileira nos três primeiros anos de guerra, mesmo quando Portugal foi a ela arrastada em março de 1916.

O bloqueio sem restrições firmado pelo governo alemão em 31 de janeiro de 1917 trouxe não só mal-estar a todos os neutros, mas também preocupação ao Governo Brasileiro que dependia fundamentalmente do mar para escoar a produção de café para a Europa e os Estados Unidos, nossos principais compradores. Ademais, importávamos muitos produtos da Inglaterra que naquela altura lutava desesperadamente nos campos franceses e enfrentava com preocupação os ataques dos submarinos alemães a seu tráfego marítimo.

O Brasil apresentou, inicialmente, seu protesto formal à Alemanha, mantendo-se, contudo, ainda, na mais rigorosa neutralidade¹. O que veio a modificar a atitude brasileira foi o afundamento do navio mercante *Paraná* ao largo de Barfleur na França, apesar de

1 Telegrama enviado do Ministro das Relações Exteriores, Sr. Lauro Muller, ao Ministro brasileiro na Alemanha, Sr. Gurgel do Amaral, em 06 de fevereiro de 1917. Arquivo do Itamaraty no Rio de Janeiro.

ostentar a palavra Brasil pintada no costado e a Bandeira Nacional içada no mastro (Gama, 1982: 23)². Naquela oportunidade a população na capital Rio de Janeiro atacou firmas comerciais alemãs, criando grande desconforto para o governo de Wenceslau Braz. Seguiu-se então o rompimento das relações diplomáticas e comerciais com o governo alemão em 11 de abril de 1917, mantendo-se, no entanto a neutralidade.

Um facto importante que influiu também na decisão de se romper relações com o Império Alemão foi a atitude de protesto dos Estados Unidos com o bloqueio irrestrito, tendo sofrido por isso o torpedeamento de dois de seus navios. Tais acontecimentos motivaram a declaração de guerra norte-americana. Mantínhamos até esse ponto laços comerciais profundos com esse país e claras simpatias com os aliados³.

No mês de maio o segundo navio brasileiro, o *Tijuca*, foi torpedeado nas proximidades de Brest na costa francesa. Seis dias depois seguiu-se o ataque ao mercante *Lapa*. Antes ele fora abordado por submarino alemão, mandando que a tripulação deixasse o vapor para depois torpedeá-lo. Esses três ataques levaram Wenceslau a decretar o arresto de 45 navios dos Impérios Centrais aportados no Brasil e a revogação da neutralidade⁴. Muitos deles encontravam-se danificados por sabotagem. Isso não impediu que o Brasil utilizasse 15 e repassasse 30 navios por afretamento para a França. Um facto curioso foi o arresto da canhoneira alemã *Eber*, surta no porto de Salvador. Tratava-se assim de navio militar e não de vapores mercantes, como os 45 navios arrestados. Antes de ser abordada por autoridades brasileiras e percebendo essa medida, os tripulantes queimaram esse vaso de guerra e conseguiram se transferir para outro navio mercante que se evadiu dos portos nacionais com o armamento e os homens especializados que seriam ainda úteis à Marinha Alemã.

Quatro meses se passaram até que novo navio brasileiro fosse atacado e afundado, dessa feita foi o vapor *Macan* nas imediações do Cabo Finisterra. O caso tornou-se grave na medida em que o comandante e o despenseiro foram aprisionados por um submarino alemão e nunca mais se teve notícia de seus destinos. Oito dias depois, em 26 de outubro de 1917 o Brasil reconhecia e proclamava o estado de guerra com o Império Alemão⁵.

Como estava o Brasil naquela oportunidade para enfrentar os germânicos?

A Preparação da Marinha do Brasil para a Guerra

O governo brasileiro tinha consciência de que a grande ameaça seria o submarino alemão, ávido por atacar os nossos navios mercantes que mantinham o comércio com outros países com os quais combatia. Além disso, naquela oportunidade, não existiam

2 O “Paraná” era um dos melhores vapores da Companhia de Comércio e Navegação com um deslocamento de 6000 toneladas. Ele deixara o porto do Rio de Janeiro com destino a Le Havre no Canal da Mancha, transportando café. Foram mortos dois marinheiros no ataque.

3 Decreto Presidencial 12.458 de 25 de abril de 1917 reafirmava a neutralidade brasileira no conflito que se estabelecia entre as Potências Centrais e os Estados Unidos. Arquivo do Itamaraty, Rio de Janeiro.

4 Decreto 3266 de 1 de junho de 1917 do Presidente da República. Arquivo do Itamaraty, Rio de Janeiro.

5 Decreto Legislativo 3361 de 26 de outubro de 1917 do Congresso Nacional. Arquivo do Itamaraty, Rio de Janeiro.

estradas pavimentadas ligando o sul e sudeste com o norte e nordeste. Todas as comunicações entre essas regiões eram feitas por mar, daí nossa grande vulnerabilidade estratégica. Tanto a Marinha mercante como a de Guerra seriam as grandes protagonistas brasileiras nesse confronto.

A nossa Marinha Mercante era modesta⁶, no entanto, desde os primeiros anos do século, os governos que se sucederam procuraram aparelha-la, pois tínhamos na guerra um teste fundamental para a manutenção de nosso fluxo comercial.

No início da guerra também, quando ainda o Brasil mantinha irrestrita neutralidade, diversos países envolvidos no conflito, ávidos para cobrir as perdas provocadas por afundamentos, ofereceram propostas de compras de muitos de nossos mercantes. Propostas de comprar o *Lloyd's Brasileiro* foram comuns. Entretanto o governo nacional, premido pela necessidade de manter o comércio com outros países e de escoar o nosso principal produto, o café, principalmente com os Estados Unidos, impediu todas essas tentativas de arrendamento. Ao final essa ação veio a ser fundamental para o Brasil.

A Marinha de Guerra brasileira era centrada na chamada Esquadra de 1910, com navios relativamente novos construídos na Inglaterra sob o Plano de Construção Naval do Almirante Alexandrino Faria de Alencar, Ministro da Marinha de então⁷. Eram ao todo dois encouraçados tipo “dreadnought”⁸, o *Minas Gerais* e o *São Paulo*, dois cruzadores tipo “scouts”, o *Rio Grande do Sul* e *Bahia* que viria a ser perdido tragicamente na Segunda Guerra Mundial e 10 contratorpedeiros de pequenas dimensões. O curioso desses meios era que todos eram movidos a vapor, queimando carvão, combustível fundamental do qual éramos dependentes.

Desde o início da participação brasileira no conflito, o governo nacional decidiu-se pelo envio de uma Divisão Naval para operar em águas europeias¹⁰, tendo o Ministro das Relações Exteriores, Nilo Peçanha assim se pronunciado, em entrevista ao “Jornal do Commercio”:

“Tendo o Brasil declarado guerra à Alemanha, o que lhe cabe agora é dar uma expressão prática da sua solidariedade com as nações aliadas. Fã-lo-á na medida das circunstâncias e à altura dos nossos deveres. A colaboração do Brasil se dará onde ela for julgada necessária, na Europa, e apenas com o tempo que as outras nações têm tido para uma eficiente organização das suas forças. Ofere-

6 A Marinha Mercante Nacional era composta de 196 navios em 1918, sendo a maioria pertencente ao *Lloyd Brasileiro* com 64 navios. Fonte: Relatório da 1ª Seção do Estado-Maior da Armada, 1918, p. 3. Arquivo da Marinha, Serviço de Documentação da Marinha.

7 Trata-se do Programa de Construção Naval de Júlio de Noronha, modificado pelo Ministro da Marinha de 1906, Almirante Alexandrino de Alencar.

8 Encouraçado tipo “dreadnought” era um tipo de navio que revolucionou a arte da guerra no mar em 1906 devido a sua grande velocidade, poder de fogo e blindagem.

9 Navio de menor dimensão, um cruzador, cuja tarefa era esclarecer e realizar patrulhas para a Esquadra de “dreadnought”, mais poderosa.

10 Esse oferecimento foi feito na Conferência Interaliada em Paris entre 20 de novembro e 3 de dezembro de 1917 pelo ministro brasileiro Olynto de Magalhães.

emos o nosso concurso à Conferência dos Aliados de Paris e no Comando Naval Único da Guerra e oportunamente verá a Nação que o Governo tem zelado os seus melindres e bem mereceu a sua confiança.” (Maia, 1961: 25)¹¹.

Algumas ações logo se evidenciaram antes mesmo da declaração de guerra. No principal porto do país, o Rio de Janeiro, e centro econômico e político mais importante, instituiu-se uma linha de minas submarinas cobrindo 600 metros entre as Fortalezas de Lage e Santa Cruz (Gama, 1982: 75).

Duas ilhas oceânicas preocupavam as autoridades navais de então, devido a possibilidade de serem utilizadas como pontos de refúgio de navios inimigos. As de Trindade e Fernando de Noronha. A primeira foi ocupada militarmente em maio de 1916 com um grupo de cerca de 50 militares. Uma estação radiotelegráfica mantinha as comunicações com o continente e freqüentemente Trindade era visitada por navios de guerra para o reabastecimento. Quanto a Fernando de Noronha lá existia um presídio do Estado de Pernambuco. A Marinha, então, passou a assumir a defesa dessa ilha destacando um grupo de militares para guarnecê-la (Gama, p.49). Não houve nenhuma tentativa de ocupação por parte dos alemães.

Com o estado de guerra declarado os ataques aos mercantes brasileiros continuaram. Em 2 de novembro nas proximidades da Ilha de São Vicente na costa africana foram torpedeados mais dois navios, o *Guaíba* e o *Acari*. Depois de atingidos, os seus comandantes conseguiram os encalhar, salvando-se a carga, não impedindo, no entanto que vidas brasileiras fossem perdidas.

Outro ataque já no ano de 1918 aconteceu ao navio mercante *Taquari* da Companhia de Comércio e Navegação, na costa inglesa. Desta feita, o navio por atingido por tiros de canhão, havendo tempo de arriar as baleeiras que, no entanto, foram metralhadas, provocando a morte de oito tripulantes.

Esses ataques insuflaram ainda mais a opinião pública brasileira que influenciada por campanhas jornalísticas e declaração de diversos homens públicos, dentre os quais se destacava Ruy Barbosa, exigiu um comprometimento maior com a causa Aliada, com a participação efetiva no esforço bélico contra as Potências Centrais.

Desde o início do conflito, a participação da Marinha no confronto baseou-se no patrulhamento marítimo do litoral brasileiro com três Divisões Navais, distribuídas nos portos de Belém, Rio de Janeiro e São Francisco do Sul (Martins, 1997: 262). Esse serviço tinha por finalidade colocar a navegação nacional, a aliada e a neutra ao abrigo de possíveis ataques de navios alemães de qualquer natureza nas águas nacionais.

A Divisão Naval do Norte era composta dos encouraçados guarda-costas *Deodoro* e *Floriano*, dos cruzadores *Tiradentes* e *República*, dois contratorpedeiros, três avisos e duas canhoneiras. Sua sede era Belém.

A Divisão Naval do Centro compunha-se dos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* e seis contratorpedeiros, com sede no Rio de Janeiro.

11 Entrevista do Ministro das Relações Exteriores Nilo Peçanha ao Jornal do Commercio de 3 de janeiro de 1918, transcrito de Maia, Prado.

Por fim a Divisão Naval do Sul era composta dos cruzadores *Barroso*, *Bahia* e *Rio Grande do Sul*, um iate e dois contratorpedeiros, com sede em São Francisco do Sul.

A Marinha possuía também três navios mineiros, uma flotilha de submersíveis com um tender, três pequenos submarinos construídos na Itália e uma torpedeira, as Flotilhas do Mato Grosso, Amazonas e de Aviões de Guerra e por fim navios soltos.

A Preparação da Divisão Naval em Operações de Guerra

O governo de Wenceslau Braz decidiu enviar uma divisão naval para operar sob as ordens da Marinha Britânica, na ocasião a maior e mais poderosa do mundo. Logicamente os navios escolhidos deveriam ser da Esquadra adquirida oito anos antes na própria Inglaterra, pois eram os mais modernos que o Brasil possuía, no entanto devido aos avanços tecnológicos provocados pela própria guerra, esses navios se tornaram obsoletos rapidamente. Em que pese tal facto, a escolha da alta administração naval recaiu nos dois cruzadores (*Rio Grande do Sul* e *Bahia*), em quatro contratorpedeiros (*Piauí*, *Rio Grande do Norte*, *Paraíba* e *Santa Catarina*), um rebocador (*Laurindo Pitta*) e um cruzador-auxiliar (*Belmonte*), ao todo oito navios.¹²

Contra quem seria esse combate? A Alemanha que, apesar de possuir uma esquadra menor que a Inglaterra, possuía uma frota muito agressiva e motivada que se batera com valentia até aquele momento. No início da guerra os alemães se lançaram a guerra de corso utilizando navios de superfície, no estilo de corsários independentes que atacavam os mercantes navegando solitários. Essa estratégia, com o decorrer da guerra, foi abandonada. Preferiu-se a guerra submarina que mostrou-se muito mais eficiente. Esses submarinos não chegaram a atuar nas costas brasileiras como aconteceu na Segunda Guerra Mundial, no entanto atacaram os navios nacionais nas costas européias e os afundaram sem trégua.

Há que se notar que a Marinha brasileira era dependente de suprimentos vindos do exterior. Não existiam estaleiros capacitados, nem fábricas de munição e estoques logísticos adequados. Dessa forma a preparação da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), como ficou conhecida essa pequena força naval, foi muito dificultada por limitações que não eram só da Marinha mas também do Brasil.

Como critério de escolha procurou-se abrir o voluntariado para os seus componentes, no entanto os voluntários não foram suficientes para o guarnecimento de todos os navios. Dessa maneira, o Ministro da Marinha de 1917, pela terceira vez na pasta, o Almirante Alexandrino requisitou alguns oficiais de sua confiança para essa comissão. Com respeito às praças foi aberto o voluntariado para pessoas comuns se candidatarem como taifeiros, especialidade que apontava diversos claros nos efetivos navais. Ao mesmo tempo foram contratados diversos foguistas civis que teriam a tarefa de guarnecer os ambientes sempre inóspitos das praças de máquinas dos navios designados para a comissão¹³. Alguns oficiais

12 Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional no ano de 1918, p. 25. Arquivo do Itamaraty.

13 Relatório do Ministro da Marinha ao Vice-Presidente da República. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, maio de 1919, p. 69.

chegaram a inquirir a imprudência de se designar pessoas sem preparação militar para uma comissão em área de guerra, sob constante tensão (Carvalho 1914: 187).

Foi, também, escolhido um contra-almirante ainda muito jovem com 51 anos de idade, muito habilidoso, com grande experiência marinheira, na ocasião comandante da Divisão Naval do Sul, com base no porto de São Francisco do Sul, o Almirante Pedro Max Fernando de Frontin, irmão do engenheiro Paulo de Frontin, um dos artífices da grande mudança urbana acontecida na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.

A escolha desse oficial general era mais que evidente. Frontin era homem de confiança de Alexandrino, tendo assumido a chefia de seu gabinete por duas vezes. Por duas vezes, também, fora designado comandante de navio por ele, primeiro para ser o primeiro comandante do contratorpedeiro (destróier) *Pianhy*, ainda no recebimento na Inglaterra em 1908 e depois como comandante do cruzador *Rio Grande do Sul*, pouco antes de eclodir a Revolta dos Marinheiros de 1910. A propósito, nessa revolta, Frontin, secundado por um grupo de oficiais e marinheiros conseguiu debelar o movimento sedicioso a bordo de seu navio, mantendo a disciplina necessária.

A principal tarefa a ser cumprida por essa divisão seria patrulhar uma área marítima contra submarinos alemães, compreendida entre Dacar no Senegal, Ilhas de Cabo Verde e Gibraltar na entrada do Mediterrâneo, com subordinação ao vice-almirante inglês Heathcote Grant localizado em Gibraltar. Essa região era considerada relativamente tranquila, com pouca atividade submarina. Os ingleses mantinham diversos navios em Gibraltar, ponto focal importante, secundados por um esquadrão norte-americano sob as ordens do contra-almirante Neeblack.

A preparação dos navios ainda no Brasil requereu muitos recursos de toda a ordem. Entre os pontos a serem corrigidos estava a deficiência de abastecimento, principalmente a escassez de combustível, o carvão. Dava-se preferência a um tipo de carvão proveniente da Inglaterra, o tipo Cardiff ou dos Estados Unidos da América. O carvão nacional, por possuir grande quantidade de enxofre era contra-indicado e esse ponto nevrálgico preocupou os chefes navais durante toda a comissão da DNOG.

Além da questão do combustível, ressaltava a sempre difícil manutenção das caldeiras Yarrow e os condensadores dos cruzadores e contratorpedeiros. Os tubos das caldeiras e os condensadores se rompiam, provocando a parada dos motores. Na viagem dos navios recém-adquiridos na Inglaterra esses problemas já se apresentaram de modo acentuado. Antes de suspender, diversos inquéritos foram abertos de modo a se verificar se as avarias eram produto da má condução por parte dos foguistas ou da própria planta equipada dos equipamentos¹⁴. A nenhuma conclusão se chegou. O certo é que esses problemas foram agravados devido a ausência de um parque de manutenção adequado. O programa de construção naval de 1904 do Almirante Júlio de Noronha previra tal parque logístico em apoio aos navios adquiridos, no entanto a modificação efetuada por Alexan-

14 Ofício 69 A de 20 de novembro de 1917 do Comandante do Cruzador “Bahia” ao Comandante da Divisão naval do Sul e Acórdão do Supremo Tribunal Militar de 8 de novembro de 1918. Arquivo da Marinha, SDM.

drino não levou em consideração o aspecto de apoio aos meios navais, o que redundaria em dificuldades graves para a preparação da força naval que partiria para a guerra com sérias deficiências de manutenção e apoio.

O adestramento das guarnições era também deficiente. Muitos marinheiros não sabiam nem ao menos ler, o que dificultava a compreensão dos manuais técnicos de equipamentos¹⁵. Os próprios oficiais desconheciam táticas modernas de guerra anti-submarino, largamente empregadas por seus aliados ingleses, norte-americanos e franceses desde o início da campanha no mar.

Afinal a Divisão Naval Parte para a Guerra

Depois de três meses de adestramento contínuo com as tripulações os navios suspenderam do Rio de Janeiro, em grupos pequenos, para se juntarem na Ilha de Fernando de Noronha. Inicialmente deixaram a Guanabara os contratorpedeiros no dia 7 de maio de 1918, seguidos no dia 11 pelos dois cruzadores. Em 6 de julho suspendeu do Rio o Cruzador-Auxiliar *Belmonte* e dois dias depois o Rebocador *Laurindo Pitta*. Esses dois últimos navios ficaram responsáveis por transportar o carvão necessário para a DNOG, daí sua grande importância logística.

Antes da partida dos cruzadores o Presidente Wenceslau Braz compareceu ao capitânia, o cruzador *Rio Grande do Sul* acompanhado do Almirante Alexandrino, de diversos ministros e outras autoridades que na ocasião desejaram muitas felicidades às tripulações e enalteceram o espírito de sacrifício e civismo das guarnições que se bateriam pela causa aliada na Europa (Maia, 1961: 60).

As travessias para Salvador, Recife e Natal foram verdadeiros tormentos, devido a dificuldade de se manter as pressões nas caldeiras de modo eficiente. Muitos tubos se rompiam e provocavam a parada dos navios em alto-mar para os reparos necessários. Isso atrasava a ordem de movimento e os compromissos assumidos com os Aliados na África.

Um facto desagradável aconteceu na travessia dos contratorpedeiros para Salvador. Alguns marinheiros do *Rio Grande do Norte* em viagem sabotaram o navio, alijando o combustível que se encontrava estocado no convés em sacos de carvão, assim como toda a água de reserva, no período noturno. Assim, na altura de Camamu, o comandante do navio foi obrigado a fundear por falta de combustível. O Almirante Frontin determinou que o *Pianby* suspendesse e rebocasse o *Rio Grande do Norte* até Salvador. Imediatamente foi aberto um inquérito para apurar as responsabilidades. Naquela oportunidade foi verificado que existia uma incompatibilidade entre o comandante do navio e a guarnição que alegava maus tratos¹⁶. Não deve ser esquecido que a Revolta da Chibata eclodira apenas oito anos antes e muitos resquícios daquele acontecimento ainda existiam. A diferença social entre a oficialidade e a guarnição era grande, o que levava a esse tipo de conflito.

15 Relatório do Comandante do encouraçado “Minas Gerais” ao Chefe do Estado-Maior da Armada, anexo ao Relatório do CEMA ao Ministro da Marinha, 1918, p. 4.

16 Diário do Comandante José Felix da Cunha e Menezes, Imediato do Cruzador “Rio Grande do Sul”, volume 3, p. 41. Não publicado. Arquivo da Marinha, SDM.

Após a apuração dos factos, o Almirante Frontin admitiu que existia alguma razão nas alegações dos marinheiros do navio. Dessa forma, investido de poderes especiais por Alexandrino, destituiu o comandante do *Rio Grande do Norte*, substituindo-o pelo imediato do cruzador *Rio Grande do Sul*, determinando o regresso do primeiro ao Rio de Janeiro imediatamente. Certamente esse regresso selou definitivamente uma carreira que se descortinava brilhante, tanto que esse oficial superior já ocupara anteriormente a nobre função de Adido Naval brasileiro em Buenos Aires com excepcional desempenho.

Em Salvador os navios da Divisão receberam a preciosa cooperação da Companhia de Navegação Baiana que colocou todos os seus recursos em oficinas de reparos, docas e operários para atender as avarias apontadas durante a travessia (Maia, 1961: 62). Infelizmente não existia na Bahia, nem no Brasil, nenhuma fábrica capaz de dobrar tubos de caldeira, o que demandava solicitações de tubos novos ao estrangeiro, principalmente da Inglaterra e Estados Unidos da América. Naqueles tempos de guerra, os pedidos de tubos poderiam levar até dois anos para serem atendidos, o que transformava qualquer reparo em simples paliativo.

Ao final de maio suspenderam dois contratorpedeiros com destino a Natal, enquanto os outros dois só deixaram Salvador em final de junho, também em direção a Natal. Os cruzadores, por outro lado, seguiram para Recife, onde chegaram no dia 24 de junho.

Em Recife houve um facto extremamente grave, a morte de um marinheiro da DNOG, alvejado pela polícia local, depois de um grande tumulto. Muitas praças e policiais ficaram feridos na refrega, o que provocou a ordem do Almirante Frontin para que todos os componentes da Divisão permanecessem nos navios, sem saírem à terra, o que veio a criar um mal-estar com diversos componentes da Divisão que viam nessa atitude do almirante um ato arbitrário e sem sentido, principalmente para homens que se dirigiam para a guerra¹⁷.

No dia 01 de agosto a divisão unida suspendeu de Fernando de Noronha com destino a Dakar, passando por Freetown, onde seria incorporada à Esquadra Britânica lá localizada.

O propósito dessa primeira derrota até Freetown era destruir os submarinos inimigos que se encontravam na rota da DNOG. O armamento naquela ocasião para se neutralizar submarinos era bastante primitivo, não se comparando com nada que se viu na Segunda Guerra Mundial. Existiam bombas de profundidade de 40 libras que eram lançadas pela borda no local provável onde se encontrava o submarino. É interessante mencionar que o próprio submarino naquela oportunidade possuía pequena capacidade de permanecer mergulhado durante longo período de tempo, o que era uma grande limitação. Normalmente os ataques contra mercantes eram realizados utilizando-se os canhões localizados em seus conveses. A maior possibilidade de se destruir esses submarinos acontecia quando o inimigo vinha a superfície para destruir o alvo, ou por canhão ou

17 Carta de CC. José Felix da Cunha Menezes para a sua esposa Gabriela em 27 de setembro de 1918 de Dakar. Não publicada, cedida e autorizada para publicação pela família Goulart ao autor.

mesmo com o uso de torpedos. Nessa travessia inicial alguns rebates de “prováveis submarinos” foram dados, porém não tiveram confirmação.

Outro ponto interessante nessa travessia Fernando de Noronha/Dakar era a chamada faina de transferência de carvão em alto-mar. Esses recebimentos de combustível aconteciam em quaisquer condições de tempo e mar e obrigavam a atracação dos navios ao Cruzador-Auxiliar *Belmonte* e a utilização do Rebocador *Laurindo Pitta* para auxílio nas aproximações. Foram fainas perigosas que demandaram muita capacidade marinha dos tripulantes, além da natural vulnerabilidade durante os abastecimentos, quando os submarinos inimigos poderiam aproveitar a baixa velocidade dos navios para o ataque torpédico. A tensão reinante durante esses eventos era enorme, sem contar com as difíceis condições em que eram realizados. Os navios ficavam literalmente negros de carvão e todos trabalhavam do nascer do sol até o término do abastecimento (Carvalho, 1914: 120). A água passava a ser racionada e o banho era proibido, só sendo autorizado em dias determinados, geralmente antes da chegada de um porto. Pode-se imaginar o estado higiênico dos componentes da Divisão após um dia inteiro de trabalho transportando carvão, negros da cabeça aos pés com moinha, sem possibilidades de banho de água doce, recorrendo eventualmente a banhos de água salgada do mar!

As avarias nas caldeiras persistiam, geralmente o rompimento de algum tubo que necessitava ser reparado. Isso significava parar o movimento da Divisão, permitir o resfriamento da caldeira atingida, determinar a entrada de um ou dois marinheiros na seção atingida para a soldagem do tubo rompido. Essas ações deveriam ser realizadas no menor tempo possível, uma vez que a imobilidade dos navios permitiria a resolução do problema do tiro torpédico por qualquer submarino inimigo que estivesse espreitando a força brasileira.

Depois de oito dias de travessia a DNOG chegou ao porto de Freetown onde se agregou ao Esquadrão Britânico lá localizado. Nessa cidade os navios permaneceram por quatorze dias, reabastecendo-se e sofrendo os reparos necessários a continuação da missão.

No dia 23 de agosto de 1918 a Divisão suspendeu em direção a Dakar, tendo essa derrota sido muito desconfortável para as tripulações dos navios devido ao mau tempo reinante. Os navios balançavam intensamente, devido ao seu baixo deslocamento e dimensões.

Na véspera da chegada a esse porto africano no período noturno, foi avistado um submarino navegando na superfície. Imediatamente foi atacado pela força brasileira, no entanto o submarino conseguiu lançar um contra-ataque, visando o *Belmonte*, quase atingindo o seu intento, uma vez que a esteira fosforescente do torpedo foi perfeitamente observada a vinte metros da popa do navio brasileiro. Imputou-se à Divisão brasileira o possível afundamento desse submarino alemão. No entanto, verificando-se os registros após o término da guerra (Prendergast, 1932: 429), observou-se que não houve nenhum afundamento ou desaparecimento de unidade germânica naquela região, naquele período. Efetivamente, não houve nenhum afundamento de submarino na costa africana ao final de agosto.

No dia 26 de agosto os navios aportavam em Dakar e aí começariam as grandes provas dos tripulantes nacionais.

Todo esse martírio teria início quando determinado navio inglês, o *Mantua*, iniciou uma rotina observada pelos marinheiros brasileiros que o viam suspender de quando em vez para o alto mar regressando em seguida. Logo após soube-se que essas saídas eram motivadas para se lançar ao mar os corpos de homens de sua tripulação que haviam contraído a terrível “gripe espanhola”. Possivelmente o *Mantua* foi o responsável pela moléstia que vitimaria diversos tripulantes que nunca mais retornariam ao Brasil.

No início de setembro as primeiras vítimas brasileiras foram atingidas pela gripe mortal.

Os sintomas eram quase sempre os mesmos. Fraqueza generalizada, seguida de grande aumento de temperatura, com transpiração excessiva. Depois de três ou quatro dias de grande mal estar, seguia-se a tosse com expectoração sangüínea e congestão pulmonar. Alguns iniciavam as convulsões e os soluços, outros se debatiam em agonia, todos ávidos por água para debelar a sede incontrolável. Dentro de pouco tempo a morte se abatia derradeira e incontrolável.

A permanência em Dakar deveria ser curta, no entanto devido à gravidade da situação sanitária com a gripe, somando-se o impudismo e as febres biliares africanas, ela estendeu-se até novembro.

A descrição mais realista dos horrores por que passaram os marinheiros brasileiros foi a do então imediato do cruzador *Rio Grande do Sul*, Capitão-de-Corveta Orlando Marcundes Machado, três anos depois durante exposição no Clube Naval. Disse ele:

“Os doentes caíam ardendo em febre, cobertos de suor emplastrado com moimho de carvão, sem ter nem sequer quem os auxiliasse a tomar banho e mudar a roupa, pois os poucos válidos que lhes poderiam assistir nisso diminuam de hora em hora, de minuto a minuto. Essa situação era ainda agravada pela falta de toldo. O sol de Dakar é aquele que os habitantes dos nossos Estados equatoriais, revoltados com a sua inclemência, chamavam-o sol senegalesco... Foi então um gemer, um delírio, um pedir de água, um esperar por socorro, verdadeiramente consternador.” (Martins, 1997: 267)

Dos navios atingidos pelas doenças o mais afetado foi o *Belmonte* que dos seus 210 homens contaram-se 154 doentes¹⁸. Substituições foram solicitadas ao Brasil que vieram no paquete *Ásia* para completar os claros com as doentes.

Ao final faleceram mais de 150 brasileiros da DNOG pela “gripe espanhola”, isto é cerca de dez por cento do efetivo da divisão (Maia, 1961: 88).

Os navios britânicos e brasileiros em Freetown e Dakar ficaram inoperantes em face das condições sanitárias reinantes, estando a defesa do estreito entre Dakar e Cabo Verde somente a cargo de dois pequenos navios portugueses. Com grande esforço pessoal o comandante da DNOG conseguiu logo depois designar o *Pianí* para auxiliar os portugueses naquela área de operações (Maia, 1961: 91).

18 Ofício 184 de 11 de outubro de 1918 do Comandante da DNOG ao CEMA. Arquivo da Marinha.

No dia 3 de novembro a DNOG suspendeu de Dakar em direção a Gibraltar sem o *Rio Grande do Sul*, o *Rio Grande do Norte*, o *Belmonte* e o *Laurindo Pitta*, os dois primeiros avariados e os dois seguintes designados para outras missões. Sete dias depois os navios da divisão faziam sua entrada em Gibraltar. No dia anterior os britânicos perderam na região de Gibraltar o encouraçado *Britannia*, afundado por submarino, tendo sido essa a última perda de grande navio aliado na Grande Guerra de 1914 (Maia, 1961: 100).

No dia seguinte o armistício foi assinado, dando a guerra como terminada. Nossa missão de guerra findara, no entanto a Divisão prolongou sua permanência na Europa já que foi convidada para participar das festividades promovidas pelos vitoriosos aliados. Por cerca de seis meses os navios brasileiros permaneceram em águas européias participando das comemorações pela vitória visitando diversos países que tomaram parte naquele grande conflito.

No dia 9 de junho de 1919, depois de tocar Recife por breves dias, os navios da DNOG entravam na baía de Guanabara, porto-sede da divisão naval. Acabara assim a participação da Marinha de Guerra na Primeira Guerra Mundial.

Conclusão

Pela primeira vez em sua história republicana o Brasil enviou um grupo de navios de guerra para operar com países aliados na costa africana. Foi um exemplo de cooperação naval em um cenário internacional de defesa, no entanto não foi um exemplo feliz. A Marinha brasileira não estava preparada para tal empreendimento. Falta de treinamento dos componentes, obsolescência dos navios e despreparo do parque de manutenção e logística fizeram com que a Divisão levasse cerca de cinco meses para suspender e mais seis meses para chegar em Gibraltar, sua base de operações.

Pode-se imaginar o peso da responsabilidade do almirante Frontin em conduzir a Divisão de modo eficiente, tendo consciência de que a tarefa era maior que os meios a ele imputados.

A gripe espanhola, também, veio a agravar a situação sanitária de suas tripulações, atingidas em região inóspita, sem recursos e afastada do Brasil. O percentual de baixas com a gripe na DNOG foi de cerca de 10%, enquanto no Brasil, em diversos navios atracados no porto do Rio de Janeiro não chegou a 1%. Dez vezes mais doentes!

Poderia a preparação ter sido melhor realizada e mais recursos despendidos na prontificação da Divisão ainda no Brasil?

Muito se discute essa possibilidade sem respostas adequadas, no entanto, o certo é que tal empreendimento foi uma experiência singular. Em todos os sentidos.

As experiências da Grande Guerra, contudo não foram apreendidas como deveriam. Em 1942 o Brasil teve que contar com auxílio norte-americano para a defesa do país, pois os problemas persistiam.

Naquela oportunidade os tenentes de 1918 eram os almirantes de 1942.

As lembranças e sofrimentos já tinham sido esquecidos.

Referências Bibliográficas

- Carvalho, Mario Emilio (1914). *Notas sobre o Serviço e Manobra de Navios de Guerra*. Rio de Janeiro: s/ed.
- Gama, Arthur Oscar Saldanha da (1982). *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi.
- Maia, João do Prado (1961). *DNOG: uma Página Esquecida da História da Marinha Brasileira*. Rio de Janeiro: SDM.
- Martins, Hélio Leôncio (1997). “O Brasil na Grande Guerra” em Max Justo Guedes, *História Naval Brasileira* (1ª edição). Rio de Janeiro: SDM (vol. 5), pp. 262-278.
- Prendergast, Maurice e F. H. Gibson (1932). *Histoire de La guerre Sous-Marine 1914-1918*. Paris: Payot.

China and the Great War: Resilience of a «Minor» Asian Power

Raquel Vaz-Pinto*

Raquel Vaz-Pinto is Professor of International Relations and Researcher of the Portuguese Institute of International Relations, University Nova of Lisbon. Since March 2012, she is President of the Portuguese Political Science Association.

Introduction

This article has the goal of introducing a rather «new» debate from a Portuguese perspective: the rise of Asian actors in international society and, in particular, their role in the Great War. In order to do so it relies on the research and path breaking work of Zhang Yongjin, Naoko Shimazu, Erez Manela, William J. Duiker and Gerrit W. Gong. Nowadays, it defies belief to think of China as a small power. It is almost beyond imagination that a hundred years ago the current second biggest economy and military budget in the world, most populous country, third biggest territory, nuclear power and permanent member of the Security Council of the United Nations was a weak and divided country. We find many (and diverse) definitions of what constitutes a great power but most importantly is the combination between self-image and legitimacy: «great powers are powers which are recognised by others to have, and conceived by their own leaders and peoples to have, certain special rights and duties» (Bull, 1977: 196). This is the outcome of the inequality of states regarding their capabilities and power (Mosler, 1974: 25-27).

In 1914, the Republic of China, the first republic in Asia, was just two years old and struggling to survive as the heir to the Middle Kingdom. It is true that unlike other Asian territories such as India or Korea, the Republic of China was not, at least formally, a colony. At the same time it was not fully sovereign since several of its provinces were administered by great powers, such as France and Great Britain. This humiliating reality was mostly the result of the «unequal treaties» imposed since 1842 with the defeat at the hands of the British in the Opium War. It was this semi-sovereign status that prompt China into entering the Great War, although at a later stage. Moreover, China feared, and rightly so, that Japanese expansion would be made at the expense of Chinese territory. The imposition of the «21 Demands» in 1915 was only the last of many Japanese encroachments in China. Therefore, the Chinese government entered the First World War with very ambitious goals: to be able to revert its semi-colonised status and to achieve full sovereignty. In point of fact, China was characterised by *The Inquiry*, the com-

mission established by President Woodrow Wilson between 1917 and 1919 to analyse the issues deriving from self-determination, as «sovereign but without the rights of a sovereign power» (Winter, 2006: 66). Moreover, adding to the external pressures China was also facing a civil war and had competing sources of domestic power and authority going from regional warlords to a government in Beijing and a challenger in Guangzhou. This lack of internal consensus added to the perception by the great powers that China was fragile and incapable of fulfilling the duties of a sovereign state.

In China the beginning of the Great War was «a mixed blessing» (Zhang, 1991). Just like in other regions of the world the First World War meant that the great powers concentrated their attentions and resources in fighting each other, mostly in Europe. Therefore, there was relief and a reduction of the pressure felt in Chinese territories by the European great powers. But, at the same time, the vacuum of power was being filled by Japan, an ever closer neighbour and one with imperial goals (Best, Hanhimaki, Maiolo and Schulze, 2008: 63-67). Unlike China, Japan declared war on August 23rd of 1914 with the immediate goal of fighting German troops in the province of Shandong and, in particular, of controlling the naval base of Tsingtao. The successful amphibious operation was crucial for the perception of Japan as the key player in East Asia in the eyes of the Great Powers, reinforcing a view that stemmed from the Japanese victory over the Russian empire in 1905. In fact, as Naoko Shimazu has so brilliantly analysed Tokyo's goal in the Great War was to be recognised as an imperial great power by the *other* great powers going as so far as to introduce, albeit instrumentally and definitely not universally, a proposal concerning racial equality (Shimazu, 1998). In a nutshell, Japan was a «late imperial power» whose goals collided with China (Best, Hanhimaki, Maiolo and Schulze, 2008: 59).

The Rising Expectations of Asians and the Great War

Even if the means and the political status of all Asian actors were different they all (with the exception of Japan) shared the belief that by fighting in the Great War they would be granted greater autonomy or self-determination. On the British side, we have to highlight the presence of a very strong Indian contingent that reached nearly 1.2 million and that fought in France and more importantly in the Middle East; at the end of the war there were around 950.000 Indian troops outside its territory and casualties amounted from 62 000 to 65 000 soldiers (Metcalf and Metcalf, 2009: 163; Mohan, 2010: 4-11). The powerful role of India was part of what C. Raja Mohan called the «expeditionary tradition», a tradition later reinforced at the Second World War. It is true that during the period of Nehru this approach would be given a secondary status but the humiliating defeat at the hands of China in the war of 1962 made New Delhi realize that military power was still crucial to achieving foreign policy goals. This lesson would be put into practice by Nehru's daughter, Indira Gandhi, and particularly in the war against Pakistan in 1971 that led to the independence of Bangladesh.

In fact, throughout the Great War the «Crown Jewel» was very important not only from a military point of view but also to the maintenance of the colonial administrative machine, since many civil servants were called to the trenches of Europe. In this way the

First World War enabled local elites to reinforce their role in the civil service and governance. For India, there were high expectations that self-determination would be possible after the war. These hopes were not met and in fact the British response was very harsh as can be seen from the Rowlatt Acts and the Amritsar massacre. It was from this moment on that it became clear to the Indian elite that a new approach would have to be developed in order to deal with the British and this is the role that Gandhi would fulfil (Khilnani, 2003: 25-28). The idea of self-determination would also be central to Nehru as we can see from the organisation of the Asian Relations Conference in New Delhi in March of 1947 (Guha, 2008: 153-154).

On the French side, we have to look at the Vietnamese effort throughout the Great War. Due to the fact that many French workers were on military duty Paris «brought» Vietnamese to fulfil their places in the armament factories. In 1911, the number of Vietnamese living in France did not surpass hundred and they were mostly students, but in 1919 the community reached 50 000 (Duiker, 2000: 54, 56). It was not just the fact that all of them were exposed to a different way of life but also to a vivid intellectual debate, especially for those living in or near Paris. This intellectual and political context was a source of attraction for future revolutionaries. One of them, Nguyen Tat Than, tried to politically organize his fellow Vietnamese workers at the same time that he attempted to establish a platform that enabled the self-determination of Vietnam. Nguyen, like many others, responded positively and enthusiastically to Wilson's appeal. In 1919, he «drafted an eight point petition that appealed to the Allied leaders in Versailles to apply President Wilson's ideals France's colonial territories in Southeast Asia» (Duiker, 2000: 58). Moreover, he decided to present it in person to the National Assembly and President of France as well as to the delegations in Versailles, having to rent a tuxedo to do so (Herring, 2008: 418). Nguyen was also able to print his petition in *L'Humanité*, a militant newspaper linked to socialism (Duiker, 2000: 59). Despite having caused controversy at the Versailles Conference the response of the allied powers to the cause of Vietnamese independence never came. Nguyen, who later «became» Ho Chi Minh, said that he had been «deceived by Woodrow Wilson's song of freedom» (Duiker, 2000: 59-61).

China and the First World War: «The Middle Kingdom at the Periphery»

China, unlike Vietnam, was not a colony and it entered the war on the side of the Allies on August 14th 1917. And it was that decision that enabled China to send an official delegation to negotiate the peace treaty with Germany. The former Middle Kingdom entered the war with two goals: to try to contain Japanese expansion and, at the same time, to revert the unequal treaties and their claims of extraterritoriality and, thereby, to achieve full sovereignty (Zhang, 1991). In order for China to be able to achieve these goals it needed to overcome a very strong opponent: Japan. The roles of these two countries were clearly inverted in East Asia since Japan defeated China in 1895 and imposed an unequal treaty in Shimonoseki. In fact, this was the end of the sinocentric world since the Japanese were no longer the «dwarf slaves» or «Dwarf pirates» (Dikotter, 1994: 62;

Howland, 1996: 22). There had been previous signs when, in 1870, Japan had requested Korea, the most important member of the sinocentric world, a treaty of friendship and commerce. For Tokyo it was crucial to control the Korean peninsula in order to defend its territory and to serve as a basis for future expansions. The Treaty of Shimonoseki recognized the independence of Korea, ceded the Liaotung peninsula and Japan also gained Taiwan and the Ryukyu archipelago.

The rise of Japan is outstanding from many points of view and clearly pioneer in terms of the rise of a powerful Asian actor of international relations (Suganami, 1985: 185-199). One can only think of the alliance with Great Britain in 1902 and how the «victory of Japan over Russia in 1904-05 proved that non-Westerns could actually defeat westerners in a war and it later galvanized nationalist movements. It was a mind-blowing historical event that helped the demise of the Czars in Russia» (Vaz-Pinto, 2014: 217). But from China's side Shimonoseki was a great humiliation and another step in the partial and multiple colonisation that would influence the resentment and nationalism of Sun Yat-sen and Mao Zedong (Gittings, 1974: 37, 43). Japanese encroachment in Chinese territory would continue with the infamous «21 Demands» of 1915. These demands entailed the Chinese recognition of Japanese hegemony over the territories that it already controlled as well as the steel and iron industries in Manchuria and Inner Mongolia. China would become a Japanese «protectorate» (Fairbank and Goldman, 2006: 266).

It was with this background in mind that the Chinese leaders decided to participate in the Great War. China's war effort consisted of providing a workforce, similar to the Vietnamese «volunteers» since many European workers were in the frontlines. It was crucial to maintain armament factories at full production. Chinese workers were also important in performing several tasks in the battlefields such as digging trenches. The selection of these workers began in a recruitment centre in the province of Shandong and the ones chosen were sent on a truly epic voyage by sea to Europe. At the end of the war the number of Chinese working in Europe reached almost a hundred thousand and the number of casualties around 2500 (Spence, 1999: 286-289). The Allied victory in the war enabled China to maintain its expectations that it would be possible to reintegrate Shandong and to roll-back the *de facto* colonization. In order to defend these ambitious goals the Chinese government sent a team of their most able and experienced diplomats, from which the ambassadors to the United States and Great Britain, Wellington Koo and Alfred Sze, stood out.

But these goals were indeed too ambitious and far exceeded the capabilities of China precisely because they aimed at tackling issues that did not derive from the war itself (Zhang, 1991). Moreover, Chinese efforts in the war albeit important were much lesser when compared with Japanese intervention. And Japan was determined to have war spoils and Shandong was clearly one of them. The difficulties facing the Chinese delegation in 1919 were obvious when it was only accorded two seats at the Plenary of the Conference of Versailles. This was the result of being ranked as a «minor power», despite its vast territory and a 400 million population (Manela, 2007: 115). But being a smaller power also meant that the delegation could «only participate in sessions that dealt with

questions that directly concerned it» (Manela, 2007: 115 and Zhang, 1991: 52). As we know the negotiations over Shandong were hard and long and the Chinese delegation fought with brilliance for the justice of its case. China was asking for the return of its territory, and one with symbolic importance since it is considered to be the «cradle of Chinese civilisation» and the birthplace of Confucius and Mencius (Manela, 2007: 178; Macmillan, 2002: 348-349). At Versailles, China espoused what Erez Manela described as the «Wilsonian Moment» and the American President was characterised as a prophet and a saviour (Manela, 2007: 19-34). Chen Duxiu, later one of the founders of the Communist Party of China, stated that Wilson was the «number one good man in the world» (Manela, 2007: 107).

Japan counter-argued with the «21 Demands» and the Secret Notes exchanged between the two governments in September of 1918. Due to the intransigent position of Japan and with the fear that they would not sign the Covenant of the League of Nations, President Wilson caved in and gave Shandong to Tokyo (Zhang, 1991 and Shimazu, 1998). The final announcement regarding Shandong left the Chinese delegation «shattered» (Macmillan, 2002: 348-9). The enthusiasm with Wilson was to be proportional to the disappointment felt by the Chinese when the Big Three decided to hand-over Shandong to the Japanese. The decision favouring the Japanese led to protests in China, like the 4th of May Movement and its genuine articulation of nationalism, but also in Paris. In point of fact, the protesters outside the hotel where the Chinese delegation was hosted prevented them from leaving and, therefore, China was the only delegation not to have signed the Treaty of Versailles (Spence, 1999: 288-289). China was indeed the «Middle Kingdom at the Periphery» to use Zhang Yongjin's expression.

The «Wilsonian Moment» and the Chinese People

One of the most striking features of China's participation in the Great War and later in Versailles is the belief in the ideals of Woodrow Wilson and his popularity. How was this possible? Erez Manela helps us to understand that in the eyes of the Chinese elite Wilson's message was appealing because it would be effective. This is to say that not only self-determination fitted like a glove into China's hopes and foreign policy goals but because it came from the president of the United States it had a good chance of success (Manela, 2007: 4-5 and 53). At the same time an extraordinary effort of propaganda was carried out and it was led by George Creel's Committee on Public Information that entailed, amongst other efforts, the establishment of a Chinese-American News Agency, the Zhong-Mei News Agency, the distribution of photographs of Wilson and the translation of his wartime speeches into Chinese (Manela, 2007: 99-101). And by the time the Peace Conference in Paris began «many Chinese students could recite the Fourteen Points by heart» (Manela, 2007: 102). Moreover, many of the Chinese elite had studied in the United States, including three of the five plenipotentiary representatives at Versailles, and there was an influential Diaspora.

The disappointment and disillusion that followed the «betrayal» of Shandong can be summarized by the following pamphlet published by the Shanghai Student Union:

«Throughout the world like the voice of a prophet has gone the word of Woodrow Wilson strengthening the weak and giving courage to the struggling. And the Chinese have listened and they too have heard (...) They have been told that in the dispensation which is to be made after the war, un-militaristic nations like China would have an opportunity to develop their culture, their industry, their civilization, unhampered... They looked for the dawn of this new Messiah; but no sun rose for China. Even the cradle of the nation was stolen» (quoted in Manela, 2007: 188).

The strong and almost religious wording of this pamphlet shows us the depth of the disappointment that led to the May Fourth Movement of 1919. Around 3000 students gathered in Tiananmen Square protesting the decision in what is considered to be the first genuine manifestation of nationalism in China. This protest expanded to other cities and led to the boycott of Japanese goods (Fairbank and Goldman, 2006: 257-278). The May Fourth Movement was so strong and truly foundational that it is still claimed today by the Guomindang and the Communist Party of China as their intellectual awakening moment (the former was established in 1912 and the latter would only be founded later in 1921) but also by the dissidents that signed the «Charter 08» (Vaz-Pinto, 2009: 93-100). The Republic of China ended up joining the League of Nations as one of its original members and even in 1920 was elected non-permanent member of the Council. Despite the fact that the province of Shandong would later be returned by Japan within the settlements regarding the Washington Conferences of 1921-1922, Tokyo's appetite for Chinese territory would not diminish.

One of the most surprising features of the Great War was the rise of Asia as an actor of International Relations. This was, of course, a path pursued by Japan and its ascent to great power status. At the same time the fact that the Chinese delegation was *not* present at the final moment in Versailles was baffling to the great powers. It showed the resilience of a newfound nationalism after the collapse of the Chinese empire and its civilizational foundation. For the United States this would be one of the many «lost chances» regarding China since «it was only after the collapse of the Wilsonian moment and the stabilization of the Soviet state that Lenin's influence in the colonial world began to eclipse Wilson's» and the «beginning of the outreach efforts of the Third International in the early 1920s» (Manela, 2007: 7, 103).

On balance, by looking at China we are able to better understand the impact of the Great War in a non-European small power. China was indeed a «minor» or small power because it was so weak, divided and «colonised». Its role in the war itself can only be described as minor or peripheral but its resilience can only be described as extraordinary: trying to deal with the «international» after the collapse of the sinocentric world, facing an imperial neighbour and with no true allies in the war or in the post-war order (or disorder). It reinforced the fact that «China chose to resist the imposition of the standard of civilization and its unequal treaties both in imperial and republican times» (Vaz-Pinto, 2014: 216; Gong, 1984).

For China, the main lesson learned was the need to articulate the strength of ideas with the power of arms. In the words of Hu Shi, the main campaigner for a Chinese

literary reform, «China must not rely upon the wishes of other nations for settling our own affairs.» (Manela, 2007: 108-9 and 189). In order to fully grasp the intellectual debate and the shift prompted by the Great War and that would later bear fruit, we need to go beyond the great power level and also beyond the geographic boundaries of the West. From the point of view of Asia and the rise of Asian actors in international society, which characterise our current world, this is where it all truly began.

References

- Best, Anthony Best, Jussi Hanhimäki, Joseph Maiolo and Kirsten Schulze (2008). *International History of the Twentieth Century and Beyond*. London: Routledge.
- Bull, Hedley (1995). *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*. London: Macmillan (1st Ed. 1977).
- Dikötter, Frank (1994). *The Discourse of Race in Modern China*. London: Hurst and Company.
- Duiker, William J. (2000). *Ho Chi Minh: a Life*. New York: Hyperion.
- Fairbank, John K. and Merle Goldman (2006). *China, a New History*. Cambridge: The Belknap Press.
- Gittings, John (1974). *The World and China, 1922-1972*. London: Eyre Methuen.
- Gong, Gerrit W. (1984). *The Standard of "Civilization" in International Society*. Oxford: Clarendon Press.
- Guha, Ramachandra (2008). *India after Gandhi: the History of the World's largest Democracy*. Oxford: Pan Books.
- Howland, Derek (n/d). *Borders of Chinese Civilisation: Geography and History at Empire's End*. Durham: Duke University Press.
- Khilnani, Sunil (2003). *The Idea of India*. London: Penguin.
- Herring, George C. (2008). *From Colony to Superpower: US Foreign Relations since 1776*. Oxford: Oxford University Press.
- Macmillan, Margaret (2002). *Peacemakers: the Paris Conference of 1919 and Its Attempt to End War*. London: John Murray.
- Manela, Erez (2007). *The Wilsonian Moment, Self-Determination and the International Origins of Anticolonial Nationalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Metcalf, Barbara D. and Thomas R. (2009). *A Concise History of Modern India*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mohan, C. Raja (2010). "The Return of the Raj". *The American Interest*, May/June, pp. 4-11.
- Mosler, Herman (1974). "The International Society as a Legal Community", in *Collected Courses/The Hague Academy of International Law*, Vol. 140, 1974/IV, pp. 25-27.
- Shimazu, Naoko (1998). *Japan, Race and Equality: the Racial Equality Proposal of 1919*. London: Routledge.
- Spence, Jonathan (1999). *The Search for Modern China*. New York: W. W. Norton.
- Suganami, Hidemi (1985). "Japan's entry into international society", in Hedley Bull and Adam Watson (eds.), *The Expansion of the International Society*, Oxford: Clarendon Press, pp. 185-199.

- Vaz-Pinto, Raquel. (2009). "A Grande Muralha e o Legado de Tiananmen". *Relações Internacionais*, Vol. 23, pp. 93-100.
- Vaz-Pinto, Raquel (2014). "Peaceful Rise and the Limits of Chinese Exceptionalism". *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 57, Special Edition: China Rising: Strategies and Tactics of China's Growing Presence in the World, pp. 210-224.
- Zhang, Yongjin (1991). *China in the International System, 1918-1920: The Middle Kingdom at the Periphery*. Oxford: Macmillan/St. Antony's College.
- Winter, Jay (2006). *Dreams of Peace and Freedom: Utopian Moments in the 20th Century*. New Haven: Yale University Press.

* A preliminary version of this article was published as Vaz-Pinto, Raquel «A Grande Guerra e a Ascensão da Ásia: a China e o Japão», in *Relações Internacionais*, June 2014, Vol. 42, pp. 107-116.

The “Small” Power of Small Gardeners during the Great War

Ana Duarte Rodrigues

Researcher fellow of the Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências of the Faculdade de Ciências of the University of Lisboa and an associated researcher of the Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia. She has received her PhD (2009) in Art History of Early Modern period from NOVA. She is the editor of Gardens and Landscapes of Portugal journal and coordinates the Collection of Gardens and Landscape Studies.

Introduction

The mainstream stressed by the colloquium “Small Power is a Power? The role and resilience of small and medium powers during the Great War 1914-1918” was the diminutive power of some countries and their role during the Great War. How they could influence war development and the final result. However, we can follow the same rational and wonder what power each person had, what difference he could make. The small power of each entity should not be underestimated and can make the difference. Gardeners, small gardeners, common people gardening, seem totally powerless. Though, they had a small and specific power that in wartime meant the difference between life and death: their ability to produce horticultural goods.

In this paper, I seek to give voice to the smallest of the smallest and my goal is to stress the idea that each of us in its own realm has a certain power, beyond war context and war chronologies. We can hardly think of something less important or less powerful than a gardener in war time. Nonetheless, I want to show that the smallest gesture can contribute to a major cause, such as the least activity of selling a flower because the income was to buy products for soldiers.

This research is the result of a previous work on the Victory gardens (Gowdy-Wygart, 2013; Hayden-Smith, 2014) and Defiant gardens (Helphand, 2006) especially created in the American context of war times of the First and Second World Wars (Rodrigues, 2014). This more general understanding of the role of gardens during War time or on the value of landscape during and after the two World Wars was the starting point for a deepen research of primary sources. Thus, the results presented in this paper come from the cross-reading made on two journals that were able to function during the First World War: the French journal *Revue Horticole. Journal d'Horticulture Pratique*¹ which

1 Director L. Bourguignon. *Revue Horticole. Journal d'Horticulture Pratique*. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, 1914-1918. The *Revue Horticole* publishes messages of comfort and it is supportive to all the

gives a lot of cross information between war and gardening published from 1914 until 1918, and the Portuguese journal *Ilustração Portuguesa*² that beyond society issues, also includes some interesting and similar information to *Revue Horticole*, but specifically on the Portuguese case for the years of 1917 and 1918. I have to stress this is a work in progress because the results achieved so far are based on these two journals and for a broader spectrum the information should be crossed with other journals, namely the *Gardeners' Chronicle*³, and other documentation. Nevertheless, the material that I had access so far is so important for the subject that I decided to transcribe entirely the most interesting text found on this subject and many parts of other journals are also included in this paper footnotes because they are totally unknown for the scientific community. The research made so far supports with legitimacy the conclusions reached. Finally, in terms of methodology, I will use these primary sources to assemble all the information that match recent definitions of resilience as a concept of empowerment.

One of the most curious things about wartime is to recognize how daily life still continues. Even gardening which seems a dispensable activity during wartime, it was not. Gardens cultivated during wartime show the resilience of gardeners – most of the times women who were not professionals –, through their ability to take advantage of the productive side of horticultural knowledge and adapt it for a crisis situation. This conveys their power to contribute for war effort.

Empowerment of Women who Became Gardeners

The Great War conveyed an opportunity for women's empowerment because many tasks were assured through their work force. Agricultural and horticultural tasks were among the ones that contributed to women's empowerment and showed their resilience, their capacity to recover and adapt to stress factors.

Pleasure gardens were transformed into productive gardens, especially by women. The "Victory gardens" were created in the United Kingdom and in the United States of America during the Great War to replace the diminution of food's production. The campaign was launched by the National War Garden Commission in March 1917 (Hayden-Smith, 2014). The posters of the "Victory gardens" show they were dedicated to women because it was usually a woman that was depicted sowing the seeds of victory. These gardens are called the "Victory gardens" because of the slogans on them: "Sow the seeds of Victory! Plant and raise your own vegetables"; "Your Victory garden counts more than ever!"; "Plant a Victory garden. A garden will mane your rations go further. Our food is fighting"; "The seeds of Victory: insure the fruits of peace" (this one from the National War Garden Commission divulging the *Book on Horticulture* that was offered

gardeners and people related with their profession who died in, or their sons, in war. They also list all the material losses of greenhouses, plantation fields and so one and enumerate with lot of cases how war has damage the commerce and business of many gardeners and farmers.

2 José Joubert Chaves (ed). *Ilustração Portuguesa*. Lisboa: Empreza do Jornal O Século, consulted the years between 1914 and 1918.

3 Which activity never stoped. *Gardeners Chronicle, Horticultural Trade Journal*. London: Haymarket Publishing.

by them); “War gardens for Victory: grow vitamins in your kitchen door”; “I seen we’re fighting the war together. Food fights for Victory. Plant a Victory garden” (Gowdy-Wygart, 2013; Rodrigues, 2014). This last poster shows a young man as a soldier with an older man gardening and they say they are fighting together proving gardening activities contributed to the war effort.

Nevertheless, most of the times women were the gardeners because they had stayed at home and this would be their contribution to the war effort: to replace food production through kitchen gardens cultivation of what Harry Everett Townsend’s (1879-1941) poster “War rages in France: we must feed them: they cannot fight and raise food at the same time” (1917) published by the United States Food Administration⁴ is an evidence. As well as Herbert Paus’ (1880-1946) poster “The woman’s Land Army of America: women enlist now and help the farmer fight the food famine” where we see a woman carrying vegetables and another one the American flag⁵.

In France, women were taught in a systematic way to replace men work in agriculture, but also in horticulture. The first School of Horticulture for Women was created in France, called Ecole de Brie-Comte-Robert, and used 5 hectares of terrain in Clamart for teaching and experimentation, owned by the couple Destombes who let them use the land for that noble and necessary purpose. This was especially dedicated for young women who wanted to become professional gardeners. Among this group the most capable were chosen to rebuild the gardens destroyed by war in the liberated countries. But it was also dedicated to amateurs and refugee women to whom was given a small kitchen garden and seeds for cultivation⁶.

Soldiers, Prisoners and Students who Become Gardeners

There is another group of wartime gardens, made much closer to the battle field: the so called “Defiant gardens”. This term was conveyed by Kenneth Helphand (2006) to identify those built behind the lines of the Western front; as well as the gardens created by prisoners of War. Some photographs show us kitchen gardens cultivated in Ypres Salient in France during the Great War, essential to replace the lack of fresh vegetables and

4 Maria da Graça Garcia e João David Zink (eds.) (2004). *I Guerra Mundial: Cartazes da Coleção da Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN, Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), CT. 748 R, pp. 86-87.

5 Hert Paus (1918). *The Woman’s Land Army of America*. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), CT. 780 R., *idem*, pp. 76-77.

6 “Enseignement horticole pratique pour femmes.- L’Union pour l’Enseignement agricole et horticole feminine, à qui est due la creation de la première Ecole d’horticulture pour femmes en France (Ecole de Brie-Comte-Robert), vient d’organiser un enseignement horticole pratique donné aux femmes et aux jeunes filles sur 5 hectares de terrain situés à Clamart (Seine), mis gracieusement à sa disposition par M. Et Mme Destombes, propriétaires. Cet enseignement, donné par groups, s’adresse en particulier: 1° A des femmes ou jeunes filles détreuses de se faire une situation comme “jardiniers” parmi lesquelles l’Union choisira les plus capable pour les envoyer dans les pays libérés y refaire les jardins dès que les pouvoirs publics le jugeront possible; 2° A des amateurs; 3° A des femmes réfugiées à qui sera confiée la culture d’un petit jardin et qui recevront, à cet effet, des graines, etc. Pour tous renseignements, s’adresser à Mlle Latappy, agrégée de l’Université, présidente de l’Union pour l’Enseignement agricole et horticole féminin, 43, rue. Claude-Bernard (1916). “Paris”. *Revue Horticole. Journal d’Horticulture Pratique*, nouvelle série – Tome XV, 88^e année. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, 16 de Avril, p. 4.

even to diminish famine. This practice comes until recent times. In a camp of refugees in Ingushetia in Russia in 2003 we also see some photographs of kitchen gardens cultivated around tents. The need to take care is also recognized in a photograph of an American soldiers' camp in Baghdad, in Iraq in 2007. However, it is not anymore a kitchen garden, but a lawn: when the lack of food is no more an issue the aesthetic character of the garden comes out.

In France, soldiers were ordered to help in agricultural fields' cultivation⁷ and in the cultivation of military and civil gardens⁸. The minister of Agriculture has charged the president of the *Oeuvre Lilloise des Jardins Ouvriers* to organize the cultivation of kitchen gardens through the whole territories for the army and civil population. All types of small-scale cultivation could involve staple crops, as well as traditional "kitchen garden" species, and they had constituted a major source of food for the war community. After some months, they published the remarkable results achieved with these kitchen gardens: 5622 kitchen gardens were created in the interior of France in 1916 which have produced 13 million of vegetables⁹. This action was headed by M. Méline at the Ministry of Agriculture in 1915 and Ducrocq, chef de bureau, attained great results already in 1916. Thus, the following ministers of Agriculture have amplified this task and the military gardens occupied 8000 hectares in 1917, more 6000 than in 1915. This solution was fully appreciated by visitors of Vincennes, Tremblay and Joinville's gardens who were totally aware of the important outcome for soldiers' nurturing this was (Document 2). Many

7 "L'armée et les travaux agricoles. – Le ministre de la Guerre a donné aux généraux commandant les régions des instructions pour que des permissions agricoles soient données aussi largement que possible; nous extrayons de ces instructions le passage suivant: "J'appelle toute votre attention sur l'intérêt qui s'attache à la mise en oeuvre de tous les moyens dont nous disposons pour venir en aide à l'agriculture...pour augmenter encore les ressources en main-d'oeuvre disponibles, j'ai décidé qu'il serait fait état, soit pour l'attribution des permissions agricoles, soit pour la formation d'équipes, de tous les militaires, mobilisables ou non, qui ne sont pas sous les ordres du général en chef, à la seule exception de la classe 1917 (...) Toutefois, écrit M. Henry Sagnier dans le *Journal d'Agriculture pratique*, il paraît que, malgré les ordres formels qui leur sont donnés, certains commandants de dépôts s'opposent encore à octroyer les permissions agricoles qui sont demandées régulièrement. Il serait utile que quelques exemples rappellent qu'ils devraient être les premiers à obéir aux prescriptions du ministre de Guerre." *Revue Horticole. Journal d'Horticulture Pratique* (1916). Nouvelle série – Tome XV, 88^e année. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, pp. 37-38.

8 "Les jardins militaires et civils – Le ministre de l'Agriculture a chargé M. Maxime Ducrocq, président de l'Oeuvre lilloise des Jardins ouvriers, d'organiser sur tout le territoire des jardins potagers à l'usage de la population civile et l'armée. Sur le désir exprimé par M. Méline, l'Académie d'Agriculture a convoqué le 24 mai les bureaux des grands sociétés d'agriculture ayant leur siège à Paris, à une réunion au cours de laquelle M. Ducrocq a exposé le mécanisme de l'organisation qu'il a mission de créer. L'assemblée a décidée de donner son patronage à l'entreprise, et elle a adopté une motion invitant les sociétés agricoles et horticoles de toute la France, ainsi que les Comités communaux d'action agricole, à prêter leur concours à son organisation." *Revue Horticole. Journal d'Horticulture Pratique* (1916). Nouvelle série – Tome XV, 88^e année. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, 16 Juin, p. 6.

9 "(...) On peut mesurer aujourd'hui l'importance des résultats obtenus grâce à cette heureuse initiative: 5.622 potagers militaires ont été créés dans la zone de l'intérieur. Entretenus par les homes des postes de G.V.C., des hôpitaux, ou des dépôts, ils ont produit pour 13 millions de légumes. À côté des jardins militaires, de nombreuses villes de banlieue ont converti également en jardins des terrains vagues, et ont pu, grâce au concours utile des sociétés horticoles et des professeurs d'agriculture, obtenir également d'excellents résultats." *Revue Horticole. Journal d'Horticulture Pratique*, *idem*, p. 6.

pleasure gardens were transformed into kitchen gardens and the cultivation of vegetables was growing. Parallel to this, more civilians were enrolled in this task. The House Vilmorin stood as an example and created a garden especially for teaching activities of the new workers that would collaborate with the military gardens (Document 2). Vilmorin's catalogue on crops of trees and shrubs continued to be launched after 1914 (Document 1). In the surroundings of Paris, all the non-cultivated areas were occupied by students of different grades and following their teachers, they had transformed them into productive ones (Document 2). The joint strength of the Ministry of Agriculture, Town Halls and private initiative developed an essential activity in war times because they understood gardens' potential.

In view of this, soldiers, prisoners and students became gardeners to contribute to war effort. However, it is also remarkable the case of gardeners who have become soldiers such as the special regiment created by Lord Kitchener in England fulfilled with gardeners (Document 1).

Flowers Come upon Soldiers' Needs

Many exhibitions were organized during war times to collect receipts for the soldiers and war effort, such as the one organized by the *Exposition d'Horticulture au printemps* in 1916. This exhibition held at the Cours-la-Reine in Paris was organized by the *Société Nationale d'Horticulture* in Spring to gather income for the works of horticulture of the invaded regions as well as for the wounded soldiers. In view of this charitable goal, there was no contest and the gardeners chosen to exhibit their products would only receive a medal, but not a prize¹⁰. Four exhibitions had already been organized by the *Société Nationale d'Horticulture de France* since the conflict had started until November 1916 and all the profit was for war effort¹¹.

This also happened in Portugal. First, it is important to remember that since the 19th century the interest for gardening and horticulture was growing in Portugal (Andresen and Marques, 1999). Even during war time, it was acknowledge floriculture (flower farming) was improving in Portugal. The development of horticulture was considered an important step to the success of agriculture¹², which was a very critical issue during

10 "Exposition d'Horticulture au printemps – L'exposition organisée cette année par la Société nationale d'Horticulture se tiendra au Cours-la-Reine, du 31 mai au 5 juin. Les exposants sont invités à se faire inscrire avant le 1er mai à l'hôtel de la Société, 84, rue de Grenelle, à Paris. Rappelons que cette exposition est organisée au profit de l'horticulture des régions envahies et des oeuvres de blessés militaires. En raison des circonstances et de l'objet charitable de l'oeuvre, il n'y aura pas de concours, mais une médaille et un diplôme commémoratifs seront délivrés à tous les exposants." *Revue Horticole. Journal d'Horticulture Pratique* (1916). Nouvelle série – Tome XV, 88^e année. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, p. 21.

11 "Exposition d'Automne de la société d'Horticulture. La Société nationale d'Horticulture de France a ouvert, le 3 novembre, la quatrième des expositions organisées par elle depuis le début des hostilités, au profit des oeuvres de guerre". *Revue Horticole. Journal d'Horticulture Pratique* (1916). Nouvelle série – Tome XV, 88^e année. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, 16 Novembre, p. 174. And it continues with the description of the exhibition until p. 176.

12 "(...) horticultores que tão poderosamente concorriam para o desenvolvimento dos mais importantes ramos da agricultura, o que significa um valioso serviço ao país". *Ilustração Portuguesa* (1917), n^o 639, p. 324.

wartime when all goods were rare and starvation was generalized and it was considered of great benefit for the country (Nilsen, 2014).

Many exhibitions of flowers took place during these years such as the one held at Francisco Pacheco's garden¹³ and the ones held in Lisbon at the National Theater by the Portuguese horticulturists Alfredo Moreira da Silva & Filhos¹⁴, to show roses¹⁵ in 1917 and to show chrysanthemums¹⁶ in 1918. Beyond the supply of income for the Portuguese soldiers which was certainly a priority, these exhibitions conveyed a moment of evasion to a world of beauty, peace and hope that was more desirable than ever. The creation and access to green spaces, even if it is just the small portion of a kitchen garden, promotes individual human health, well-being and social health, in systems disrupted by violent conflict (Tidball, 2014).

Often the income of this kind of exhibitions would go through the journal *O Século* to the Portuguese soldiers and to the "Sopa dos pobres"¹⁷ (poors' soup). Alfredo Moreira da Silva & Filhos cultivated also fruits and they had made exhibitions also with those products in Régua¹⁸, in the north of Portugal, and in Lisbon, which was also to provide income for Portuguese soldiers through the *O Século* journal¹⁹. Their presentation included 105 different qualities of fruits considered of high quality.

13 "De facto, n'esta época do ano, encontram-se muitos jardins particulares engalanados com as belas flores, como o do Sr. Francisco Pacheco que n'ele organizou uma magnífica exposição, disposta artisticamente e com bom gosto. A floricultura tem atingido ultimamente, entre nós, um desenvolvimento, que nos apraz registar. E de todas as flores d'outono as que foram melhor recebidas no nosso meio e tem merecido aos amadores d'esta primorosa e delicada arte maiores cuidados são, sem dúvida, os crisantemos." *Ilustração Portuguesa* (1918), nº 665, p. 417.

14 The nurseries built by Alfredo das Rosas still exists.

15 "Ninguém diria que este maio pardo e frio nos havia de trazer do norte a mais linda visita de rosas variadas, fresquíssimas e soberbamente coloridas que Lisboa tem admirado. Fizeram esse milagre os grandes horticultores portuenses srs. Alfredo Moreira da Silva e filhos, em cujos vastos viveiros de Perosinho e Grijó, os mais afamados da península, Flora e Pomona ostentam as mais fascinantes e apetitosas das suas belezas. O que ha de mais elegante e de culto na capital ficou extático perante o jardim feérico, improvisado sob a direção dos srs. Albano e João Moreira da Silva no luxuoso salão do Teatro Nacional." *Ilustração Portuguesa* (1917), nº 639, p. 393.

16 "Nunca Lisboa admiron tão variada e opulenta coleção de crisantemos, como a que os grandes horticultores portuenses srs. Alfredo Moreira da Silva e Filhos tiveram exposta por tres dias no salão do Teatro Nacional. Tanto os elementos officias como o público concorreram em grande número a ver essa flôr maravilhosa do outono, cortada e em vasos, cuja disposição dava a impressão magnifica de um verdadeiro jardim, onde floriam tambem soberbos craveiros, tendo ainda a ornamentalidade uma diversidade de plantas decorativas. Desde a mais delicada flôr de estufa á mais poderosa arvore florestal, não ha especie para sala, jardim, pomar, horta e mata, que os srs. Moreira da Silva não tenham em abundancia nos seus viveiros de Perosinho de Grijó, os maiores da península. D'elles tem saído para todo o paiz de norte a sul, as plantas de mais confiança, e que se admiram nos melhores jardins, pomares e florestas. Não são poucas tambem as que exportam para fóra do paiz, tal é o crédito de que gosam os inteligentes e ativos horticultores, mesmo no estrangeiro." *Ilustração Portuguesa* (1918), nº 663, p. 368.

17 "(...) dos srs. Moreira da Silva terem resolvido que o producto das entradas, que ascende á soma de 652800 escudos, fosse applicado á subscrição do Seculo para os nossos soldados e á "Sopa para os pobres", tambem da iniciativa do mesmo jornal." *Ilustração Portuguesa* (1917), nº 639, p. 394.

18 "De todos os expositores que concorreram de fóra do concelho, os que mais fizeram admirar os seus productos foram os grandes horticultores portuenses srs. Alfredo Moreira da Silva e Filhos, que apresentaram 105 qualidades de frutos e todos eles lindos e soberbos." *Ilustração Portuguesa* (1918), nº 654, p. 196.

19 Cf. "Por esplendida a exposição de frutas realisada na sucursal do Seculo, no Rocio, pelos grandes horticultores portuenses srs. Alfredo Moreira da Silva e Filhos, revertendo a importancia da sua venda a favor do cofre de beneficencia do mesmo jornal e para o qual os mesmos bemfeitores por vezes tem concorrido. Os exemplares expostos, todos das melhores castas que ha no paiz, aguçaram o apetite das pessoas que os admiraram e que os pagaram por bons preços." *Ilustração Portuguesa* (1918), nº 655, p. 208.

The success of Alfredo Moreira e Silva's enterprise is quite exceptional because during wartimes the horticulture business was very affected. Greenhouses were destroyed in many regions of France and Belgium²⁰, the most affected country by the "barbarians" (Document 1). The horticulture commerce in Belgium disappeared completely during wartime because most greenhouses were destroyed and the others did not have heat, thus the plants died (Document 1). French merchants were imprisoned for exporting flowers to Germany accused of trading with the enemy, such as the case of Karl Hasslach from Provence who sold crops to Germany²¹. At the same time the *Revue Horticole* announced that Germany had forbidden the importation of all luxury articles and among them were the flowers from Holland²². Holland was a neutral country depending a lot on this commerce with Germany, but the production and exportation of bulbs has augmented, not to the European countries in war but to America (Document 1). The production of bulbs was so high in 1914 that the government decided to use it mixed with wheat to make bread (Document 1).

The Royal Horticultural Society in England, after a short period of suspended activities, returned with a strong activity of flowers sell which profit went to the Belgium soldiers (Document 1).

Besides the exhibitions of flowers and fruits, the sold of flowers in Lisbon's streets to beneficiate Portuguese soldiers are one of the most evident actions when horticulture has contributed to war effort. It is publicized that more than a thousand Portuguese young women were selling flowers in different neighborhoods in Lisbon. For the second time, this action collected at the bottom "30 contos" for Portuguese soldiers²³.

20 The news from Belgium arrived to the *Revue Horticole* through England, especially through the Gardeners' Chronicle and many important personalities of the horticulture Belgium universe became refugees in England. Although many greenhouses were destroyed, the Brussels botanic garden was not (Document 1).

21 "Le commerce horticole et la guerre – M. Karl Hasslach, marchand grainier à Saint-Remy de Provence (Bouches-du-Rhône), a été condamné pour commerce avec l'ennemi à trois ans de prison et 20.000 fr. d'amende. Un pourvoi en revision formé par lui a été rejeté". *Revue Horticole. Journal d'Horticulture Pratique* (1916). Nouvelle série – Tome XV, 88^e année. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, 16 Avril, p. 4.

22 "L'importation de fleurs naturelles en Allemagne.- Le Gouvernement allemand a décidé d'arrêter l'importation de tous les articles de luxe. Ceci comprend les fleurs coupées, et conséquemment le commerce de "fleurs ennemies", par la Suisse, sera supprimé. Cette prohibition donnera un grand coup aux horticulteurs fleuristes hollandaise. Depuis que les fleurs méditerranéennes n'entrent plus facilement en Allemagne, de gros envois y sont importés de Aalsmer, où les prix se sont élevés à une valeur inusitée. Comme les horticulteurs hollandais ne vivent que de leur commerce d'exportation, beaucoup d'anxiété existe parmi eux, car dans les circonstances actuelles, il n'y a pas d'espoir de trouver d'autre marché étranger". *Revue Horticole. Journal d'Horticulture Pratique* (1916). Nouvelle série – Tome XV, 88^e année. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, 16 Avril, p. 4.

23 "A venda da Flor nas ruas de Lisboa, em beneficio das obras de assistencia aos nossos soldados, realison-se pela segunda vez com o mesmo exito da primeira, porque não foi menor a admiravel dedicacão por parte das gentilissimas senhoras que a levaram a efeito nem o acolhimento simpatico que lhes fez o público, contribuindo generosamente para que a receita não fosse inferior á do ano passado. E, na verdade, a despeito da crise pavorosa que atravessamos, a venda da Flor produziu perto de trinta contos, quer dizer aproximou-se muito da receita da primeira. Mil vendeuses, entre as quaes predominavam as meninas, espalharam-se por todos os bairros da cidade, entregando as suas pequeninas rosas bravas e recebendo em troca qualquer donativo, desde o mais insignificante, uma humilde moeda de cobre, até o mais valioso, um masso de libras ou de notas de cem escudos...". *Ilustração Portuguesa* (1918), nº 636, p. 324.

Gardening as the Solution for Wounded Soldiers

It was not only the income achieved with gardening for war effort that shows the resilience of gardeners. There is a much pitiful contribution: to provide an activity to blind soldiers. Men whose blindness was caused by war became occupied in gardening activities during the Great War. A strong sense of solidarity towards these soldiers guaranteed they received piety, but especially protection and care. Following the French example where blind men were taught the most variegated activities such as gardening²⁴, textiles' industry, pottery, among others²⁵. The French mutilated were occupied in horticulture when they returned from the war front wounded²⁶. The *Société d'Enseignement Professionnel du Rhône* and the *Association d'Assistance aux Mutilés* of this department have built conditions for the employment of many mutilated. They have showed how mutilated men could dig 20 meters in one hour and a half.

This was the most positive manifestation of a resilience attitude if we take into consideration the ability of communities to break out of destructive cycles and dig into progressive systems of social protection. With antecedents dating back to the Middle Ages, the community garden provides fresh food and instills community cohesion. Gardens and gardening during the Great War became a repository of small actions of social concern and economic impact. It saw unprecedented measures to improve the lot of the families and soldiers, but there is also an underlying aesthetic meaning which is part of their resilience.

24 "L'enseignement horticole pour les blessés de la guerre – L'École d'agriculture organise une école d'apprentissage pour la formation de mécaniciens ruraux, et des sections agricoles, notamment de jardinage, qui pourront incessamment recevoir des élèves. Y seront reçus: 1° Les mutilés de la guerre, réformés n° 1; 2° Les réformés en instance de pension; – 3° Les blessés en traitement dans les centres de Neurologie, de Mécanothérapie, etc., de la région. Pourront y être admis également les cultivateurs n'appartenant à aucune des catégories ci-dessus, sous réserve du paiement de leurs frais d'entretien. Des diplômes seront décernés à la fin des études. Les candidats sont invités à se faire inscrire au Secrétariat de l'École, qui leur fournira les renseignements utiles". *Revue Horticole. Journal d'Horticulture Pratique* (1916). Nouvelle série – Tome XV, 88^e année. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, 16 Janvier 1917, p. 199.

25 "Os soldados que tiveram a desgraça de perder a vista nos combates d'esta guerra merecem sem duvida toda a piedade, mas merecem tambem e sobretudo toda a proteçao e todo o interesse. (...) Em França ensinam-se hoje aos cegos quasi todos os officios. Alguns empregam-se já nas fabricas de tecidos, outros fazem trabalhos de jardinagem, outros são oleiros, outros servem-se já com notavel pericia da maquina de escrever?". *Ilustração Portuguesa* (1918), n° 639, p. 389.

26 "Utilisation des mutilés en horticulture.- Au moment où le retour à la terre des mutilés d'origine rurale préoccupe à juste titre les bons esprits, il n'est pas sans intérêt de signaler les efforts faits pour fournir à l'horticulture des sujets utiles en réadaptant aux travaux horticoles les mutilés de la guerre.

La Société d'enseignement professionnel du Rhône et l'Association d'assistance aux mutilés de ce département ont, dans un concours sérieux tenu le 7 octobre à Montuel, aux environs de Lyon, prouvé l'utilité de leurs efforts. Les épreuves présidées par le médecin inspecteur Lapasset et par M. Deville, directeur honoraire des Services agricoles du Rhône, ont démontré la possibilité d'emploi de nombreux mutilés. C'est ainsi que le concours à la bêche a réuni 10 amputés du membre supérieur dont les mieux classés sont parvenus à bêcher, en une heure et demie, 20 mètres carrés.

M. Julien, à qui l'on doit déjà de nombreux appareils permettant la rééducation agricole des mutilés, en a imaginé permettant à des manchots des travaux comme ceux du rempotage et du repiquage. Il y a là des efforts intéressants que nous aurons l'occasion de suivre". *Revue Horticole. Journal d'Horticulture Pratique* (1916). Nouvelle série – Tome XV, 88^e année. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, 16 Novembre 1916, p. 167.

Conclusion

Each of these vernacular gardens, created in moments of crisis are supposed to solve the lack of food production, but actually end by giving an answer to many other issues. The truth is that they represent a significant power of resilience in a crisis situation and stand as an example of creative responses to economic, political, social and cultural crisis in critical moments.

Gardeners and their role during the Great War stand out as a perfect example of resilience coming out of multi-way relationships between all levels of the system facing the disaster, working in synergy with a micro scale context and bottom-up perspective²⁷.

Following Mitchell definition of resilience I recognize in gardeners' actions the capacity to anticipate and prepare for a shock or stress, secondly, the capacity to absorb, accommodate stress or destructive forces through resistance or adaptation, thirdly, the capacity to manage, or maintain certain basic functions and structures, during disastrous events and finally, the capacity to recover or "bounce back" after a shock or stress (Mitchell, 2011).

Annexed Documents

Document 1

G. T. Grignan (1914). "La Guerre et l'Horticulture". *Revue Horticole. Journal d'Horticulture Pratique, nouvelle série* – Tome XV, 86^e année. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, 16 aout, pp. 373-377.

"Nous avons exposé, dans notre numéro du 16 aout 1914, les circonstances dans lesquelles l'Allemagne et l'Autriche-Hongrie ont déchaîné une guerre sans exemple, dont le monde entier subit actuellement les conséquences formidables. La France a subi une attaque féroce à laquelle elle a résisté, et continue à résister, avec une vaillance et une énergie auxquelles l'univers rend un hommage mérité. Avec le concours de ses alliés auxquels un pacte solennel l'a indissolublement unie, elle triomphera certainement, mais la lute sera longue et c'est au prix d'efforts soutenus que la victoire sera la récompense finale.

Ceux à qui le peu enviable privilège de l'âge interdit de prendre une part active à la bataille ont le devoir de servir leur pays en pansant de leur mieux les blessures, en réparant les ruines, en s'attachant à mettre en oeuvre les forces qui subsistent, pour éviter des ruines plus grandes et préparer l'avenir. C'est dans ces douloureuses conditions que la Revue Horticole reprend aujourd'hui, malgré des difficultés encore très grandes, sa publication interrompue.

Nous allons reproduire les renseignements qui nous sont parvenus concernant les principaux pays occidentaux engages dans la lute, en évitant de retracer le tableau des horreurs que tout le monde aujourd'hui connaît. La plupart de ces

27 See Caroline Hargreaves (2012). "The Concept of «Resilience»: Assessing the Applicability of the Discourse across the Development and Humanitarian Sectors". London School of Economics and Political Science, http://www.academia.edu/1635866/The_Concept_of_Resilience_Assessing_the_Applicability_of_the_Discourse_Across_the_Development_and_Humanitarian_Sectors.

renseignements sont puisés dans des correspondances privées et dans notre excellent confrère, le *Gardeners' Chronicle*, plus favorisé que nous au point de vue des services de transports.

Nos deuils

Il nous faut d'abord envoyer un souvenir ému aux braves qui sont tombés sur les champs de bataille. Cet hommage nous est d'autant plus cher qu'il s'adresse, en particulier, à deux amis.

M. Pierre Roger, administrateur de la Librairie agricole, adjudant de réserve au 69^e régiment d'infanterie, est mort à la suite de blessures reçues dans la bataille de la Marne. Il s'était fait unanimement apprécier par les qualités qu'il a déployées dans le poste important qu'il occupait depuis trois ans.

Un de nos bons collaborateurs, M. Fernand de Condé, ingénieur agronome, lieutenant au 279^e régiment d'infanterie, a été tué au combat de Hoéville, en Lorraine, le 25 août, dans sa vingt-huitième année. Il était le second actif et dévoué du directeur de la Station d'essais de machines agricoles.

Citons encore parmi ceux dont le monde horticole déplorera la perte:

M. Etienne Lecoufle, ancien major de l'École nationale d'Horticulture de Versailles (1906), gendre et associé de M. Henri Vacherot, à Boissy-Saint-Léger, blessé mortellement le 30 août, à l'âge de vingt-huit ans.

M. Blanc, président de la Société d'horticulture de Boulogne-sur-Seine.

M. Jean Denaïsse, de Carignan.

MM. René Cauchoix, Crégut, Lagouanelle, Robert Sallier, Giraudet, Vignon (maison Brochard).

M. Jules Ragot, le distingué semeur de Glaieuls, a eu le chagrin de perdre son fils, M. Jean Ragot, âgé de vingt-huit ans.

M. Bernardin, du Comité des Roses, a également perdu un enfant.

Ceux qui ont été ou sont sur le front

Parmi les blessés, nous avons entendu citer M. Henri Nonin, l'unique fils de l'habile horticulteur de Châtillon-sous-Bagneux; MM. René Moser, Lionel Millet, L. Pinguet; le fils aîné de M. Pierre Passy qui, en outre, a été fait prisonnier; un des frères de M. Philippe de Vilmorin; M. Maurice Charles, gendre de M. Charles Maron; M. Graïndorge fils; M. Lamy, de Vitry; M. Albert Ligeard, de Cormeilles-en-Parisis, faits prisonniers tous deux.

M. Emile Thiébaud, le marchand grainier parisien, est également prisonnier.

Nous avons eu, d'autre part, de bonnes nouvelles de MM. Cayeux, Gaston Clément, Marcel Moser, Alfred Nombrot, Le Clerc, Philippe Rivoire, Barbier frères, Ripard, Rosette, Albert et Georges Truffaut, André Cauchoix, Olivet, Lagrange, Ernest Maron, Montigny, Lucien Gravereau, Sausy, qui tous ont rempli vaillamment leur devoir de patriotes depuis le début des hostilités.

M. Philippe de Vilmorin avait été appelé, quelque temps après l'ouverture des hostilités, à remplir les fonctions d'interprète auprès de l'état-major anglais encadrant les troupes indiennes; il s'est rendu ensuite à Londres pour prendre part aux travaux de la Commission internationale de ravitaillement des armées. Parmi les membres de l'importante maison Denaïffe, de Carignan, nous avons

appris que M. Jean Denaiffe était tombé au champ d'honneur et que M. Maurice Denaiffe était sous les drapeaux. Quant à M. Henry Denaiffe, le chef de la maison, il a dû subir depuis le mois d'août l'occupation allemande et loger des officiers; on nous a dit qu'à la fin de décembre il était en bonne santé, et que les envahisseurs n'avaient commis chez lui ni dégâts, ni excès.

Souhaitons que les autres horticulteurs établis dans les départements occupés par les Allemands aient, eux aussi, échappé aux désastres signalés partout en Belgique. Ce n'est pas sans inquiétude que leurs confrères pensent à MM. Cordonnier, de Bailleul, van den Heede et Mulnard, de Lille, Dutrie, de Steenwerck, Fatzer, de Quessy, Créplet, de Sedan, aux pépinières Simon-Louis, de Planrières, etc., etc.!

Nouvelles diverses

Les quelques renseignements reçus des régions qui ont été occupées, puis évacuées par l'ennemi, sont en général favorables.

Les serres de M. Graire, l'orchidophile bien connu de Saint-Fuscien, près d'Amiens, n'ont pas souffert. Les Allemands n'y ont pas pénétré, non plus que dans la maison d'habitation; ils se sont contentés, par une heureuse exception, de prendre les fruits et les légumes du jardin.

MM. Lemoine et fils, de Nancy, ont échappé à l'invasion allemande, et alors que les villages des environs étaient brûlés et saccagés, la capital Lorraine n'a été atteinte que par quelques bombes. En revanche, le personnel de culture s'est naturellement trouvé fort réduit, et les ventes complètement arrêtées, aucune expédition ne pouvant plus être faite.

M. le Dr. Jean Gratiot, de La Ferté-sous-Jouarre, dont nous signalions en juin dernier les intéressants semis d'Orchidées, a conserve ses serres intactes; sa maison seule a été endommagée par un obus, et les Allemands, pendant leur séjour dans la ville, n'ont pas touché aux plantes.

Belgique

Notre héroïque et malheureuse voisine a cruellement souffert et souffre encore de l'invasion des Barbares; les ruines y sont incalculable.

Quoiqu'il soit impossible de correspondre avec la presque totalité de la Belgique, quelques nouvelles nous sont parvenues par la voie anglaise, principalement par le *Gardeners' Chronicle*. C'est ainsi que nous avons appris le décès de M. Le professeur Ambroise, de l'École d'horticulture de Vilvorde, fusillé à Waremmes; de M. le commandant Sohie, cousin de M. Ernest Sohie, de Hoeylaert, tué sur le champ de bataille.

A Hoeylaert, bien entendu, la plus grande partie du raisin abrité dans les serres qui couvrent le pays a été pillée.

Parmi les régions qui ont le plus souffert, on cite Malines et ses environs, Louvain, Wavre Sainte-Catherine et les environs d'Anvers, ainsi que cette ville. Beaucoup de serres ont été plus ou moins endommagées, notamment chez M. Frantz De Laet, à Contich-Anvers, chez M. Van Slagmolen, chez M. Massange, à Liège, chez MM. Bier et Ankersmit, à Melle, chez MM. Michiels frères, de Montaigu, dont les pépinières et la maison furent saccagées. Chez MM. Juchem

et fils, de Vieux-Dieu, et divers autres horticulteurs et maraîchers de la région d'Anvers, l'armée belge a dû faire elle-même place nette pour faciliter le tir de l'artillerie des forts.

M. De Meyer mentionne 15.000 châssis détruits à Puers, chez M. De Bondt, ainsi qu'une partie des serres, toutes les serres de M. Meersman, dans la même localité, et de M. Verhagen, à Duffel, dix serres chez M. Vanderlinden, etc.

En revanche, on a de bonnes nouvelles de MM. Jules De Cock, Raphael De Smet, Gentil, Peeters, Adolphe Buysens.

Le Jardin botanique de Bruxelles, où les Allemands ont logé beaucoup d'artillerie, n'a pas souffert, non plus que les établissements horticoles de la capitale et ceux de Gand.

Un certain nombre de personnalités horticoles et agricoles belges se sont réfugiées en Angleterre. Citons notamment: MM. Draps-Boudry, du Trieu de Terdonck, Van Orshoven, agent technique à l'Office Horticole, Van Wyngaerden, conseiller horticole du Boerenbond, De Meyer, conseiller d'horticulture de l'État, Leplae, Wauters, professeur à l'École de Vilvorde, Adriaensen, Valère Bookenooghe, directeur de la Société Horticole Yproise, etc. Nos voisins s'efforcent très humainement de procurer du travail aux jardiniers et maraîchers belges qui se trouvent en Angleterre sans ressources.

[p. 375] Il va sans dire que le commerce horticole a été presque complètement arrêté en Belgique et que les pertes seront immenses. Dans beaucoup d'endroits où les serres n'ont pas été endommagées, les plantes périront faute de chauffage, car on ne peut se procurer du charbon.

On a réussi, de certaines régions, à expédier en Angleterre, à partir de mi-novembre, des chicorées Witloof et du raisin. Malheureusement, ces produits ne réalisent que des prix faibles, le raisin ayant subi trop de manipulations et de retard, et la Witloof n'étant pas connue en Angleterre et ne trouvant guère d'acheteurs.

Angleterre

En Angleterre, les effets de la guerre sont relativement peu sensibles, bien qu'un grand nombre de jardiniers se soient empressés de répondre à l'appel de Lord Kitchener (à ce point qu'on a émis l'idée de créer un régiment spécial des jardiniers).

Au début de la guerre, les séances de la Royal Horticultural Society avaient été suspendues, l'hôtel de Vincent Square étant demandé par les autorités militaires; un peu partout, dans la Grande-Bretagne, les concours et expositions horticoles avaient été décommandés. Mais l'activité n'a pas tardé à renaître, selon le vœu exprimé par S. M. le Roi George. De nombreuses ventes de fleurs et de fruits ont été faites, et de généreuses souscriptions recueillies au profit des victimes de la guerre et des réfugiés belges. Des hôpitaux ont été installés au Palais de Cristal et dans nombre de grandes propriétés offertes par des grands seigneurs, le Grand-Duc Michel, le Duc de Portland, le Duc de Westminster, etc.

Notre grand frère le *Gardeners' Chronicle*, dont la publication n'a pas été interrompue, a eu l'heureuse pensée de consacrer, à partir du 14 novembre, une

page aux amis français et belges, page contenant des notes en français, et parfois même en flamand.

Parmi les victimes de la guerre, nous avons eu le regret de trouver les noms du fils de M. le Lieutenant-Colonel Prain, directeur des Jardins de Kew, et du fils de M. Cowan, l'horticulteur bien connu.

Hollande

Bien que les opérations militaires n'aient pas envahi le territoire de la Hollande, ce pays n'a pas moins du mobiliser ses troupes pour faire respecter sa neutralité; aussi le manque de main-d'oeuvre s'y fait-il sentir beaucoup plus qu'en Angleterre, par exemple.

La récolte de bulbes à fleurs ayant été exceptionnellement belle en 1914, les producteurs ont décidé d'en détruire une partie; en outre, le Gouvernement a autorisé l'emploi d'une certaine proportion de farine de bulbes dans la fabrication du pain, les importations de blé ayant été entravées dès le début de la guerre.

Chose curieuse, quoique les achats des pays belligérants aient dû être notablement réduits, les exportations de bulbes de la Hollande ont augmenté; de 6.969.700 kilogr. En septembre 1913, elles ont passé à 8.104.800 kilogr. En septembre 1914, d'après une publication spéciale hollandaise. Il n'en résulte pas nécessairement une situation brillante pour les producteurs, car les prix ont dû être inférieurs aux chiffres normaux, et le recouvrement des créances sera difficile dans bien des cas.

Les fleuristes d'Aalsmer ont, paraît-il, essayé d'expédier des Lilas en Amérique; mais le prix des Lilas a baissé à la suite de grands arrivages.

Le commerce horticole

La guerre a naturellement produit une perturbation profonde dans le commerce horticole des pays belligérants, et surtout de la Belgique et de la France. En France, après un arrêt total, les affaires ont quelque tendance à reprendre, autant que le permet le fonctionnement des services de transport. Le manque de main-d'oeuvre a naturellement gêné beaucoup, et c'est une gêne qui se fera sentir jusqu'à la fin de la guerre. Les pépiniéristes ont particulièrement souffert de cette situation, et ont dû se borner à faire les travaux d'entretien les plus indispensables. Les grands marchands grainiers ont éprouvé des craintes sérieuses pour leurs récoltes; cependant, tout a marché moins mal qu'on ne le pensait. Chez les cultivateurs, les femmes, les enfants, les travailleurs âgés ont suppléé ceux qui étaient partis sous les drapeaux, et les récoltes ont été rentrées dans des conditions satisfaisantes. Le nettoyage présente bien encore quelques difficultés, mais tout s'arrangera grâce à un redoublement d'activité du personnel qui reste et à la bonne volonté de tous.

“L'exportation se manifeste par de notables expéditions à l'étranger, lisons-nous dans *L'Horticulture française*, organe de la Fédération nationale des syndicats horticoles.

[p. 376] Pour l'Angleterre ainsi que pour certains pays neutres, les envois, bien que très réduits, dépassent déjà les prévisions; mais pour les États-Unis, on peut

prévoir que leur chiffre se rapprochera sensiblement de la normale, si toutefois il ne la dépasse pas”.

Notons que la maison Vilmorin-Andrieux a fait paraître, dans le courant de décembre 1914, son Catalogue habituel de graines d'arbres et d'arbustes de pleine terre.

Les États-Unis continuent à exiger les certificats d'inspection phytopathologique pour les végétaux qui leur sont envoyés. Le Gouvernement français leur a d'ailleurs donné l'assurance que le service d'inspection continuait à fonctionner, de sorte que nous n'avons pas de difficultés à craindre.

En Amérique, on avait éprouvé d'abord des inquiétudes; mais elles n'ont pas tardé à se dissiper, comme le constatait le Florists' Exchange dès le 26 septembre: “La guerre ne nous privera pas de beaucoup de ce qui nous vient d'Europe. Les bulles de France ont été expédiées avant l'explosion des hostilités, et même maintenant, au moment où la guerre sévit en pleine France, il y en a encore en route... Le marché est bien fourni de bulbes à fleurs, et il y a lieu de penser que les quantités disponibles s'accroîtront considérablement avant la fin de la saison.” Ajoutons que le Japon a fourni beaucoup.

En ce qui concerne les Azalées de Belgique, qui sont expédiées en général du 15 au 25 septembre, et ne peuvent guère rester plus de vingt-cinq jours en route sans souffrir, la situation était plus délicate. Il y a eu certainement beaucoup de déficit dans les envois, et dernièrement un journal spécial américain suggérait qu'on pourrait remplacer les Azalées, dans le commerce des fleuristes, par des Rhododendrons nains, des Cognassiers du Japon, des Cerisiers, Pommiers, Pruniers à fleurs, des Glycines, Cytises, Forsythias, Deutzias, Lilas, Rosiers, etc. Les Bégonias tubéreux tiennent aussi une place importante dans le commerce qui se fait entre la Belgique, notamment la région gantoise, et les États-Unis. Ils sont généralement expédiés vers le milieu de novembre; évidemment, ils ont dû faire défaut, mais l'Angleterre et la France ont pu combler une part au moins de cette lacune.

Le Muguet réfrigéré entré aussi en ligne de compte dans les préoccupations des Américains. Bien que plusieurs grandes maisons anglaises pratiquent la conservation des griffes de Muguet en glacière (mais souvent pour leur propre consommation), les maisons allemandes qui ont fait les premières cette spécialité restent encore les principaux fournisseurs de Muguet. MM. Neubert, de Wandsbeck, annonçaient bien en Amérique, au mois d'octobre, qu'ils étaient à même de livrer comme d'habitude, et qu'ils feraient une diminution sur leurs prix, pour compenser l'augmentation du fret et des tarifs d'assurance; mais il est fort douteux que ces promesses aient pu être réalisées. En tous cas, les tentatives faites pour expédier des marchandises allemandes sous le couvert de la Hollande ont été promptement déjouées par une surveillance attentive. L'Angleterre, comme la France, doit observer la défense de faire du commerce avec l'ennemi. En France, au moins dans la région parisienne, nous savons que les griffes de Muguet d'Allemagne ont été rigoureusement proscrites par la Chambre Syndicale des Fleuristes, qui a réussi à s'en procurer d'autre source.

Une autre corporation parisienne qui a donné des preuves d'utile activité, c'est la Chambre syndicale des maraîchers primeuristes, dont le président est M.

Duvillard et le secrétaire général M. Moulinot. Elle a réclamé des sursis d'appel ou des congés en faveur des patrons et ouvriers maraîchers appartenant à la réserve de la territoriale, et dont la présence était nécessaire pour assurer le ravitaillement de Paris; elle a fait les démarches appropriées pour obtenir l'entrée de leurs voitures apportant les légumes aux Halles. En somme, grâce aux expéditions de primeurs et de fruits venant de différentes sources, notamment d'Algérie, d'Espagne, du Midi, Paris a été régulièrement et abondamment fourni.

En ce qui concerne les Rosiers et autres arbres et arbustes d'ornement, ainsi que les arbres fruitiers, la France a pu continuer à expédier aux États-Unis d'une façon normale, d'autant plus que les ventes, à l'intérieur de la France et sur le continent européen, se trouvaient forcément réduites. Les principaux centres exportateurs, Angers, Orléans, Ussy, Lyon, la région parisienne, n'ont pas eu sous ce rapport à souffrir de la guerre, et les transports par terre ont été régularisés en temps utile pour que les expéditions ne fussent pas trop retardées. En revanche, les arboriculteurs américains de la côte du Pacifique, et notamment de la vallée de Yakima, qui produisent des fruits de choix qu'ils envoient en Europe, ont éprouvé de grandes déceptions à l'automne 1914; ce qui prouve, comme le faisait remarquer M. F.-K. Lane, secrétaire de l'Intérieur, qu'il n'y a pas un pays qui puisse se vanter de se passer des autres...

Les répercussions de la guerre sont innombrables. Notons, en passant, qu'elles se font sentir dans le commerce des engrais; l'Allemagne, par exemple, fournissait des quantités considérables d'engrais potassiques, dont le manque se fait sentir de divers côtés. Et déjà, un grand journal russe, "Novoié Vremia", fait connaître qu'on s'occupe d'installer, dans les gouvernements de Perm et de Viatka, une importante usine de superphosphates, destinée à utiliser sur place les riches gisements phosphoriques jadis traités en Allemagne.

Il y a là, comme dans le cas du Muguet, un utile exemple à méditer. L'humiliation nécessaire et inévitable de l'Allemagne laissera bien des places à prendre. Ce sera pour nos horticulteurs, nos commerçants, nos industriels, un devoir de déployer l'activité nécessaire."

Document 2

"Les Jardins Potagers Civils et Militaires". *Revue Horticole. Journal d'Horticulture Pratique* (1917). Nouvelle série – Tome XV, 88^e année. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, 16 Aout, pp. 314-315.

"On se rappelle l'impulsion donnée à la production des légumes par le Service des jardins potagers civils et militaires, créé au ministère de l'Agriculture en 1915 par M. Méline. Grâce aux efforts de M. Ducrocq, chef du Service, dès la fin de 1916 les résultats obtenus étaient des plus appréciables, notamment dans les potagers militaires qui atteignaient le chiffre de 5622, couvrant plus de 2000 hectares et produisant pour 13 millions de francs de légumes.

Depuis lors, les Ministres successifs de l'Agriculture, MM. Clémentel et Fernand David, ont tenu à continuer et à amplifier l'oeuvre commencée, et cette année, on peut juger aux résultats l'importance de l'entreprise. Les seuls jardins

militaires couvrent actuellement près de 8000 hectares, et, au cours de la tournée faite par M. Fernand David, Ministre de l'Agriculture, au cours du mois de juillet dans les jardins de Vincennes, du Tremblay et de Joinville, tous les visiteurs de ces cultures se sont rendu compte de l'appoint appréciable apporté par les légumes ainsi produits pour l'alimentation de la troupe et des villes.

(...)

Plus de 3500 jardins découpent ainsi les glacis en plates-bandes productives, et le Service des jardins au ministère de l'Agriculture estime que chaque jardin produira au cours de cette année pour plus de 150 fr. de légumes, apportant un peu d'aisance dans les ménages ouvriers.

A Bercy, la maison Vilmorin a tenu à prêcher d'exemple et son personnel a établi, pour les ouvriers, nouveaux venus à la culture horticole, un jardin-école qui rend les plus grands services.

A côté de ces efforts il convient aussi de relever ceux qu'a faits de son côté le Service de la main-d'oeuvre scolaire que dirige avec tant de dévouement M. Lemaresquier. Les enfants des écoles et des lycées groupés en équipes ont mis un peu partout en culture dans la banlieue parisienne, des surfaces incultes et, en certains points, les résultats atteints sont loin d'être négligeables. M. Paul Vincey, Directeur des Services Agricoles de la Seine, a largement aidé à l'essor de ce service en organisant dans la banlieue parisienne la production des plants de légumes, tandis que M. Bussard diffusait par des Conférences écoutées, l'enseignement horticole dans les équipes scolaires.

On voit ainsi combiner, grâce au concours heureux du Ministère de l'Agriculture, des municipalités et de l'initiative privée, l'oeuvre est féconde. On ne saurait trop en féliciter les Ministres successifs qui ont aidé à son essor, et les collaborateurs habiles qui, ayant su obtenir de tels résultats, aideront largement à l'alimentation des populations urbaines."

References

- Andresen, Teresa and Teresa Portela Marques (2001). *Jardins históricos do Porto*. Lisboa: Inapa.
- Berkes, F. (2007). "Understanding Uncertainty and Reducing Vulnerability: Lessons from Resilience Thinking". *Natural Hazards* n° 2, pp. 283-95.
- Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). CT. 748 R. I Guerra Mundial. Cartazes da Coleção da Biblioteca Nacional, pp. 86-87.
- Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). CT. 780 R. I Guerra Mundial. Cartazes da Coleção da Biblioteca Nacional, pp. 76-77.
- Chaves, José Joubert Chaves (ed). *Ilustração Portuguesa*. Lisboa: Empresa do Jornal *O Seculo*. Consulted the years between 1914 and 1918, numbers 639 (1917); 654 (1918); 655 (1918); 663 (1918); 665 (1918).
- Garcia, Maria da Graça and João David Zink (eds.) (2004). *I Guerra Mundial: Cartazes da Coleção da Biblioteca Nacional*. Lisboa: BN.
- Gowdy-Wygant, Cecilia (2013). *Cultivating Victory: the Women's Land Army and the Victory Garden Movement*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.

- Hayden-Smith, Rose (2014). *Sowing the Seeds of Victory: American Gardening Programs of World War I*. Jefferson, North Carolina: McFarland & Company.
- Hargreaves, Caroline (2012). “The Concept of «Resilience»: Assessing the Applicability of the Discourse across the Development and Humanitarian Sectors”. London School of Economics and Political Science. Available at http://www.academia.edu/1635866/The_Concept_of_Resilience_Assessing_the_Applicability_of_the_Discourse_Across_the_Development_and_Humanitarian_Sectors.
- Helphand, Kenneth (2006). *Defiant Gardens: Making Gardens in Wartime*. San Antonio: Trinity University Press.
- Nilsen, Micheline (2014). *The Working Man's Green Space: Allotment Gardens in England, France, and Germany, 1870-1919*. Charlottesville: University of Virginia Press.
- Revue Horticole. Journal d'Horticulture Pratique* (1916). Nouvelle série – Tome XV, 88^e année. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, 16 Juin, p. 6.
- Revue Horticole. Journal d'Horticulture Pratique* (1916). Nouvelle série – Tome XV, 88^e année. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, 16 de Avril, p. 4.
- Revue Horticole. Journal d'Horticulture Pratique* (1916). Nouvelle série – Tome XV, 88^e année. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, pp. 37-38.
- Revue Horticole. Journal d'Horticulture Pratique* (1916). Nouvelle série – Tome XV, 88^e année. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, p. 21.
- Revue Horticole. Journal d'Horticulture Pratique* (1916). Nouvelle série – Tome XV, 88^e année. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, 16 Novembre, p. 174.
- Rodrigues, A. D. (2014), “Gardens and War: The Role of Gardens and Public Parks in the Reconstruction of Beliefs” in Maria Fernanda Rollo; Maria Tavares Ribeiro, Ana Paula Pires, Alice Cunha, Isabel Valente, Isabel Maria Freitas (eds), *A Europa no Mundo entre as Guerras. 1919-1939*, [Documento electrónico]. Lisboa: IHC, CEIS20, pp. 39-47.
- Tidball, Keith G. (ed.) (2014). *Greening in the Red Zone: Disaster, Resilience and Community Greening*. Dordrecht: Springer.

UMA PEQUENA POTÊNCIA É UMA POTÊNCIA? O PAPEL E A RESILIÊNCIA DAS PEQUENAS E MÉDIAS POTÊNCIAS NA GRANDE GUERRA DE 1914-1918

O Instituto da Defesa Nacional organizou um seminário internacional, em Lisboa, entre 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2014, com o apoio da Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da Primeira Guerra Mundial do Ministério da Defesa Nacional, em parceria com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e o Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

Os organizadores do seminário procuraram na seleção das intervenções apresentadas, oferecer uma visão ampla, ainda que mais centrada na dimensão estratégica, mas também diversificada, como se atesta na compilação de artigos que enformam este número do IDN Cadernos.

